



**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE VISEU
REALIZADA NO DIA VINTE E
TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E
OITO**

----- No dia Vinte e três de Junho de dois mil e oito, teve lugar no Solar dos Peixotos a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Álvaro Peres Pereira (justificada), Armando Nuno dos Santos Gomes, Jorge Manuel de Sousa Mota e Pedro Filipe dos Santos Alves. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados, acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, dá início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bom dia, vamos dar início à nossa Reunião Ordinária da Assembleia Municipal, espero que já se esteja a ouvir bem. Antes de mais cumprimento todos e desejo que tenhamos uma boa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Muito bem, houve um Membro da Assembleia que me fez um reparo que vou corrigir na próxima convocatória. Na convocatória costumo pôr pelas nove horas e vou passar a pôr às nove horas, que é para ver se começamos a reunião de facto à hora para que ela foi convocada, porque acho que não é um bom exemplo que damos para os nossos concidadãos. Vamos começar então por aprovar as duas actas, nós temos a acta da Segunda Sessão Ordinária de Dezoito de Abril de Dois Mil e Oito, pergunto se algum dos Senhores Deputados tem algum reparo a fazer à acta, ou alguma alteração, então vou pôr à votação, portanto, está APROVADA POR UNANIMIDADE. Vamos agora aprovar a acta da Sessão Extraordinária de Vinte e Cinco de Abril. Pergunto se alguém quer fazer alguma intervenção ou algum reparo à acta, não tenho nenhum pedido, então vou pôr à votação, APROVADA COM UMA ABSTENÇÃO. Estão as duas actas aprovadas, também a listagem da correspondência está distribuída aos Senhores Deputados, se necessitarem de algum esclarecimento adicional é só solicitarem aos serviços e então sem mais delongas iríamos entrar no período “*Antes da Ordem do Dia*”. Pedia aos Grupos Municipais que nos entregassem a listagem dos Senhores Deputados que querem usar da palavra neste período. -----

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----
A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, exemplares da revista número cento e sessenta e oito referente a Abril de dois mil e oito; Remete três exemplares do Boletim número cento e sessenta e nove, referente ao mês de Maio de dois mil e oito e um CD sobre “*Cidadania Activa*”. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete vários convites à Assembleia Municipal; Remete ofícios para serem agendados na Sessão de vinte e três de Junho de dois mil e oito; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Actividade



- Municipal e situação financeira. -----**
- O Senhor Deputado António Batista Neves solicita certidão de extracto da Acta da Sessão Ordinária de Setembro de dois mil e seis. -----
 - A Senhora Deputada Maria Isabel Almeida Fernandes e o Senhor Deputado Manuel Almeida Pereira, comunicaram que no dia vinte e cinco de Abril de dois e oito não iriam estar presentes, na Sessão Extraordinária de vinte e cinco de Abril de dois mil e oito. -----
 - O Presidente da Administração Regional de Saúde, agradece o convite para o Vinte e Cinco de Abril e informa que não pode estar presente. -----
 - A Comissão de Coordenação da Região Centro comunicou que a Senhora Engenheira Cristina Taliscas iria estar presente na Sessão da III Assembleia Municipal Jovem Dois Mil e oito em substituição do Secretário de Estado do Ambiente. -----
 - O Doutor Fernando Amaral agradece o convite da Sessão de Vinte e Cinco de Abril, mas informa que não pode estar presente. -----
 - A Assembleia Distrital de Viseu informa a Assembleia Municipal, que a sua Sessão Ordinária de Abril é no dia vinte e quatro de Abril de dois mil e oito às catorze e trinta horas. -----
 - Do Gabinete do Primeiro-Ministro acusam a recepção da Moção enviada em vinte e cinco de Abril de dois mil e oito e a Moção da III Assembleia Municipal Jovem de vinte e dois de Abril. -----
 - A ASSOPS – Associação de Passos de Silgueiros remeteu fotografias tiradas na Sessão Extraordinária do Vinte e Cinco de Abril de Dois Mil e Oito. -----
 - A Polícia de Segurança Pública informou que tinha um novo comandante à disposição da Assembleia Municipal de Viseu. -----
 - A Direcção Regional Economia do Centro solicita dois pedidos de prorrogação da autorização concedida – Artigo vinte. -----
 - A Sede Nacional do Partido Socialista acusa a recepção da Moção do Presidente desta Assembleia Municipal. -----
 - O Instituto Português da Juventude, solicitou a esta Assembleia Municipal o envio do nosso endereço, privilegiando o contacto via correio electrónico (E-mail). -----
 - Foi remetido fax a esta Assembleia Municipal, pelo Senhor Deputado Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas, a solicitar a suspensão de mandato por um período de um mês.
 - **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
 - Foi dado conhecimento por via oficiosa à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e três de Junho de dois mil e oito. -----
 - Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----
 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu agradece via oficiosa o convite remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe para estar presente na Sessão do Vinte e Cinco de Abril. -----
 - A Assembleia Municipal de Viseu enviou as aprovações e deliberações, por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
 - A Assembleia Municipal de Viseu enviou por ofício as moções aprovadas por unanimidade na III assembleia Municipal Jovem ao Presidente da Câmara Municipal, ao Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ao Senhor Governador civil do Distrito de Viseu. -----
 - A Assembleia Municipal de Viseu enviou via oficiosa, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Governador do Distrito de Viseu, fotocópia da Moção apresentada pela Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira na Sessão de dezoito de Abril de dois mil e oito. -----



- A Assembleia Municipal de Viseu enviou via oficiosa ao Senhor Primeiro-Ministro, à Secretária de Estado da Modernização Administrativa, ao Ministro das Finanças e da Administração Interna, ao Partido ecologista “Os Verdes”, ao Bloco de Esquerda, ao Partido CDS/PP, ao PS, ao PCP, ao PSD, ao Senhor Presidente Câmara Municipal de Viseu, ao Governador Civil do Distrito de Viseu, fotocópia da Moção apresentada pelo Presidente desta AM Doutor Almeida Henriques na Sessão de dezoito de Abril de dois mil e Oito. -----
- A Assembleia Municipal de Viseu enviou por ofício ao Senhor António Batista Neves, Presidente da Junta de Boa Aldeia extracto da Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em Setembro de dois mil e seis, onde consta a sua intervenção. -----
- A Assembleia Municipal de Viseu enviou via oficiosa, os agradecimentos na participação na Mesa Redonda sobre o tema “O papel da Assembleia Constituinte na consolidação da democracia”, na Sessão Comemorativa do Trigésimo Quarto Aniversário do Vinte e Cinco de Abril, realizada na Freguesia de Silgueiros, dos seguintes convidados: Senhor Carlos Alberto Coelho de Sousa, Senhor Flórido Adolfo da Silva Marques, Senhor João Alfredo Félix Vieira Lima e o Senhor Victor Manuel Freire Boga. -----
- A Assembleia Municipal de Viseu via oficiosa agradeceu a todos os que participaram na “III Assembleia Municipal Jovem Dois Mil e Oito” – Dia Mundial da Terra – Somos Todos Amigos do Ambiente”. -----
- A Assembleia Municipal via oficiosa, apresenta votos de muito sucesso no exercícios das funções ao novo Comandante da Policia de Segurança Pública. -----
- Foram endereçadas Convocatória e respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores Presidentes e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, Director Financeiro da Câmara Municipal de Viseu, convidando-os para a primeira Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal no dia vinte e três de Junho de dois mil e seis. -----
- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e três de Junho de dois mil e seis, para afixação na sede das mesmas. Igualmente foi remetido aos partidos políticos, a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----
- Foi enviado por via oficiosa aos Líderes Parlamentares a Actividade Municipal. - Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata a comunicar a suspensão do mandato por um mês do Senhor deputado Municipal Pedro Nuno Pereira de carvalho Ruas, sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha. -----
- Via oficiosa foi comunicado ao Senhor Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha, que faz parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com representação neste Órgão Autárquico pelo período de um mês. -----
- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----
- UM – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)
 – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Em primeiro lugar, dirijo-me ao PSD e gostaria de felicitar o Partido Social Democrata, pela decisão que ontem teve no seu Congresso. Esperamos sinceramente que com a eleição da Doutora Manuela Ferreira Leite, a instabilidade com que o PSD tem vivido nos últimos seis anos, tenha um novo rumo e sobretudo, que esse novo rumo se traduza em propostas concretas, alternativas para podermos ter uma boa discussão sobre o futuro de Portugal, daí as nossas felicitações. A matéria que me traz aqui a esta intervenção é a seguinte, tem a ver com a ocupação da via pública e da publicidade. Nós temos assistido ultimamente que a via pública tem estado a ser ocupada por esplanadas, evidentemente que todos nós achamos e reconhecemos, serem as esplanadas lugares apazíveis, ao ar livre, de convívio social, espaço de lazer, dão até um certo colorido à cidade, nestes momentos de Verão, mas é evidente quando a Câmara autoriza substituição de lugares de estacionamento por



esplanadas, algo vai mal. Parece-nos que efectivamente deve haver um regulamento municipal que ordene as esplanadas e não é justo que quando os loteadores são obrigados a ceder áreas para estacionamento, venha um qualquer privado e ocupe os lugares de estacionamento com esplanadas, isto é, acontece em vários bairros da cidade e deixaria indicação ao Senhor Presidente para tomar nota dessa situação. Para além disso, nestas esplanadas que ocupam lugares de estacionamento há publicidade, há mobiliário que tem publicidade. Essa publicidade é isenta, o que também não é correcto na exacta medida, em que outros que têm publicidade são obrigados a pagar as respectivas taxas de publicidade. Gostaria que o Senhor Presidente tomasse boa nota sobre esta situação que não parece justa, de substituírem lugares de estacionamento por esplanadas.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fonseca. -----

- **DOIS** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE SOUSA FONSECA - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE LOUROSA (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Na sua essência todas as manifestações culturais a que assistimos e com os seus cortejos festivos de homenagem aos *Santos Populares*, os arraiais, as procissões, os cantares à desgarrada e outros, têm como base o bem-estar das suas gentes, as demonstrações da sua alegria, a ocupação dos seu momentos de lazer sendo como situação dum testemunho de colaboração e de entreaajuda. Na generalidade, o modo como estas tradições são vividas, diferem entre si, mesmo quando o *calendário popular* é o mesmo, refiro-me às festividades de São João. As de Teivas, a que assisti desde sempre por envolver toda a freguesia de São João de Lourosa aonde eu nasci, diferenciam-se principalmente pela *Dança da Morgadinha*, com os trajes, a música, coreografia, genuínas e que não é repetida noutros cortejos. Mais uma vez sinto orgulho pelo modo simples, inteligente, actual nas legendas satíricas, alegres, nos Ranchos Folclóricos, nos Bombos batidos com energia e na participação activa de todos os que assistem, com demonstração de carinho e vivacidade. Estas vivências populares, justificadas com muito bairrismo, trabalho, dedicação e imaginação, só serão possíveis com a colaboração de empresas civis e públicas. Agradeço a todos os que tornaram possível esta festa, que mais um ano percorreu e alegrou a capital do nosso Concelho – a linda cidade de Viseu. Bem-haja Senhor Presidente da Câmara pela sua ajuda, sem a qual não teria sido possível tão grande festa. Como autarca da freguesia de São João de Lourosa, permita-me Senhor Presidente da Assembleia propor um **VOTO DE LOUVOR** à Comissão organizadora das Cavalhadas e à Direcção da Associação Cultural e Desportiva de Teivas, pelo empenho, dedicação e disponibilidades que têm demonstrado.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Há um Voto de Louvor que eu ponho à consideração dos Senhores Deputados, pergunto se alguém se quer pronunciar sobre ele. Não tenho nenhuma inscrição, vou pôr à votação. **O VOTO DE LOUVOR, foi aprovado por unanimidade.** De seguida dou a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- **TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENSÃO (PS)** – Pedes a palavra para intervir do seguinte modo: “ Na última Sessão desta Assembleia, no ponto da Ordem de Trabalhos “Actividade Municipal”, fui interveniente na discussão, no âmbito de uma sua parte que se desenvolveu acerca do Imposto Municipal sobre Imóveis. É certo que o Grupo Municipal desta Assembleia em que me incluo, não tem a mesma política de impostos municipais que o Executivo Camarário, sendo até, aliás, um dos vários pormenores importantes que nos distingue da administração municipal e da maioria que a sustenta. As diferenças entre o que desejamos e por que nos batemos para os viseenses nesta matéria, relativamente ao que tem vindo a ser aplicado, têm sobejamente sido propostas e esplanadas quer na Câmara Municipal através dos Senhores Vereadores do PS, quer nesta Assembleia pelo Grupo a que pertenço. Não vou, porque não é esse o meu objectivo ao vir aqui, falar daquilo que entendemos ser uma violência tributária aplicada



através das taxas praticadas no IMI e que, sistematicamente, tenta tapar-se ao atirar-se para a opinião pública uma outra ideia, não totalmente descabida, mas cuja responsabilidade também tem que ser atribuída aos mesmos actores. O facto de o imposto em questão ser municipal, não implica que o conhecimento da sua aplicação e da sua tecnicidade sejam propriedade exclusiva do Município ou do seu Excelentíssimo Presidente. Apesar de serem quem por decorrência legal o administra, os funcionários dos impostos também não são detentores de tais prerrogativas. Cada um de nós enquanto cidadão comum, tem também o direito de poder, no mínimo, ter opinião sobre o assunto. Já como Membro desta Assembleia, incumbe-me, além do direito que referi antes, o dever de ter e emitir a posição que entenda ser a melhor em defesa dos meus concidadãos, que para isso me deram o voto que me permite aqui estar a representá-los. E, é exactamente nessa condição, não noutra qualquer, que aqui participo, mais ou menos activamente, à minha maneira e integrado num determinado contexto, em defesa de valores que entendo serem os melhores para o meu concelho e, muito em especial, para os munícipes de Viseu. Foi nestes termos que, na última Sessão desta Assembleia, a que no início me referi, entrei na discussão que a respectiva acta reflecte em que, como é natural, o antagonista foi o Senhor Presidente da Câmara. Não foi a primeira, nem será certamente a última vez que, neste fórum, nos confrontámos. Mas foi naquela Sessão que, sem qualquer razão que eu entenda, ou até talvez entenda, me vi confrontado com uma ofensa à minha pessoa por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal. E logo havia de suceder na Sessão em que o Senhor Presidente, embora a outro propósito, havia afirmado que – cito – “...posso estar aqui trinta nos, os Senhores Deputados não me ouvem um insulto...”? Senhor Presidente da Câmara, qualquer funcionário da Administração Fiscal que, ao tempo em que me encontrava no activo, pretendesse ter acesso a funções de chefia tributária, tinha que submeter-se a concursos públicos, cujo regulamentos se encontram plasmados em legislação publicada no Diário da República, prestando provas escritas e orais perante um júri devidamente constituído, para demonstrar a sua aptidão no conhecimento, interpretação e aplicação, de toda a legislação e normas fiscais, além de outros normativos de direito, tendo obrigatoriamente de conseguir a necessária aprovação para poder vir a ser nomeado nesses cargos. Portanto, desta pequeníssima resenha acerca da forma como se ascendia àquelas funções, é fácil de ver que não é qualquer pessoa que se pode dar ao privilégio de aquilatar da capacidade e da competência para que um funcionário da Administração Fiscal pudesse, ou não, ser chefe de uma ou de outra qualquer Repartição de Finanças. Isso não. Isso não é o mesmo que discutir, com mais ou menos conhecimento, com mais ou menos honestidade intelectual, factores ou coeficientes de localização que interferem no cálculo do valor patrimonial tributário. É que, o conceito e o método de selecção para aquelas funções, como resumidamente lhe deixei explicado Senhor Presidente da Câmara, não são, a calcular pela afirmação que proferiu na última Sessão desta Assembleia, os mesmos que Vossa Excelência aplicaria se tivesse legitimidade para isso. Ali, um regulamento pré-estabelecia as regras de selecção. Aqui, o Senhor Presidente da Câmara, ao que extraio do que afirmou, limitar-se-ia ao que via, sem avaliar. Eu não seria o seu preferido segundo o rasgo de visão do Senhor Presidente da Câmara. Mas o Senhor Presidente da Câmara, na minha humilde avaliação, mesmo não sendo professor, certamente que não obteria nota positiva nas provas de um qualquer concurso versando matéria fiscal. E devo acrescentar que, pelo que me toca, ao longo de toda a minha carreira, sempre tive oportunidade de pensar e de afirmar o que pensava. Quero dizer-lhe também, para sua informação Senhor Presidente da Câmara, que nas duas últimas avaliações anuais a que fui submetido antes de ter sido aposentado, quando exercia funções de chefia na Direcção-Geral dos Impostos, numa escala de zero a vinte, obtive a classificação de dezanove virgula cinco, quando a pasta do Ministério das Finanças, que tutela aquele serviço, era detida pela recentemente eleita líder do seu partido, Doutora



Manuela Ferreira Leite, a mesma ao tempo em que foi assinado o protocolo entre aquele Ministério e a Associação Nacional de Municípios, para colaboração das Câmaras Municipais na elaboração do zonamento previsto no Código do IML, entre outros. Passe a imodéstia, não me parece, portanto, que qualquer pessoa possa dar-me lições de fiscalidade ou de direito fiscal. Senhor Presidente da Assembleia, é claro que estes assuntos, de índole pessoal, não deveriam para aqui ter sido trazidos. Trago-os para que, esclarecidamente, me defender do que considero ter sido uma ofensa pessoal – aquela que foi proferida pelo Senhor Presidente da Câmara na anterior reunião deste Órgão – não tendo na altura usado a figura regimental do direito de defesa da honra por entender que, só a ignorância acerca da matéria, que se encontra implícita na afirmação feita, é que a terá justificado. A terminar, quero deixar bem expresso o meu protesto relativamente à afirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal que está na origem desta minha intervenção e dizer-lhe, olhos nos olhos, como tanto faz questão de dizer que gosta, que lhe não reconheço nenhuma legitimidade para fazer qualquer espécie de juízo de valor, pessoal, sobre o cidadão Alberto Gonçalves da Ascensão.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Mateus. -----

- QUATRO – ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não ficaria bem com a minha consciência se não aproveitasse esta Assembleia para apresentar o caso que neste momento me preocupa e que preocupa também todos os habitantes de Ranhados e não só – a construção da Escola Básica Integrada desta freguesia, já há muito ambicionada e que, no decorrer dos tempos tem evoluído de uma forma bastante positiva e ultimamente o Ministério da Educação tem recuado na sua concretização. Por essa razão e em nome de todos os Ranhadenses apresento a seguinte Moção para ser discutida e votada e, no fim, caso seja aprovada, que seja enviada para: Excelentíssimos Senhores - Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; para todos os Grupos Parlamentares que têm acento na Assembleia da República; Primeiro Ministro; Ministra da Educação; Directora Regional de Educação do Centro; Governador Civil de Viseu e Câmara Municipal de Viseu. MOÇÃO – Considerando que a Escola Básica Integrada de Ranhados já está prevista e ambicionada há bastantes anos; - Considerando que já foi acordada entre a Câmara Municipal de Viseu e a Direcção Regional de Educação do Centro (Acordo número vinte e sete de dois mil e cinco e publicado no Diário da República segunda Série de quinze de Fevereiro de dois mil e cinco e homologada em quinze de Dezembro); - Considerando que esse Acordo determina as competências de ambas as partes, tanto da Câmara como do Ministério da Educação, nomeadamente: Por parte da Direcção Regional de educação do Centro – indicar a melhor localização para a Escola, ouvida a Câmara Municipal de Viseu; escolher e aprovar, em colaboração com a Câmara Municipal, o terreno mais apropriado para a construção da escola; assegurar a elaboração dos projectos dos edifícios, do pavilhão gimnodesportivo e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da escola; garantir o financiamento do empreendimento, incluindo eventuais trabalhos a mais e revisões de preços, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais; fornecer e instalar o mobiliário, material didáctico, equipamentos de apoio administrativo e equipamento de cozinha e bufete; prestar o apoio técnico que lhe for solicitado pela Câmara Municipal; promover o registo em favor do Estado de todos os bens que constituem o complexo escolar. Por parte da Câmara compete: lançar o concurso, adjudicar e garantir a fiscalização e coordenação das empreitadas; assegurar a construção dos edifícios, englobando a construção civil, instalação eléctrica, rede de águas, esgotos, telefones e aquecimento; adquirir a expensas próprias o terreno assegurando a sua disponibilidade; executar a expensas próprias os acessos e infra-estruturas urbanísticas de suporte ao funcionamento da escola; - Considerando que esta Escola esteve inscrita em



PIDAC nos anos de dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete e a DREC a propôs, na sua versão inicial, em dois mil e oito tendo sido retirado na sua versão final; - Considerando que o Ministério da Educação exigiu a disponibilidade do terreno para a sua construção (conforme estava acordado) e este ter sido adquirido, com cerca de cinquenta e um mil metros quadrados, em vinte e cinco de Novembro de dois mil e sete com protocolo assinado na sede da Junta de Freguesia de Ranhados; - Considerando que este Complexo Escolar continua a ser de fundamental importância para dar resposta à situação de sobrelotação das Escolas Básicas do Segundo e Terceiro Ciclo Infante Dom Henrique e Viso, permitindo o funcionamento em regime normal das Escolas Básicas do Primeiro Ciclo de Jagueiros, Ranhados e Viso; - Considerando que iria dar uma resposta ao aumento da procura da Educação Pré-escolar na Zona Oriental de Viseu; - Considerando que a Carta Educativa do Município de Viseu homologada em vinte e nove de Maio de dois mil e sete, prevê que essa Escola sirva um total de dezanove mil quinhentos e trinta e três, com o sensos de dois mil e um, das Freguesias de Ranhos, Rio de Loba e Santa Maria e também Fragosela e São João de Lourosa, admitindo a frequência de seiscentos e cinquenta alunos (dos três aos dezasseis anos); - Considerando que a Senhora Directora Regional do Centro, informou já este ano que o projecto de implantação estaria concluído em finais de Abril de dois mil e oito; - Considerando que embora todos os acordos firmados a Senhora Directora Regional do Centro, informou a Câmara Municipal de Viseu, que esta deveria candidatar-se ao financiamento do QREN e ser assim, a Autarquia não precisaria do Ministério da Educação para a construção da referida escola, quando ainda é do Poder Central esta responsabilidade. **PROPONHO:** Um Voto de Desagrado de toda a população da Freguesia de Ranhados, que aqui represento, pelo facto desta situação se ter vindo a protelar com evidentes prejuízos para a Freguesia, nomeadamente a população estudantil que neste momento se encontra a frequentar vários estabelecimentos de ensino e apelando ao Ministério da Educação o cumprimento dos compromissos assumidos, que devem ser respeitados independentemente dos Governos que se sucedem numa democracia que pretendemos cada vez mais responsável e consolidada. Caso contrário, o Ministério da Educação lesará as mais elementares regras institucionais, éticas e deontológicas. Solicito, portanto, que o sonho da construção deste Complexo Escolar seja uma realidade.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Há uma Moção que está em debate, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer inscrever para a discussão deste ponto. Dou a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.” -----

- **CINCO** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Antes de mais, uma palavra pessoal de apressa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo facto de ter sido incluído na eleição de ontem para o Conselho Jurisdicional do PSD e outra de apreço pessoal ao Senhor Presidente da Câmara, por ter sido incluído também, apesar de participante de uma lista minoritária, suponho que na Comissão Política do PSD. É um prazer e uma honra para todos nós, que dois distintos Autarcas estejam representados ao nível nacional no Partido que representam. Gostaria de comentar, se me permitem de exprimir a opinião da bancada do meu Partido sobre esta Moção, que foi apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados. Nós não estamos em condições de avaliar o capital de queixa que o Senhor Presidente tem, apesar de ter sido explicitamente apresentado e ter feito uma longa exposição sobre o assunto, mas não me parece que estejamos em condições de saber se realmente há uma queixa substanciada ou não. Pareceu-me que tinha havido até uma assinatura de um documento de posse do terreno em Novembro do ano passado, ainda não passou um ano. Pareceu-me também ouvir das suas palavras, que tinha havido uma recomendação para que o financiamento da obra



fosse feito ao abrigo do QREN e penso sinceramente, não conheço os pormenores e não me parece que esta Assembleia Municipal ganhe prestígio com estes pequenos capitais de queixa. Uma Assembleia Municipal não é um Órgão de queixume político permanente sobretudo quando está em causa uma acção de um Governo que é contrário ou que, digamos assim, tem um ponto de vista partidário diferente da maioria da Assembleia Municipal. Se a Assembleia Municipal entende caminhar por grandes “capital de queixa” em relação a grandes assuntos de importância estratégica para o distrito, para a cidade, para o município, aí todos estaremos unidos. Em relação à questões que tem a ver com o desenvolvimento da fundamentação e que sejam absolutamente claras e lamento muito, mas para mim e para a minha bancada não é claro o que está em causa. E por não ser claro o que está em causa, vamos votar contra esta Moção. Isto não significa que sejamos contra a escola que se pretende construir, bem pelo contrário, todos sabem a posição do Governo que neste momento ocupa as funções do País e a importância que atribuímos à educação. O que não atribuímos, o que entendemos que não devemos atribuir, é a importância ao queixume puramente oportunístico que se possa pretender fazer nesta Assembleia. E nesse sentido, com muito respeito pelos nossos munícipes de Ranhados, com muito respeito também pelo Senhor Presidente, mas lamento dizer-lhe não o podemos acompanhar e vamos votar contra. Porque é que votamos contra e não nos abtemos? Votamos contra porque entendemos, que este tipo não podemos deixar radicar na nossa Assembleia Municipal sem protesto, naturalmente Vossas excelências têm a maioria e poderão fazê-lo radicar, mas sem protesto da nossa parte não podemos deixar radicar a maioria de pequenas queixas. Estamos disponíveis para votar convosco e já temos votado, grandes queixas em relação a toda a gente, incluindo a Administração Central e ao Governo, mas não estamos disponíveis para o pequeno capital, a pequena queixa, o pequeno queixume, que só, repito, nos desprestigiam.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **SEIS** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** -

Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Com todo o respeito pelo orador que me antecedeu, eu fico pasmado, quando alguém consegue num Fórum que é Concelhio, num Fórum do Concelho, que tem em conta a defesa dos interesses do Concelho de Viseu, consegue dizer que uma escola para uma freguesia, não é um factor de desenvolvimento para essa freguesia, para o Concelho de Viseu. Consegue dizer que uma escola é um queixume, um queixume em relação ao Presidente de Junta. O Presidente de Junta que é eleito para a defesa dos seu fregueses. Esse Presidente de Junta, da defesa de um compromisso que há entre dois Órgãos - o Governo Local e o Governo Central. Esse Presidente de Junta veio fazer aqui, na defesa da sua terra, um queixume, ou seja, quando todos aqui vamos defender situações que interessam ao desenvolvimento da região, isto já ouvimos aqui muitas vezes dizer, não é o Fórum, isto são coisas nacionais, isto tem a ver com a “politiqices” Nacional. Quando defendemos no Fórum questões locais, estamos a fazer queixumes, estamos a fazer política de queixume, política que não tem a ver com o desenvolvimento da nossa região.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Mateus. -----

- **SETE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD)** –

Pede novamente a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu não sou homem para queixumes, desculpem lá. Eu vim aqui apresentar um caso da minha freguesia, estou aqui em representação da Freguesia de Ranhados. É neste Fórum que eu tenho que defender a freguesia, principalmente e fundamentalmente pelo complexo escolar que ainda não foi construído e há bastante tempo está programado e foi isto e mais nada. Eu lamento precisamente que o Senhor Deputado da Assembleia, Senhor Doutor e peço-lhe desculpa, que venha aqui dizer que foi um queixume da minha parte. Eu pessoalmente tenho que defender os interesses da minha



terra, da minha freguesia, das pessoas que estão lá e que vivem precisamente o problema da escola que já foi prometida há bastante tempo e tenho que lutar até às últimas consequências. Aproveitei este Fórum para apresentar esta Moção, sujeita à votação.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **OITO** – **ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Antes de mais, quero dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, que compreendo perfeitamente a sua posição, agora o Senhor tem que compreender também a nossa posição, isto é, o Senhor pediu que nós aqui aprovássemos um voto, se não estou em erro, corrija-me se não foi isto que o Senhor disse, que aprovássemos um Voto de Desagravo dos habitantes da Freguesia de Ranhados. Se nós vamos aprovar Votos de Desagravo, em relação a todas as freguesias aonde há queixas, de um lado ou de outro, até queixas contra o Município, contra a Câmara, ou até queixas contra a outra freguesia do lado... Francamente não paramos e compreendo perfeitamente a sua posição, acho muito bem que o Senhor lute pelo desagravo que sente nos seus concidadãos de Ranhados, mas sinceramente é pedir de mais, pedir que nós sem um conhecimento profundo do dossier possamos neste momento fazer uma análise crítica e condenatória daquilo que acompanhe, afinal aquilo que o Senhor Presidente legitimamente aqui apresentou, não está isso em causa. Segundo lugar, se me permite uma defesa em relação ao que disse o Senhor Deputado que me precedeu, peço desculpa de o corrigir. Não ponha, Senhor Deputado, na minha boca coisas que eu não disse, por amor de Deus! Não ponha que eu tinha dito algum dia, que a escola não é um factor de desenvolvimento, bem sabe que eu não disse isso. E não ponha na minha boca, que eu disse ou que associei de qualquer coisa, um queixume a uma escola. Não, eu não associei, o Senhor Deputado sabe perfeitamente isso. O Senhor Deputado sabe que eu associei a minha expressão de queixume em relação a um facto, não está em causa, não está em discussão nenhuma a utilidade da escola o interesse da escola como factor de desenvolvimento. Agora o que está em causa é associar o atraso que os habitantes de Ranhados sentem na construção do complexo escolar, associar isso a um queixume ao qual pedem para nós nos associarmos. Portanto, peço-lhe Senhor Deputado Mota Faria, não volte a fazer esse tipo de associação, porque não lhe fica bem.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- **NOVE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu tenho para mim que ou estive desatento, ou então, o Senhor Deputado Correia de Campos, baralhou-se um bocadinho e meteu os pés pelas mãos. Primeiro disse que não é clara esta Moção, mas entretanto depois é suficientemente clara para dizer que afinal não é um queixume, para dizer que afinal uma escola significa desenvolvimento para uma localidade e para de certa forma tentar desculpar aquilo que devia ser uma acção, uma política de desenvolvimento de um concelho, de uma freguesia, mas porque envolve um governo que apoia, vai desculpar então esse governo e não quer aprovar, ou entende que a bancada do Partido Socialista não deve aprovar esta Moção. E nós sabemos perfeitamente e para nós isso é claro, qual é a preocupação do Partido Socialista, não é de hoje, várias vezes quando aparece aqui uma Moção que belisca um pouco o bom-nome do Governo, automaticamente a bancada do Partido Socialista chuta para canto e raramente ou quase nunca vota uma Moção que venha a beliscar o bom-nome do Governo. Nós temos para nós muito claro, que é o seguinte, esta Moção para nós é claríssima e por isso a vamos votar favoravelmente. O que diz a Moção é o seguinte: Há um protocolo, a escola já esteve inscrita em PIDAC mais que uma vez, a Câmara honrou o compromisso, honrou o protocolo disponibilizando os terrenos, ao Ministério da Educação competia avançar com a construção da infraestrutura e agora o que é que veio fazer o Ministério da Educação através da Direcção Regional? Vem dizer que, se querem fazer a escola apresentem uma candidatura ao



QREN e construem a escola com o dinheiro do QREN. Senhor Deputado, é tão claro quanto isto e para nós, provavelmente, até é bom que a bancada do Partido Socialista, não vote esta Moção e vote contra, porque nós continuamos com toda a legitimidade para dizer que sempre que está em causa a defesa dos interesses do Concelho e desta região, o Partido Socialista está sempre contra e nós sabemos de que lado é que está o Partido Socialista na defesa do desenvolvimento do Concelho. Por outro lado, também aproveitava para dizer o seguinte, nós estamos perante um Governo gastador e sabemos também perfeitamente que o aparelho do partido fala pela voz do chefe, já nos habituámos também a isto. E é impensável que este Governo, como ainda este fim-de-semana o fez, venha aproveitar a televisão que todos nós pagamos para fazer mera propaganda política com as *Novas Oportunidades* e encha sempre a boca com as *Novas Oportunidades*, quando nós sabemos perfeitamente que as *Novas Oportunidades* são uma fraude, eu digo aqui e assumo. Se quiserem e é só um minuto que eu vos roubo, eu conto-vos uma história muito rápida: Tenho uma familiar, é rápido Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho e a Mesa é que orienta os Trabalhos. Uma familiar tinha a antiga quarta classe, inscreveu-se nas *Novas Oportunidades*, deram-lhe o diploma no nono ano, a única coisa que lhe exigiram, foi ela elaborar um dossier e esse dossier foi preparado por alguém de fora, ficou com o diploma do nono ano da escolaridade. No final, acabou o nono ano de escolaridade, telefonaram-lhe várias vezes para se inscrever para fazer o décimo segundo ano. E estas são as *Novas Oportunidades*, é a criação de uma classe de pseudo analfabetos, porque efectivamente não o são e o Governo encha a boca com este programa das *Novas Oportunidades*, quando devia investir na criação de infra-estruturas aonde elas são necessárias.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- DEZ – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)

– Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu gostava e foi por isso que eu pedi para vir aqui, centrar a situação que está em discussão, porque acho que está absolutamente deslocalizada. E começa por ser deslocalizada pelo Senhor Deputado Correia de Campos, quando diz que fala em queixume e localizamos isto outra vez no betão. Uma escola não é betão! E é dito no próprio texto da Moção, pelo Senhor Presidente da Junta, que esta escola vai dar resposta a seiscentos e cinquenta alunos. No Concelho de Viseu, seiscentos e cinquenta alunos não é minimamente desprezando, não quero correr o risco de estar aqui a fazer cálculos, mas é uma percentagem elevadas dos estudantes do Concelho de Viseu. Também é dito na Moção – não é só a Freguesia de Ranhados, abrange outras freguesias limites à Freguesia de Ranhados. E aquilo que se trata é o seguinte: Em dois mil e cinco foi considerado pelo Ministério da Educação e pela Câmara Municipal, que havia necessidade de melhorar as condições a seiscentos e cinquenta alunos para terem uma melhor formação, uma melhor educação. Foi tudo correndo, foram-se assinando, foram-se cumprindo as coisas, foram feitos os projectos, a Câmara Municipal comprou o terreno conforme tinha obrigação, fez os projectos que tinha a fazer, o Ministério da Educação também através da DREC e em determinado momento tira-se do PIDAC. Quando se tira do PIDAC, de imediato, se adia mais um ano e agora vem a resposta e vem a consideração a dizer, candidatem ao QREN, porque se calhar não há dinheiro e vocês vão muito mais depressa candidatando-se ao QREN. Oh Senhor Deputado Correia de Campos, desculpe lá mas há aqui uma coisa que eu não consigo entender e é isto muito claramente, o Governo que enche a boca sistematicamente com a preocupação e bem, de melhoria da educação, de melhoria da formação, em que se criou inclusivamente as *Novas Oportunidades*, em que tem havido casos excepcionais de grande categoria de relevar, mas tem havido infelizmente casos, como aquilo que o Senhor Deputado António Vicente citou, infelizmente também são muitos e deveriam acabar porque é a vergonha e que destrói todo o outro projecto. Mas um governo que enche a boca sistematicamente com isto, um partido que enche sistematicamente a boca com a



grande defesa da educação, uma bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Viseu, que sistematicamente quando se fala em educação, vem aqui com diversos representantes dar-nos lições de como é que se deve fazer a educação e como é que se deve tratar a educação em Portugal e no Concelho de Viseu, virem agora aqui porque o Senhor Presidente da Junta de Ranhados no seu pleno direito e dever de defender a sua freguesia, os seu fregueses e mais, seiscentos e cinquenta alunos do Concelho de Viseu, para que tenham condições que já estavam consideradas em dois mil e cinco absolutamente necessárias. Estamos em dois mil e oito e a construção da escola ainda não se sabe quando é que será por culpa exclusiva da Direcção Regional de Ensino da Zona Centro, por culpa exclusiva do Ministério da Educação. Senhor Deputado Correia de Campos, a obrigação que temos nós, Deputados da Assembleia Municipal, é apoiar unanimemente a vontade e a proposta do Senhor Presidente da Junta de Ranhados contra um Governo que faz ouvidos moucos às necessidades ou interesses, à educação de seiscentos e cinquenta alunos do Concelho de Viseu.” -----

- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- **ONZE** – **SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta Moção, porque consideramos que a educação tem um papel fulcral no desenvolvimento das populações e por maioria de razão no interior do País, que através do encerramento de vários serviços fundamentais, tem sido alvo daquilo a que chamamos um verdadeiro “interioricídio”. É por estas razões que, independentemente dos pormenores que rodearam e que estiveram na origem deste atraso, consideramos que é fundamental a construção de um complexo escolar desta dimensão e neste Concelho. Pelo que não poderemos deixar de apoiar a Moção que aqui foi apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Ranhados.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **DOZE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu de todo, não estava nas minhas intenções intervir aqui, simplesmente há duas situações que não posso deixar em claro. A primeira é a afirmação do Senhor Deputado António Vicente Figueiredo, que aproveita a ocasião para fazer um ataque completamente descabido, dizendo que o PS nesta Assembleia está sempre contra, o Senhor sabe que isso não é verdade! Eu dou-lhe dois exemplos: Quando seriamente o PSD apresentou Moções sobre a Universidade, nós votámos a favor, só deixámos de o fazer e passámos a abster-nos no dia em que os Senhores pela quarta, quinta, sexta vez, trouxeram a mesma Moção a esta Assembleia, achámos que era brincadeira. Dou-lhe outro exemplo, ainda recentemente, pela voz do Senhor Presidente da Assembleia, foi aqui colocado o problema de que Viseu poderia estar prejudicado na distribuição das Direcções Regionais, votámos a favor! Quando se trata dos interesses de Viseu, a sério, quando não se trata de “chicane política”, nós votamos a favor! Eu não estou a dizer que esta Moção do Senhor Presidente da Junta é “chicane política”, estou a dizer, quando se trata de “chicane política” e que tem havido, nós votamos contra. Portanto, esta era a primeira coisa que eu queria dizer. A segunda é relativamente a esta Moção, o Senhor Deputado Esteves Correia disse: *Vamos centrar a discussão...* Então vamos de facto, de facto, centrar a discussão. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados trouxe a esta Assembleia uma Moção de Desagravo da Freguesia de Ranhados. A Moção de Desagravo da Freguesia de Ranhados, tem que ser votada pelas pessoas de Ranhados, se trouxesse uma Moção de Desagravo da Assembleia Municipal de Viseu, era uma Moção estruturada, o que não é o caso. Era só isso que eu queria dizer.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, esclarece o seguinte: “Senhor Deputado, só para ficar a saber, o que diz aqui é um “Voto de Desagrado”. Foi só para



repor o que está aqui. Dou a Palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira.” -----

- **TREZE** – **SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS)** -

Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Apraz-me acima de tudo registar a importância que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, atribuiu à Escola EB de Ranhados, a escola a ser construída, muito falada ultimamente e enunciada na Carta Educativa que aprovámos há pouco tempo. E apraz-me que seja discutido serenamente e de uma forma estruturada ainda esta questão, porque se trata de uma escola com várias valências, como aqui já temos falado, a escola de excelência, a escola que nós todos pretendemos que haja em todas as freguesias, ou pelo menos a cobrir a extensão de crianças, que se justifique pelo número de crianças nessa freguesia, ou nessa zona, a que a escola se refere. E apraz-me realmente reconhecer a importância desta escola e aquilo que foi dito anteriormente pela bancada Socialista, não invalida aquilo que o Senhor Presidente da Junta aqui veio trazer. O que me parece importante é que não se atribua à bancada Socialista responsabilidades que não tem, do conhecimento dum dossier que anda apenas nos “corredores do poder”, digamos, entre o Executivo Camarário e a Direcção Regional e o Ministério da Educação. Atribuir à bancada Socialista responsabilidade de conhecer o dossier e os contornos das negociações, é uma falsa questão e é apenas isso que eu gostaria de sublinhar. É que nós não podemos votar a favor de uma Moção que diz que realmente não é... Tem como base um argumento válido, como é evidente, nunca poderíamos estar conta, mas sobre o qual desconhecemos os contornos da negociação. Portanto, a culpa de quem, não sabemos, não temos obrigação de o saber e também não podemos reconhecer de que lado estará a razão. A importância da escola está fora de questão. Relativamente à Moção, nós não conhecemos os contornos da negociação, não temos que conhecê-los, a não ser que o Senhor Presidente da Câmara aqui queira enunciar e depois disso debatermos e analisarmos, estarmos perante todos os dados para podermos decidir. Relativamente às *Novas Oportunidades*, já agora aproveito se posso responder ao nosso colega de bancada, Doutor Vicente, que teve também responsabilidades na Direcção Regional, sabe como é que estas coisas se passam e portanto, também teria aqui alguma coisa a dizer-nos. Relativamente à *Novas Oportunidades*, penso quem está envolvido neste processo e tem estado na atribuição de certificados a muitas centenas de pessoas que voltaram à escola no fim de muitos anos, de certeza, que teriam opinião diferente se aqui estivessem. É abrir portas a muita gente, a centenas de pessoas que já tinham perdido o gosto de estudar e sobre a validade, sobre a importância deste projecto, sobre os resultados que ele está a produzir, eu penso que, nenhum de nós aqui nesta sala, tem dados suficientes para fazer essa avaliação e não seria justo.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **CATORZE** – **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Usa da palavra para responder

às questões levantadas do seguinte modo: “De facto era para aguardar pela parte final, aguardar a votação sobre esta Proposta e não intervir, mas dado a amplitude que teve esta discussão não posso deixar de esclarecer algumas coisas. O primeiro esclarecimento é para dizer de facto já estarmos com as novas tecnologias bem adiantadas, a comunicação não fluiu entre os Vereados do Partido Socialista e a Assembleia Municipal, porque felizmente para nós, a Vereação do Partido Socialista associou-se a nós quando dissemos que estávamos contra esta posição do Governo e portanto, eu registei e enfatizei na altura a posição do Partido Socialista, espero que agora não haja alteração, ela está em acta. Mas associaram-se a nós na defesa desta posição, o que significa que de facto há aqui um desencontro grande com os Deputados do Partido Socialista. Depois também uma outra coisa e eu gostaria de dizer que Ranhados não é em Marte, é no Concelho de Viseu. Estar a dizer que não se discutem assuntos de Ranhados nesta Assembleia Municipal é deslocar, isso é quase como dizer que na Assembleia da República não se podiam discutir assuntos



de Boticas, teria que ser no Parlamento Espanhol eventualmente, acho que é aqui o sítio exacto para se discutir. Agora uma outra coisa, também dizer que não há dados suficientes, estamos a falar de um acordo público vertido em Diário da República e portanto, se em Diário da República não é conhecido por pessoas interessadas e se dedicam à coisa pública, pior ainda. Já agora, uma outra coisa, eu acho é que quase que se esteve aqui a... Agora é eu percebi a “Quadratura do Círculo”, de facto já percebi como é que se pode dar aqui a volta, andar aqui a gatinhar para explicar uma posição. Eu acho que a posição é simples e notem outra coisa, nós em relação a esta escola, comprámos os terrenos, não eventualmente como noutros sítios em que os terrenos foram comprados pelo Governo, como aqui deveria ser, até isso nós fizemos, comprámos os terrenos, cumprimos a nossa parte em nome do Governo. É bom saberem como é que este dossier começou, o Governo pediu-nos para em seu nome fazermos uma escola. E disse-nos assim: “Verte-se para um acordo que é publicado num jornal oficial, portanto, no mais importante e aonde estão os termos do acordo”. E diz isto: “Os Senhores fazem a escola em nosso nome”. Tiveram até o cuidado e eu gostaria de notar, que isto é importante, o cuidado de pôr que, se houvesse alteração de preços, preços a mais, era o Governo que pagava, como não podia deixar de ser, e depois quando nós escrevemos, também já agora atenção que tem um significado – eu não escrevi à Senhora Directora Regional, eu escrevi ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado, como me compete, quem respondeu em nome deles foi a Senhora Directora Regional, a dizer para irmos ao QREN. Bem, ir ao QREN não precisa de autorização do Senhor Ministro nem da Senhores Secretários de Estado, nem muito menos da Senhora Directora Regional. Já agora também outra coisa, ir ao QREN não é a mesma coisa, para além de irmos com a nossa quota, com a contratualização, teríamos também que arranjar o dinheiro do complemento nacional, que os Senhores aqui nos negam constantemente, porque dizem que aplicamos taxas máximas. Portanto é assim, isto é que é centrar a discussão. Querem não votar a favor desta Moção, pois fazem muito bem mas digamos, esta é que é a discussão clara, objectiva, terão a responsabilidade de votar como entenderem.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, esclarece o seguinte: “Como sabem, em cada ponto da Ordem de Trabalhos, pode intervir duas vezes cada Membro da Assembleia Municipal e não vou estar a violar o Regimento. De qualquer das formas, tenho o pedido de palavra do Senhor Deputado João Paulo Rebelo, faça o favor.” -----

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu não tive a oportunidade e por isso peço desculpa ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, estive a resolver uns problemas e portanto, não ouvi a sua intervenção. De qualquer das formas, estou já inteirado da questão e gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara algumas questões para centrar como disse o Senhor Presidente da Câmara e bem, este assunto. Tanto quanto sei a Escola de Ranhados está inscrita em PIDAC nos últimos cinco anos, julgo eu, estamos a falar de responsabilidades já de vários Governos. Tanto quanto julgo saber também, a Escola de Ranhados e o protocolo dizia isso, é normalmente e hábito, acho que o Senhor Presidente da Câmara quando aqui agora estava a falar da metodologia dos protocolos, é natural que assim seja. Sabemos que a Administração Central faz com as Autarquias protocolos nestes moldes e muito bem, passando alguma responsabilidade para a Câmara Municipal, apoiando a Câmara Municipal no que fica protocolado e a Administração Central cumprindo as suas responsabilidades também. E gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se é ou não verdade, que já houve mais do que um local para a construção da Escola de Ranhados? E se é ou não verdade, que o projecto para a escola cabe à direcção Regional de Educação fazê-lo? E se é ou não verdade, que agora recentemente, o ano passado, quando houve alteração do terreno para a escola, isto obrigou que fosse feito um novo projecto para a mesma escola, que terá



atrasado o processo? Sabemos que entretanto não foi inscrito no PIDAC deste ano, porque precisamente o projecto, na nossa informação, ter sido concluído e já não ter sido possível inscrever em PIDAC, esta obra para este ano? São perguntas que lhe estou a fazer e portanto, se a resposta que tem da Direcção Regional de Educação, como disse o Senhor Presidente da Câmara, se é objectivamente, não pondo em causa a sua palavra, se a Direcção Regional de Educação se recusa, ou se faz a sugestão desta candidatura ao QREN para a execução desta obra, se é portanto, liminar a dizer que só pela candidatura ao novo Quadro Comunitário a obra é possível? São as perguntas que lhe queria fazer. È ou não verdade, que a alteração do local atrasou o processo, que a DREC a quem cumpre fazer o projecto, o terá também terminado já fora de tempo de poder inscrever em PIDAC esta obra e se lhe foi dito que, essa é uma dúvida que temos, se lhe foi dito claramente – a obra só é feita se tiver apoio do Quadro Comunitário?” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- DEZASSEIS – O SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para esclarecer as questões que lhe foram colocadas do seguinte modo: “Eu vou responder a estas perguntas, mas isto já é para ver se a gente entretém. O problema é muito simples, até se podia resumir a isso – se o Governo não quer que a Câmara faça a escola em seu nome, faça-a o Governo, é competência do Governo. Então o Governo pedenos para fazermos uma escola, assina connosco um acordo e agora estão-me a fazer perguntas? Deviam comprar o terreno, fazer a escola e apresentá-la aos cidadãos. Esta é que é a competência do Governo, o resto é “fait divers”, perfeitamente “fedi ver”. Aliás, o Senhor Deputado Correia de Campos, está a levantar e a gesticular tem boa experiência, fazia como fez nos hospitais em Lisboa – comprou o terreno, fazia o hospital... Eu estive aqui com paciência a ouvir, portanto os Senhores, com o meu estilo têm que me ouvir se quiserem, mas vão ouvir! Diria, o Governo se quiser, faz a escola. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo, veio aqui dizer, com uma informação de última hora, se calhar aí funcionaram as novas tecnologias, que a Senhora Directora Regional só disse que só faziam a escola se fosse pelo QREN? Eu preciso da autorização da Senhora Directora Regional para ir ao QREN? Mais, eu tenho que receber instruções, ordens da Senhora Directora Regional? Só me disse para ir ao QREN? Não! Eu o que lhe disse, para ir ao QREN, não preciso o documento é claro! Foi com base nisto que os Senhores Vereadores do Partido Socialista se associaram. A resposta que demos foi – para ir ao QREN não precisamos da vossa autorização. Portanto, se nós quiséssemos fazer uma escola pelo QREN, não precisamos de acordo nenhum em Diário da República, decidíamo-lo nós, fazíamo-la nós, desde que estivesse em Carta Educativa, absolutamente mais nada. O que se está é a “voltar o bico ao prego”, o que se quer dizer agora é que não quer fazer a escola. Se não se quiser fazer a escola, que não se faça! Se assuma a responsabilidade! Fico-me por aqui para não ir mais longe, mas se assuma a responsabilidade. Não se quer fazer não se faz, agora ninguém pede a outro para se fazer uma escola em seu nome e depois ainda se arranjam mil e uma desculpas para que sejamos nós a dar explicações. Esta questão do projecto é muito curiosa, trata-se de um projecto tipo. E o projecto tipo quando estiver pronto é aplicado aqui, na lua, em qualquer sítio. Ora vamos lá ver, qual é a diferença? Mas parece que arranjar cinquenta mil metros quadrados, que é uma violência para qualquer Município. Neste momento, como sabem há uma posição já difundida nacionalmente, em que as Câmaras nunca mais comprarão terrenos para o Estado. Arranjar cinquenta mil metros quadrados, numa zona urbana é obra! Que ninguém fique com essa desculpa. Arranjarmos cinquenta mil metros quadrados foi obra, mas cumprimos a nossa obrigação, aquilo que estava da nossa parte. Depois de assinarmos publicamente a escritura, porque eu já sei o que a casa gasta, essa era a desculpa, esse foi o pretexto, mas como nós assinámos publicamente a escritura na sede da Junta de Freguesia, a seguir vieram as desculpas, já não havia mais nenhuma, até ali era a do



terreno, agora já não havia terreno veio a desculpa do QREN. É muito simples, sinceramente eu em relação a esta Moção, estou dispensado de a votar, mas é muito simples, ou querem a escola ou não a querem. Ou querem que o Governo cumpra as suas obrigações, ou querem enfileirar e seguir também a votação do Partido Socialista na Câmara, ou não querem! Querem também arranjar uma outra forma? Façam como entenderem! Se eu fosse proponente da Moção, não perdia mais tempo.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Então vamos votar esta questão. Oh Senhor Deputado, eu não vi nenhuma honra ofendida, mas pronto Senhor Deputado, só para não estar aqui a criar nenhum facto. Dou-lhe a palavra. Não há aqui nenhuma honra ofendida, quando muito pode utilizar a figura da interpelação. A figura da interpelação pode usá-la.” De imediato da a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede novamente a palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente gostaria de interpelar a Mesa pelo facto... É dizer ao Senhor Presidente que já pode regressar que não há defesa da honra à interpelação. Tenha a bondade Senhor Presidente. Gostaria de interpelar a Mesa, em relação a uma questão processual. E a questão processual é esta – foi-nos aqui proposto que votássemos um Voto de Desagrado, ora para podermos manifestar o desagrado, temos que conhecer exactamente a situação e eu estou Senhores Deputados e a minha bancada, estamos disponíveis para numa próxima Assembleia Municipal nós podermos analisar o dossier completo. Compreendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, mas não nos pode pedir que analisemos uma questão com base apenas... Uma questão, é o julgamento do Governo, apenas nessa medida. E por isso eu queria pedir à Mesa se era possível haver, não sei se é possível haver no PAOD ou se na Ordem do Dia, se é possível inscrever isso e talvez a pedido da Junta de Freguesia, nós então estaríamos disponíveis para provavelmente, com outro conhecimento, que foi aquele que tiveram os Senhores Vereadores do PS na Sessão Camarária, com outro conhecimento, podemos até quem sabe, votar a favor dessa Moção. Portanto, era isso o que eu gostaria de dizer. E se me permitem ainda duas notas mais Senhor Presidente, peço desculpa queria interpelar o Senhor Deputado ou pedir ao Senhor Deputado Vicente Figueiredo que trouxesse aqui as razões de queixa que ele tem em relação ao programa que ele diz que é uma fraude e portanto, que essas razões de queixa, que as discutíssemos e sobre elas votássemos para poder ser realmente apresentado a quem de direito, porque sem embargo do Senhor Deputado estar desde já moralmente obrigado a escrever à organização das *Novas Oportunidades*, porque em público fez uma acusação gravíssima, que aquilo é uma fraude. Já que não pode escrever aos quatrocentos mil beneficiários do programa.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar esclarece o seguinte: “Senhor Deputado a Mesa tem sempre toda a compreensão pela intervenção de todos os Senhores Deputados, porque entende que nesta Assembleia, que só são cinco, seis por ano, devemos ter todo o espaço necessário para poder debater as questões em profundidade. Os Senhores Deputados são obrigados a conhecer o Regimento e a Lei que nos rege e conhecem todos os expedientes que a Lei nos permite para agendamentos, etc. Sabem muito bem que, os agendamentos das Assembleias Municipais são feitos ou por solicitação da Câmara Municipal, ou nos termos do Regimento e da Lei. Os Senhores Deputados também podem tomar iniciativas de agendamento e portanto, a Mesa, agenda aquilo que lhe é solicitado e aquilo que entende que deve ser agendado. Se o Senhor Deputado em qualquer momento juntamente com o seu Grupo Municipal, entender que deve agendar um determinado assunto, tem todo o direito nos termos da Lei. Agora, no caso concreto, também quero precisar que, aquilo que nós estamos aqui a debater, é uma Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal desta Assembleia Municipal e agradecia ao



Senhores Deputados que se centrassem na questão concreta que é a Moção, para passarmos à votação o mais rapidamente possível, porque afinal de contas um assunto que não era importante, afinal é de muita importância como tem provado o debate que tem estado aqui a ser feito.” De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **DEZOITO – JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Percebe-se aqui, penso que todos assistimos ao incómodo do Partido Socialista perante esta Moção. Eu não quero de maneira nenhuma retirar uma ilação, que eventualmente andam distraídos politicamente e que andam também por outro lado, mal informados politicamente. Tendo todo um conjunto de fontes de informação, principalmente até peritos na educação no seu Grupo Parlamentar, que não tenham acompanhado este dossier, que é público, é do conhecimento geral, que tem vindo em vários jornais. E por isso, apenas realço aqui o incómodo que tem para o Partido Socialista uma Moção em defesa dos interesses da região, da freguesia, em suma como disse o Deputado Esteves Correia, em defesa de jovens, das crianças do Concelho de Viseu. E terminando com uma situação que é esta, o que está aqui em causa é o bom-nome do Estado, o que está aqui em causa é o Estado honrar os seus compromissos. Será que uma Moção, que tem em causa somente apelar ao Estado Central que honre os seus compromissos, poderá originar um tão grande incómodo numa bancada desta Assembleia Municipal?” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Eu vou passar à votação. Eu quero pedir aos Senhores Deputados o seguinte, acho que nestas Assembleias Municipais, elas sempre se pautaram com um elevado nível de discussão. Nunca vi aqui, desde que presido e mesmo anteriormente, nenhum motivo que atentasse contra a honra de ninguém. Eu peço, por amor de Deus, que os Senhores Deputados não utilizem o Regimento de uma forma leviana. Utilizem o Regimento com aquilo que as figuras contêm e que efectivamente, se algum dia acontecer, até hoje felizmente nunca aconteceu, que alguém sinta a sua honra ofendida então utilizem o expediente da defesa da honra. Peço-vos que efectivamente, não utilizem o Regimento de uma forma tão... Não, tem o direito a uma segunda intervenção, mas só estou aqui a fazer um apelo porque mesmo na Assembleia da República, eu acho que às vezes se utiliza este expediente da defesa da honra de uma forma tão extensiva que acaba por se desvirtuar o sentido. Não vamos nós também na Assembleia Municipal de Viseu, desvirtuar o sentido da defesa da honra, é um pedido que eu faço a todos os Membros da Assembleia para não termos aqui situações melindrosas de condução dos trabalhos. Tem a palavra o Senhor Deputado João Paulo Rebelo para uma segunda intervenção e a seguir, vamos passar à votação.” -----

- **DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Senhor Presidente, é só de facto, para deixar bem claro dois pontos, o primeiro é que às perguntas que eu aqui fiz o Doutor Fernando Ruas, Senhor Presidente da Câmara Municipal, não respondeu e é costume também, quando o Partido Socialista aqui coloca algumas questões, o Senhor Presidente da Câmara objectivamente não responde. E depois, antes disso, dizer, obviamente manifestar aqui o meu desagrado e o desagrado da bancada do Partido Socialista por esta insinuação também, que o Deputado Mota Faria vem fazer, que não corresponde rigorosamente nada à verdade - que é dizer que o Partido Socialista, não faz ou não está ao lado dos legítimos interesses de Viseu. Isto não corresponde rigorosamente nada à verdade e à verdade que as actas desta Assembleia Municipal transmitem, precisamente por centenas de posições que o Partido Socialista aqui já tomou na defesa dos interesses de Viseu. Agora, o que eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, que desviou as minhas perguntas e não lhes deu resposta, é – eu faço um acordo com alguém, o acordo que faço com alguém está assente em determinadas premissas, a determinada altura do campeonato, eu mudo e altero uma das premissas, o outro, o meu parceiro de protocolo



necessita de fazer readaptações e é evidente que, toda a gente compreende que o que o Senhor Doutor Fernando Ruas disse de que é uma escola tipo, um modelo tipo, que tanto se instala em Ranhados como na Lua, é evidente que, isto não é verdade. E o Senhor Presidente da Câmara sabe e muito bem, que os projectos precisam de adaptação ao local aonde vão ser instalados. Mas isto é do mais elementar bom senso e portanto, é evidente que havendo uma alteração e essa alteração é do ano passado no terreno, há necessidade de fazer um novo projecto e a escola há-de ser feita, vai ter que ser feita e será feita naturalmente, com o apoio do Partido Socialista aqui também nesta Assembleia Municipal, que minimamente estará contra a instalação da escola em Ranhados, como é evidente. Agora o que não podemos aceitar, é que a Câmara Municipal mais uma vez na estratégia já mais do que gasta, que é – tudo o que é bom somos nós que fazemos, quando há alguma coisa que corre mal a culpa não é nossa, é da DREC, é do Ministério da Educação, neste caso concreto. Também não podemos aceitar que isso seja permanentemente utilizado. É bom percebermos que o Ministério da Educação com certeza, que dará e cumprirá e tem que cumprir, o Partido Socialista nesta Assembleia bater-se-á por isso, para que o Ministério da Educação cumpra os seus compromissos. Isso não está minimamente posto em causa. Agora o que também é preciso perceber, é que ainda há alterações no processo, que as coisas podem não acontecer de um momento para o outro. Eu quando disse que estava inscrito em PIDAC há cinco anos, não foi para entrar na desculpabilização do Governo do PS... Também já foi do Governo do PSD... Não se trata disso, trata-se de dizer que há alterações, quer dizer, os processos sofrem algumas questões que se levantam a determinada altura, que evidentemente, por vezes se atrasam e às vezes até adiantam algum do serviço. O que aconteceu aqui no ano passado, esta alteração do terreno, foi evidentemente uma questão que veio tornar mais moroso o processo de instalação da escola, com a qual o Partido Socialista concorda e bater-se-á nesta Assembleia Municipal para que isso aconteça. Votar uma Moção em que se dá a entender que a escola não é feita por vontade do Ministério da Educação e da Direcção Regional de Educação do Centro, pedimos desculpa mas não podemos votar, que isso não corresponde à verdade. Portanto, uma coisa é batermo-nos pela escola, outra coisa é votarmos este tipo de Moções.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, intervém dizendo o seguinte: “Senhores Deputados ainda vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários. Se há mais algum esclarecimento para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, é o momento agora de o fazer, para eu depois passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e de imediato, iremos votar, porque se não passamos aqui a manhã toda com este ponto.” De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)- Pede novamente a palavra para intervir, dizendo o seguinte: “Algo que começou por ser classificado pelo Senhor Deputado Correia de Campos como um queixume que não poderia ser aceite, já era hábito aqui do PSD na Assembleia Municipal, vínhamo-nos aqui queixar, fazíamos queixumes de coisinhas contra o Governo, já vai com a dimensão que está. É que na realidade não era um queixume, na realidade era algo de bastante importante e quando os Senhores da bancada do Partido Socialista dão conta que estão em contradição com os seus Vereadores, começam à procura de soluções. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo, alegando e muito bem e ninguém tem nada a ver com isso, porque tinha os seus afazeres, que chegou tarde, mas teria sido informado sobre o que é que estava no texto, pois foi mal informado. É que está lá escrito no texto que, o terreno teve escritura pública em, salvo erro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pode ajudar-me, em Novembro de dois mil e sete. Também lá está escrito, naqueles pressupostos da Moção, que a Senhora Directora Regional de Ensino da Zona Centro,



afirmou que o projecto da escola estaria pronto em Abril de dois mil e oito, acho que são essas datas que lá estão. Portanto, as informações estão aqui todas e como estão cá todas, tem que enrolar a situação para ver se isto passa em falso, que é para os Senhores não serem apanhados em contra pé. O ideal agora era isto passar para outra assembleia que era para os Senhores poderem estudar o processo, o dossier, que é muito complicado, complicadíssimo este dossier, que até tem vindo nos jornais e que se conhece. Agora o Senhor Deputado João Paulo Rebelo, também vem dizer que isto é um processo da Câmara, foi o que o Senhor agora mesmo disse, que a Câmara na sua linha do costume, vem com a coisa de que as obras se são boas são da Câmara, se não são, são do Governo. Não tem nada a ver com isto Senhor Deputado, tem a ver que os Senhores, agora estão sem saber o que hão-de fazer. Porque a realidade são seiscentos e cinquenta alunos que têm tudo, tudo, tudo em condições para que a escola comece a ser construída. Existe o terreno, existem os projectos da Câmara, existe o Projecto da Direcção Regional de Ensino, tudo está em ordem para se poder construir a escola, a Câmara está disponível para construir a escola, é preciso é que venha o dinheiro. Está tudo, inclusivamente o contrato publicado no Diário da República, que dossiers são que os Senhores querem ler? Não há dossier nenhum! É chegar à conclusão que a Senhora Directora Regional de Ensino, agora quando chega a hora de dizer – Senhor Presidente da Câmara arranque com a obra que eu pago, conforme está protocolado e inscrito e publicado em Diário da República, diz-lhe assim, candidate-se ao QREN. Que resposta é que o Senhor Deputado João Paulo Rebelo, queria que o Senhor Presidente da Câmara lhe desse? Ele não precisa de autorização nenhuma para isso, nem lhe aconselho disso! Mas precisa também de ter um cuidado que é este – tem “plafonds” no QREN para o Concelho, se for ocupar nisto, não pode ocupar noutras coisas precisa delas. E não pode ir ocupar isto e muito bem, dou os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, esta verba, para uma escola, quando a escola está protocolada com o Estado e o Estado tem obrigação de a pagar. E é aqui que está o busílis, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, propõe uma Moção de Desagrado, da população que representa, que nós apoiamos, contra a posição ambígua e que querará atrasar seriamente a construção de uma escola necessária para seiscentas e cinquenta crianças que precisam de melhores condições de ensino, que os Senhores tanto defendem. Votem a favor, ou então assumam que votam contra, mas já demonstraram sobejamente e espero que os Órgãos de informação tenham visto que os Senhores andam a rabejar, desculpe.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----
 - VINTE E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Usa da palavra para esclarecer as questões que lhe foram levantadas do seguinte modo: “Senhor Presidente apenas dois esclarecimentos, deixe-me fazer uma nota prévia para dizer que para quem desconhecia o assunto, o Senhor Deputado João Rebelo tem de facto, muita informação. É pena que a posição dos Senhores Vereadores do Partido Socialista não fosse necessária sequer, este tipo de informação tinham-na toda. Já agora também pôr os “pontos nos is”, o acordo é de dois mil e cinco. Não sei quantos Governos é que atravessou, mas o acordo que está no Diário da República, é de dois mil e cinco e o terreno que lá está dito é em Ranhados. Qual foi o acordo que a Câmara não cumpriu? A Câmara não tem um terreno em Ranhados? Bem, se por acaso fosse essa a justificação, a Direcção Regional tinha-nos dito – olhe, a escola ainda não pode ser construída agora, é construída mais tarde, estamos agora a acabar o projecto... Isto é a tentar tapar “o sol com uma peneira”. É tentar atirar para quem se disponibilizou a fazer uma obra do Estado, ainda as culpas. Depois vem o Senhor Deputado João Paulo dizer – ah, mas isto é hábito na estratégia da Câmara, mas qual estratégia da Câmara? Se o Governo seguisse a estratégia da Câmara este País era diferente. Então, somos nós que não estamos a cumprir? Aonde é que nós não estamos a cumprir? Qual é o acordo aonde a Câmara está a falhar? A Câmara tem o terreno que



disponibilizou... O grande problema, é não quererem assumir, sempre que se “bate no Governo”, ficam em dificuldade. Olhe é muito simples, e voltando a resumir aquilo que eu disse inicialmente, se o Governo não quer a escola feita desta maneira... Pode não querer seja feita desta maneira, por querer que seja feita de outra, está bem Senhor Deputado João Paulo? E fico por aqui, se o Governo não quer a escola feita com a colaboração da Câmara, que a faça! Mais, há uma coisa que eu lhe garanto, se o Governo quiser rasgar o protocolo que assinou, tem que comprar os terrenos à Câmara. Se o Governo quer fazer a escola sem o envolvimento da Câmara, não há acordo para nada, a partir de agora cumprimos rigorosamente. O Governo vai comprar os terrenos como tem feito noutros sítios, compra também aqui o terreno. Portanto, que não venha atirar para a Câmara, ainda que seja pela voz de um Deputado mal informado, alguma responsabilidade que nós não temos. Nós estamos na parte final da comunicação, disponíveis para começar a escola de imediato. Agora criem as condições e não andem de facto a arranjar desculpas que não têm nenhum cabimento.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos então passar à Votação da Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Ranhados. A Moção foi aprovada com quarenta e um votos a favor, nove contra e duas abstenções. Dou a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira.” -----

- **VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “A Organização Mundial de Saúde, considera idoso um indivíduo com idade superior a cinquenta e cinco anos. Mais de quinze por cento da população portuguesa tem mais de sessenta e cinco anos. Em Viseu, segundo dados de dois mil e sete, dezasseis vírgula quatro por cento da população residente, ou seja, mais de dezasseis mil cidadãos, enquanto que em dois mil, eram cerca de quinze por cento, Assim, o envelhecimento humano é um fenómeno cada vez mais importante e assume uma grande actualidade e pertinência, devido ao aumento rápido da população, da chamada terceira idade, sobretudo nos países industrializados. Particularmente nestes últimos, a esperança de vida aumentou de forma quase exponencial sendo em Portugal actualmente, de cerca de dezoito anos para um cidadão de sessenta e cinco anos. Esta situação gera preocupações motivadas antes de mais, pelo crescente número de pessoas idosas relativamente ao total da população, o que justifica medidas nas áreas da gerontologia e da geriatria. Uma destas medidas é o apoio social, que engloba um ou diversos tipos de apoios específicos, prestados por indivíduos ou instituições. As redes sociais de apoio são as formas como as ligações humanas se estruturam nos sistemas de apoio para manutenção e promoção da saúde das pessoas e os recursos que são partilhados entre os membros desses sistemas. As redes sociais de apoio à pessoa idosa, entrega às redes de apoio formal através de serviços estatais da Segurança Social e organizados pelo poder local e as redes de apoio informal que impõem as redes e famílias e amigos do próprio idoso. As redes sociais de apoio aos idosos revestem-se de importância crucial, dado que o sentimento de ser amado e valorizado, de pertença a grupos leva os indivíduos a escapar ao isolamento, sendo um importante factor na adaptação e bem-estar do idoso. Diversos autores concluem ainda que o funcionamento físico, a protecção de adequação do apoio social e os factores psicossociais, constituem importantes factores modificadores da qualidade de vida em particular nos indivíduos que apresentam uma boa saúde física. São assim pertinentes, todas as políticas activas para este segmento etário da população, com incidência especial nas áreas da ocupação dos tempos livre, socialização, saúde e actividade física. A Autarquia de Viseu, com um projecto de actividade sénior, mobilizou durante cerca de oito meses, os viseenses com idade igual ou superior a cinquenta e cinco anos, para uma participação activa, sensibilizando-os para os riscos dos sedentarismos na qualidade de vida e no inevitável processo de envelhecimento, mas também no papel que a actividade física e social pode



desempenhar na criação e manutenção de bem-estar nestas idades. O enquadramento técnico foi assegurado por monitores licenciados, com especialização da área de actividade física na idade sénior e foram feitas parcerias com Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Escola Superior de Educação de Viseu, mobilizando assim várias Instituições. Toda esta dinâmica permitiu a inscrição de quase mil munícipes seniores, em trinta e seis grupos de actividades, em parceria com vinte promotores locais, com a participação em actividades como a hidroginástica, dança, caminhadas, rastreios médicos, consultas de nutrição e jogos tradicionais, entre outras. Consideramos que numerar os efeitos causados pelo envelhecimento, é uma medida essencial de saúde pública e a actividade física desempenha um importante papel nesse sentido, criando e mantendo o bem-estar com benefícios evidentes – melhor equilíbrio, mais força, melhor coordenação psicomotora, maior flexibilidade e resistência. O exercício físico adequado traz outras vantagens: ajuda a prevenir ou minimizar a incapacidade e a dor associadas às doenças, como as cardiovasculares, as artrites, a osteoporose e a hipertensão, que são as mais frequentes nos idosos. Além disso, uma vida activa traz aos idosos maiores possibilidades de criar novas amizades, de manterem laços com a comunidade e de contactarem pessoas de todas as idades, reduzindo-se a solidão e a exclusão social e aumentando a auto-confiança e a auto-suficiência, sentimentos que são fundamentais para o seu bem-estar psicológico. Como referi inicialmente, cada vez mais o envelhecimento será superior. Para aqueles menores que ainda têm a felicidade de ter pais, certamente muitos deles já ultrapassaram a fasquia etária a partir da qual são considerados idosos. Como dizia, certamente que os presentes têm a oportunidade de dar todo o apoio aos seus progenitores, numa sociedade em que é tendência de suporte familiar ao idoso, diminuir e todas as formas que contribuam para sua integração social, são por nós apoiadas e bem vindas.” -----

- MESA – Dá a Palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) - Pede a palavra para intervir do seguinte forma: “ Eu gostaria de começar por um ponto prévio, porquanto no respeito para com a Mesa e o Senhor Presidente, não usei o meu direito de uma segunda intervenção na discussão que se fez anteriormente e também não usei o direito de responder, uma vez que, eu fui interpelado por alguns Deputados da bancada Socialista e portanto, vou fazê-lo até porque a intervenção que eu tenho a apresentar é bastante curta e não vai exceder os dez minutos a que tenho direito. E para dizer exactamente que: Nós temos de ser honestos, porque quando eu referi *Novas Oportunidades*, e o projecto das *Novas Oportunidades*, fi-lo num contexto muito claro e o contexto era este, eu comecei por dizer que o Governo é um “Governo Caçador” e comparando aquilo que está a fazer, recusando a construção de uma escola, que havia de servir seiscentos e cinquenta alunos e gastando esse dinheiro em *Novas Oportunidades*, que efectivamente, têm defeitos e ou pontos e assumo exactamente os defeitos que esse projecto tem, foi exactamente inserido nesse contexto e eu repito as *Novas Oportunidades* foi um projecto interessante, diríamos que houve essa substância, mas temos de contestar a forma como está a ser conduzido este projecto. Dei também alguns exemplos, teria muitos outros e provavelmente os Senhores também os têm. Quero dizer-vos que daqui a uns anos, quando for feita a avaliação e espero que venha a ser feita, mas espero que venha a ser uma avaliação isenta e externa, não é agora, porque agora a avaliação que está a ser feita é para marketing é para a propaganda e o que se faz juntando aquelas pessoas todas, para lhe entregar diplomas, para lhe entregar os computadores, nós também somos capazes de fazer isso! É propaganda, é propaganda pura o que se está a fazer e quando nós chamamos de *Novas Oportunidades*, continuo a dizer, vamos esperar. Espero eu, desde já, que não seja apenas para as estatísticas e para os números, para dizer que há um sucesso educativo que foi fruto desse trabalho através das *Novas Oportunidades*, abrindo a porta a



milhares ou a centenas de pessoas que regressaram à escola. Espero também que um dia, se venha a explicar porque é que, outras centenas regressaram à escola, mas naqueles cursos de formação nocturnos, que estavam inscritos no Instituto de Emprego e foram, eu não sei se obrigados, mas eu vou utilizar a palavra obrigados entre “comas”, a voltar à escola possivelmente para compor os números, fico-me por aqui. Passo então à intervenção para dizer o seguinte: Senhor Presidente da Mesa e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Viseu: entre dezoito e trinta de Maio passado tivemos o privilégio de ter entre nós a equipe técnica e os jogadores da Selecção Nacional de Futebol. A nossa cidade foi escolhida como local de estágio de preparação para o Euro dois mil e oito, tendo pesado, nesta escolha, a existência de boas infra-estruturas desportivas e turísticas e as semelhanças climatéricas que, no período de estágio, se aproximavam das condições de clima que a nossa selecção iria encontrar na Suíça e na Áustria. Também terá pesado o bom relacionamento que existe entre o Presidente da Câmara de Viseu e a Federação Portuguesa de Futebol, reforçado desde o Europeu de sub-dezassete. Numa conjugação de esforços entre o Executivo Camarário, a Associação de Futebol de Viseu e o Grupo Visabeira foi possível criar as condições necessárias para que uma cidade do interior, contrariando tendências de domínio dos grandes centros urbanos, pudesse receber um evento de projecção nacional e internacional. Durante quase quinze dias, os media instalaram-se em Viseu, mostraram ao mundo aquilo que temos de melhor: a nossa hospitalidade, o nosso entusiasmo, as nossas rotundas floridas e os espaços verdes cuidados, numa cidade onde os elogios são sempre bem-vindos e merecidos! E tantos eles foram. Nesta curta intervenção permitam-me que destaque três notas sobre a importância da presença da selecção nacional de futebol na nossa cidade: *a programação cultural e desportiva, o comportamento dos viseenses e a cobertura mediática do acontecimento*. Para dar nota do programa cultural e desportivo que acompanhou o estágio da nossa selecção, eu vou socorrer-me desta brochura, uma edição da Câmara que diz “Agenda de Acções” e abrindo logo na primeira página nós temos – Actividade Física e na actividade física nós podemos salientar e devemos salientar a Feira de Desporto; os Jogos Tradicionais; podemos também fazer referência, folheando as páginas seguintes aos Décimo Sétimos Jogos Desportivos de Viseu; que envolveram muitos e muitos desportistas em competição. Tivemos a Feira de Desporto, no Rossio, a Décima Terceira Festa das Freguesias, uma forma brilhante de trazer para o Rossio a actividade que as freguesias fazem nos seus locais onde são Presidentes de Junta. Depois tivemos música, o Primeiro Festival de Música da “Primavera Viseu”, numa colaboração interessantíssima entre a Câmara e o Conservatório Regional Doutor Azeredo Perdigão; o Nono Festival de Teatro Jovem; tivemos também gastronomia, a excelência dos nossos Vinhos do Dão – “Viseu Gourmet” e a promoção do Centro Urbano e Sabores da Beira. Um conjunto de actividades que ocupou todo o período em que a nossa Selecção e nem a chuva e nem o frio conseguiram afastar as pessoas que vieram de fora para participar nestas actividades e logicamente para apoiar a nossa Selecção. A realização destas e de outras actividades que foram desenvolvidas no período de permanência da selecção nacional em Viseu, deveu-se ao esforço e empenho de uma vasta equipa, coordenada por uma comissão organizadora, sedeadada na Câmara Municipal. Mas foi também o espírito de iniciativa das associações culturais e desportivas do nosso concelho, foram os estabelecimentos de ensino, regular e artístico e foram os Presidentes de Junta de Freguesia que, compreendendo a importância de dar para o exterior uma imagem de Viseu dinâmico, quiseram estabelecer parcerias com o Executivo Camarário, promovendo iniciativas de muita qualidade. Viseu só pode estar reconhecido a todos quantos colaboraram na festa, que se preparou para receber a equipa técnica e os seleccionados da equipe nacional de futebol. A segunda nota tem a ver com o comportamento dos viseenses e de todos quantos vieram dos mais diversos pontos do País, para se sentirem próximos da nossa Selecção. Foi um entusiasmo que varreu a



cidade, uma manifestação de apoio jamais vista em tempo de estágio duma selecção nacional. A presença massiva nos treinos que se realizaram no Fontelo, ainda que só alguns pudessem entrar, é bem demonstrativa do carinho que Viseu devotou à equipe técnica e aos convocados para o Europeu de dois mil e oito, apesar de nem sempre esse carinho ter tido correspondência da outra parte. No final, porém, os jogadores enfatizaram e agradeceram o apoio dos adeptos da selecção e falaram das suas emoções quando se viam envolvidos em banhos de multidão, recebidos com cânticos e aplausos. Finalmente, falamos da cobertura mediática que pôs o nome duma cidade de interior nos noticiários das televisões, nos jornais e revistas, deste país e do estrangeiro, sobretudo dos países atentos ao fenómeno do futebol. As reportagens que passaram de Viseu deixaram uma marca de progresso, mostraram uma cidade organizada, limpa e apetecível. Como referiu o Presidente da Câmara, na gala que homenageou antigos e actuais jogadores de futebol, “Viseu ganhou notoriedade, orgulho, reconhecimento e mostrou que sabe receber bem”, citei. Estou certo de que todos concordarão na capital importância deste evento desportivo para a promoção da cidade de Viseu e das suas gentes. Não é obra de uma só pessoa, como já referimos, mas é o trabalho de uma grande equipa, é a manifestação da sensibilidade dum povo que se rendeu à Selecção de Futebol e o sentido de oportunidade e a inteligência dos nossos empresários. Na sequência do que disse, proponho um Voto de Regozijo e de Congratulação pela forma muito positiva como decorreu o estágio da Selecção Nacional de Futebol, entre os dias dezoito e trinta de Maio, na cidade de Viseu. Neste voto incluo a Câmara Municipal de Viseu, a Associação de Futebol de Viseu, o Grupo Visabeira – Turismo e, globalmente, os cidadãos de Viseu, pelo exemplar comportamento e pelo permanente apoio que tributaram à Equipe Nacional de Futebol, durante o período de estágio.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Há um Voto que está neste momento em discussão. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Dou a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.”

- **VINTE E QUATRO - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** - Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “A posição do Partido Socialista sobre este Voto é de apoio e gostaríamos de dizer que temos as mesmas razões que o Senhor Deputado Vicente Figueiredo tem, para nos regozijarmos com o apoio que a cidade e o Município prestaram, a Autarquia e todas as forças vivas prestaram à nossa Selecção. Devo dizer que muitos de nós, que vivem fora do Concelho, sentiram orgulho de ver a cidade nos noticiários e a ver embelezada e motivada para o apoio que foi solicitado. Todos nós temos pena do desfecho que gostaríamos que fosse prolongado durante mais alguns dias, mas paciência, fizemos aquilo que estava ao nosso alcance, portanto, o nosso apoio é de regozijo também em relação a este Voto. Segundo nota de apoio, eu gostaria ao abrigo também do mesmo dispositivo, que permitiu que o Senhor Deputado António Vicente Figueiredo abordasse nesta segunda intervenção uma parte daquilo que tinha dito na primeira, eu gostaria também, se o Senhor Presidente não se opõe de gastar um minuto com outro regozijo. O meu regozijo é para não me manifestar muito satisfeito por em menos de uma hora o Senhor Deputado António Vicente ter mudado de opinião. Mudado de opinião no bom sentido, porque há uma hora atrás tinha dito que as *Novas Oportunidades* são uma fraude, uma hora depois veio aqui dizer que não estava em causa o programa *Novas Oportunidades*, que era uma grande esperança, apesar de ter dito também que era propaganda pura, mas também estou à espera que seja daqui a uma hora seja daqui a uma semana, o Senhor Deputado António Vicente Figueiredo, venha dizer que não disse isso. Muito obrigado, as actas existem, na próxima Sessão veremos.” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder Amaral. -----

- **VINTE E CINCO - SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Dizer que da parte do CDS/PP, também



apoiamos este Voto e votaremos favoravelmente apenas e só por causa de uma frase, porque faz referência ao péssimo comportamento dos nossos jogadores de futebol, para com a população de Viseu. A população de Viseu merecia mais, merecia melhor e merecia o respeito. Não quero fazer análises futebolísticas, diria até que os nossos emigrantes mereciam mais dos jogadores de futebol. Eu tive o prazer de não estar em nenhum momento com a Selecção Portuguesa, porque tive a oportunidade de escrever inicialmente que eu gosto dos países que festejam no fim e não antes. Gosto de selecções que se concentram, que trabalham afincadamente e depois têm resultados e não de um sei quantos números de jogadores de futebol, não a Associação de Futebol de Viseu, mas não tenho nenhum particular respeito pela Federação Portuguesa de Futebol cujo método de eleição muito parecido com os países pouco democráticos e não com o espírito democrático com que eu me habituei a viver as situações e viver a vida. Mas queria dar os parabéns a todos quantos estiveram envolvidos, porque Viseu ganhou, porque a população de Viseu deu mostras de saber receber bem mais uma vez, deu mostras de ter capacidade organizativa e conseguiu de facto, excelente momento de visibilidade interna e externa, que é aqui que qualquer organização ou qualquer pessoa, verá que são estes tipos de eventos, pena é que não existirem mais, que são de facto valiosos e que podem ter benefício. Agora dizer que estranhei e estive bem perto, por duas oportunidades, estive inclusivamente em Tondela e fiz questão de sair assim que a Selecção chegou, mas estranhei o aparato, a mobilização até de forças da segurança, que eu não vejo nomeadamente quando somos visitados por outros Chefes de Estado. Peço desculpa, mas eu os valores da Pátria para mim são mais importantes e tenho outros que não – de vinte e duas pessoas atrás de uma bola - tenho outros confesso, sou até daqueles fascistas que de vez em quando uso o pine da Bandeira Portuguesa na lapela, não é só porque o Senhor Scolari pede, já era antes do Senhor Scolari pedir, portanto, tenho esta característica de alguns tempos. De maneira que eu, retirando estes considerandos, porque acho que o Voto faz referência a isso, não foi clara, não foi tão fundo, mas ficou o sentimento naquela frase e por isso mesmo merece a minha concordância.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “ Muito obrigado Senhor Deputado, o que está em votação é só o parágrafo, que é da sequência do que disse ponho um Voto de Regozijo e Congratulação, portanto os considerandos são da responsabilidade do Senhor Deputado. Eu vou pôr à votação, penso que dispensam a leitura, ainda se lembrarão do texto, que é um texto pequeno. Está aprovado por unanimidade o Voto de Regozijo e de Congratulação. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Reconhecida que está a importância da educação na promoção da cidadania, no processo de socialização dos indivíduos, na construção de uma cidade harmoniosa, democrática e moderna, é hoje consensual que os modelos de desenvolvimento devem estar suportados na aplicação de políticas que privilegiem estes preceitos, e algo que já foi discutido hoje. Feita que foi esta leitura por parte do Executivo Camarário e na sequência de outras medidas que têm potenciado o acesso ao conhecimento, informação, educação dos viseenses, é com agrado que assistimos à criação de um espaço vocacionado para o estudo, pesquisa e reflexão, dotado das condições físicas de excelência, equipamentos informáticos e condições e valências técnicas, que permitem o acesso à Internet sem fios, com condições de utilização transversais a todos os cidadãos, nomeadamente aqueles que têm mobilidade reduzida. Para além disto, a Sala de Estudo do Fontelo, atenua a procura intensiva que a Biblioteca Municipal apresentava por parte daqueles que a procuravam para estudar e aqui falo principalmente dos mais jovens, o que permite libertar este equipamento para um tipo de utilização mais conducente com as suas características. Inserida num dos espaços mais



aprazíveis da cidade, a escolha do Fontelo para a construção da Sala de Estudo revelou-se certa, não apenas pela sua centralidade, beleza natural ou tranquilidade, mas também por estar integrada num complexo desportivo de referência, algo que está em perfeita harmonia com o princípio que defende a existência de *uma mente sã em corpo sã*. Apesar de recente, este equipamento regista já uma considerável frequência de visitas e um elevado nível de satisfação dos seus utilizadores, indicadores que evidenciam o sucesso do projecto, validando a pertinência do investimento efectuado, bem como o plano para a criação de dois novos espaços, algo que desde já saudamos.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa em exercício, do seu lugar, diz o seguinte: “Terminou assim o PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. Dou a palavra Senhor Presidente da Câmara.”-----

- VINTE E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram levantadas, da seguinte forma: “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, presumo que me está a dar a palavra para responder neste “Período Antes da Ordem do Dia” e portanto, é isso que eu vou fazer. “O Período Antes da Ordem do Dia”, teve uma parte que digamos, despertou mais interesse, mas houve umas outras perguntas a que eu vou tentar responder: Uma primeira tem a ver com a questão levantada inicialmente pelo Senhor Deputado João Cruz, não está cá o Senhor Deputado, eu tenho pena, queria responder-lhe, como não está eu dou-lhe a resposta na mesma. Eu tinha indicação que eventualmente, o Senhor Deputado viesse referir as mesmas afirmações que fez numa reunião aqui aquando do “Centro Histórico”. Felizmente, o Senhor Deputado não reiterou, eu estava à espera que viesse, queria perguntar aqui ao Senhor Deputado, gosto de olhar as pessoas de frente, se conhece alguns interesses em que a Câmara Municipal a que eu presido esteja subjugada. Não o fez, não foi essa a pergunta, mas gostaria de facto, de aguardar ainda pelo Senhor Deputado João Cruz para lhe perguntar se conhece alguns interesses no “Centro Histórico”, em que a Câmara Municipal de Viseu esteja subjugada. Quando vier o Senhor Deputado ainda tenho tempo de lhe perguntar. Também, quem puder levar ao Senhor Deputado a informação de que as esplanadas estão reguladas por um Regulamento Municipal, aprovado em Assembleia Municipal, portanto, pedimos a cópia, está aqui. Não percebemos que tipo de esplanada é essa, é aquela apenas do sítio aonde mora, se são outras esplanadas, mas elas estão reguladas. Já agora, também é errado dizer-se que nós que concedemos espaços para esplanadas, em sítios que os loteadores deram à Câmara, não são nada disso! Os espaços que os loteadores cedem à Câmara, são espaços da Câmara, são descontados na taxa de urbanização, portanto são espaços da Câmara sem reservas. Se a Câmara quiser, não é isso que está a fazer, estão através do regulamento aprovado aqui e tenho pena que alguns dos Senhores Deputados desconheçam os regulamentos aprovados pela Assembleia, todas as esplanadas são referidas pelo regulamento que aqui foi aprovado e cuja cópia eu mostrei há bocadinho. Está aqui é este o regulamento, podem consultá-lo quando quiserem e que diz como é que se ocupa o espaço da via pública, dizer que esse espaço, se a Câmara os quisesse explorar e ceder, fá-lo-ia no seu conteúdo funcional, porque são espaços seus, não foram dados pelo loteador. Foi essa pergunta que me fez? De qualquer maneira eu vou pôr-lhe uma pergunta que fiz na sua ausência. Estava eu a perguntar há bocadinho que lhe fizessem chegar e estava na esperança que o Senhor Deputado, se não foi também vão as minhas desculpas, tinha referido aqui numa reunião aonde eu não estive, que no “Centro Histórico” a Câmara estaria subjugada a alguns interesses. Não foi Isso? Pronto, fica aqui registado Senhor Deputado, ainda bem que me descansa, porque eu não gosto de deixar as perguntas a meio. A Câmara não está em sua opinião subjugada a nenhuns interesses, porque eu gostaria de explorar isso até ao fim, neste ou noutros assuntos quaisquer a Câmara a que eu presido não está subjugada a interesses. Portanto, não disse isso? Fica sem efeito a



pergunta, mas de qualquer da maneira fica esclarecido nesta Assembleia que não foi dito nada nesse sentido. Depois o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João de Lourosa, quero congratular-me também com o êxito das Cavalhadas de São João de Lourosa, de Teivas, mais concretamente, vem sendo uma prática que foi retomada e que nós muito apreciamos, aliás à semelhança também do que acontece com Vildemoinhos e portanto, são dois eventos de afirmação popular muito enraizados na população, a que nós naturalmente não deixaremos de dar o apoio que nos for possível. Sobre a outra pergunta, eu deliberadamente não respondo, uma pergunta que não foi colocada e eu não respondo. Foi colocada, alguém que se sentiu como cidadão dou a resposta aqui a Deputados Municipais e portanto, penso também que perceberão porque é que não respondo ao cidadão que veio colocar a questão ali. Não estou para avaliar ninguém, não tenho que o fazer, também não quero que ninguém me avalie, nem professor, aluno... Como o meu curriculum profissional é conhecido, os outros também serão e portanto, não faço conta nem de examinar, também já me passou essa fase, nem de ser examinado, não há resposta pela minha parte. Espero também dar um contributo para acalmar, digamos algumas vontades, porque era bom que as pessoas se comparassem pelo valor que julgam ter, isso resolvia parte do património, mas também não é assim, é pelo valor que os outros lhe atribuem. Gostaria também, até para a Comunicação Social, às vezes quando se passam os resultados das votações para fora, é uma questão que tenho a obrigação de estar atento, disse: *O Partido A, votou contra...* E eu gostaria dizer que os votos contra que houve, foram 9 votos do Partido Socialista, é bom que se saiba, foi uma parte do Partido Socialista, que votou contra a Escola de Ranhados. Eu não sei se isto é normal noutros fóruns, acho que de facto as pessoas se incomodam muito, também pensei que havia outras características a observar em determinadas situações, nomeadamente aquela de guardar respeito ao próximo, essa também pensei que era uma nota de quem tem responsabilidades acrescidas. Se também não é essa, ficamos por aqui Senhor Deputado, mas queria dizer-lhe o seguinte e é bom também que tenha esta resposta, o mexer-se para o Presidente da Câmara dá pouco resultado, esbracejar também dá pouco resultado, não me comovo com isso, não vale a pena. Estamos a falar olhos nos olhos, com aquilo que me interessa dizer por intermédio deste fórum aonde tenho assento, às perguntas que me foram colocadas. Foi depois colocada uma pergunta pelo Senhor Deputado Paulo Pereira, sobre a actividade Sénior, foi um comentário que fez aqui e eu folgo muito que haja cidadãos atentos a esta realidade. Nós temos uma actividade Sénior florescente com uma duração que vai com certeza prolongar-se para além dos oito meses, por imposição e por solicitação dos próprios seniores, mas queria dizer que há cerca de mil pessoas a fazer esta actividade e inscrições abertas, o que significa que vai sempre aumentando. É uma actividade, que uma boa parte das pessoas ainda não conhecem, mas que me parece que aumenta e de que forma, a qualidade de vida dos nossos concidadãos que já deram digamos, a actividade produtiva, aquilo que deviam ter dado. Depois sobre o assunto que trouxe aqui o Senhor Deputado Vicente Figueiredo, eu vou falar na minha intervenção, portanto não vou agora falar sobre isso, vou só dizer que infelizmente houve muita gente, felizmente a grande maioria disse bem de Viseu aquando da Selecção, há até depoimentos que eu transcreve daqui a bocadinho na minha intervenção. Também houve uma ou outra pessoa daqui que disse mal, não foram muitas, são os cronistas do costume, mas também não resistiram à tentação de dizer mal, normalmente é relacionados com olhos, são “olhos de gato”, os “olho não sei de quantos”... Penso de um “olho vesgo”, que foi dizendo mal do que viu, mas foram poucos, felizmente para nós muito poucos. Queria registar com agrado de que nomeadamente os representantes da população aqui na Assembleia Municipal, também deram conta de que a cidade foi mediatizada pela positiva e que fizemos aquilo que achámos melhor para receber a Selecção, não pelo vigésimo quarto jogador que ela acabou tão cedo, porque nós fizemos aquilo que foi possível para lhes propiciar o ambiente



adequado para um estágio que fosse proveitoso, até acertámos na chuva. Depois a última pergunta que foi aqui colocada e que me apraz registar, pelo menos há um jovem e acho que há-de haver muitos, atento às infra-estruturas que vamos criando para serem por eles fruídas e não só e que tem a ver com uma coisa que para nós é, não diria a “menina dos olhos”, mas é algo em quem depositamos muita confiança e muita esperança, nas salas de estudo. Gostaria de dar este número, a sala de estudo de Viseu, do Fontelo, espero que toda a gente já a conheça, foi apenas inaugurada no dia dezasseis de Maio. Os dados desde dezasseis de Maio a dois de Junho, revelam que já passaram por essa sala, duas mil setecentos e duas pessoas – de jovens. Não só jovens, mas também de pessoas menos jovens que passaram pela sala. Mas, gostaria de dizer que este equipamento tem duas valências, uma sala de estudo devidamente equipada, presumo que mesmo o sítio aonde fomos colher a ideia, ultrapassámo-la, tenho a certeza absoluta, em termos de qualidade, mas gostaria de dizer que ela tem ainda uma outra utilização, que é como espaço de atendimento para o espaço do Fontelo, que queremos que cada vez ser mais enquadrado e mais preservado e portanto, não estão incluídos os utilizadores que teve por essa via. Também dizer-vos que está em fase terminal, apenas aguarda decisão que estamos a amadurecer e amadurecer face aos resultados desta primeira experiência, achamos que assim é que é o caminho correcto, estudar, decidir, mas ter em conta os resultados obtidos, de que temos tudo pronto para implementar a sala de estudo, a outra a segunda, na Biblioteca Municipal Dom António Monteiro e que este resultado desta implementação desta escola, também nos obriga a dar um agradecimento muito profundo ao Arquitecto Manuel Tainha. Eu disse Escola Dom António Monteiro, foi pela grande consideração que tinha pelo Bispo falecido e um grande amigo, mas a Escola é Dom Miguel da Silva. Nós tivemos o cuidado de pôr os viseenses ilustres na nossa toponímia, agora disse escola era biblioteca. Portanto, foi a honra a dois viseenses famosos, um não nascendo cá, mas que fez muito por Viseu. Continuando, dizia eu, que temos esse espaço pronto para decidir, mas está o projecto pronto e local escolhido e também um outro que foi uma decisão que tomámos há pouco tempo, de transformar aquilo que foi um café panorâmico nas Escadinhas em sala de estudo. Dentro de pouco tempo apresentaremos também esse espaço para a nossa população jovem ter pelo menos condições que se calhar nós não tivemos para estudar mais e melhor e portanto, é isto Senhor Presidente, não me apresentaram mais nenhuma questão que me mereça resposta.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra da dizer o seguinte: “Senhor Presidente para encurtar razões, dirijo-me apenas a Vossa Excelência. Queria que Vossa Excelência explicasse à Assembleia, informasse a Assembleia, se o que se votou há pouco aqui, acerca do Complexo Escolar de Ranhados, foi contra a escola, ou a favor da escola, porque o Senhor Presidente da Câmara declarou textualmente: *O PS votou contra a escola*. Eu gostaria que a Mesa informasse, porque se realmente a votação foi esta que o Senhor Presidente diz, então temos que a mudar, porque nenhum de nós está de acordo com esse sentido.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, usa da palavra para esclarecer o seguinte: “À Mesa cabe conduzir os trabalhos, não cabe avaliar as intervenções sejam de quem forem, por isso, não tenho que esclarecer. Senhor Deputado, agradeço que respeite a Mesa! Todas as pessoas da Assembleia Municipal, todos os Membros desta Assembleia, sabem exactamente o que votámos. Foi um período que decorreu durante cinquenta minutos, em termos de discussão, de acordo com o que diz o Senhor Secretário, os textos são do conhecimento, já foram discutidos e distribuídos à imprensa, portanto Senhor Deputado, está a colocar uma questão que conhece e toda a gente conhece. Está esgotado o “Período Antes da Ordem do Dia” e vamos passar ao “Período da Ordem de Trabalhos”. Antes de passar ao “Período da Ordem de Trabalhos”, gostava só de fazer aqui duas



referências, por um lado, uma referência aos nossos serviços que nos puseram aqui estes manjericos alusivos à época, o que acho que foi um toque de diferença e por outro lado, dentro de alguns melhoramentos que temos procurado introduzir aqui nos serviços, era para informar os Senhores Deputados que a sala das Comissões já está em funcionamento. Portanto, a partir de hoje, as Comissões da Assembleia e as reuniões que os Senhores Deputados entendam fazer, passam a ter já uma sala na parte de cima, que era aonde estava o bar, que não fazia sentido tê-lo. Falta agora a próxima fase, que é a iluminação da sala e a questão do estrado, que a seu tempo também ficará resolvido. Isso também tem que ser devagarinho, porque isto custa dinheiro e queria realçar aqui de facto, a excelente colaboração que a Câmara Municipal tem dado a todas estas solicitações para melhorarmos as nossas condições de trabalho. Dito isto, iríamos começar a **“Ordem de Trabalhos”**, e dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para o **Primeiro Ponto: “Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da lei e do Regimento da Assembleia.”** -----

- VINTE E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO: Usa da palavra da intervir da seguinte forma: “Exactamente nos temos da lei, eu passo de imediato a ler a intervenção que preparei para este Órgão. A Câmara Municipal de Viseu tem como missão “Reforçar a atractividade do Município através de um desenvolvimento económico e social sustentado”. Para isso definiu um conjunto de objectivos estratégicos, que tem vindo a concretizar, dentre os quais se destaca o objectivo de reforçar a infra-estruturação do Município aos diferentes níveis, (ao nível viário, ao nível cultural, educacional, desportivo, etc.), enfatizando e promovendo Viseu no contexto regional, nacional e internacional. A estratégia de desenvolvimento de Viseu, que definimos já há algum tempo, tem vindo a dar os seus frutos, que podem ser corroborados através de vários indicadores. Um desses indicadores advém dos dados estatísticos disponibilizados por exemplo pelo INE, que permitem verificar que entre noventa e um e dois mil e sete a população de Viseu teve um crescimento que rondou os dezoito por cento o que evidencia bem o seu poder de atractividade. Por outro lado, e de acordo com os últimos “Estudos sobre os Concelhos/Regiões”, datado de Abril deste ano, de dois mil e oito, realizados pela empresa “Markttest”, Viseu continua a integrar o lote dos vinte e cinco concelhos que concentram mais de metade do poder de compra de todos os duzentos e setenta e oito concelhos que compõem o Continente. De realçar, ainda, que destes vinte e cinco concelhos, situados todos ou quase no litoral de Portugal, Viseu é o único representante do interior do país. Não podíamos, também, deixar de referir o Estudo desenvolvido pela DECO/Proteste que posicionou Viseu, como é sabido, no primeiro lugar das melhores cidades para viver em Portugal, ou seja, a cidade portuguesa com mais qualidade de vida, dentre aquelas que foram analisadas. Esta afirmação, que tem crescido de forma sustentável, está igualmente aliada ao facto de nos últimos anos o nosso Concelho ter vindo a acolher, regularmente, alguns dos maiores eventos organizados em Portugal. São disso exemplo o Campeonato do Mundo de Andebol e o Campeonato da Europa de Futebol Sub/Dezassete (em dois mil e três), a escolha de Viseu como Centro Oficial de Treinos no âmbito do Euro/Dois mil e quatro, a sua inclusão, já há algum tempo, no calendário anual da Volta a Portugal em Bicicleta e, mais recentemente, a cidade eleita para albergar o estágio de preparação da Selecção Nacional de Futebol para o Euro/Dois mil e oito. Esta capacidade de atrair e organizar grandes eventos, pouco comuns aliás, em municípios do interior, nada tem a ver com o acaso. É antes de mais o resultado de inúmeros investimentos em novas e requalificadas estruturas e infra-estruturas, ao nível do sector primário, público e privado. A referida opção por Viseu para acolher a Selecção Nacional de Futebol no seu estágio de preparação para dois mil e oito radica não só nos aludidos investimentos públicos e privados, mas sobretudo na conjugação de esforços entre a Autarquia Viseense e as várias entidades privadas locais, em prol da promoção de Viseu.



Esta parceria já havia sido testada e aprovada aquando da realização do Euro/Dois mil e quatro. Na altura, e através de uma candidatura conjunta público/privada, Viseu foi seleccionado pela Sociedade Euro/Dois mil e quatro como Centro Oficial de Treinos para o Campeonato da Europa de Futebol/Dois mil e quatro. Acho que isto passou despercebido a muita gente, mas durante o período que antecedeu o referido evento foram realizadas algumas acções promocionais junto de todas as federações europeias com presença na fase final do Europeu de Dois mil e quatro, tendo sido recebidas as delegações de algumas comitivas representativas desses países e posteriormente mesmo de alguns clubes europeus. De realçar, ainda, a nossa participação na Feira “AllFootball”, realizada em Lisboa em finais de dois mil e três, onde foi promovido o Centro de Estágios de Viseu e todas as suas valências. Portanto, quando foi conhecida a intenção da Federação Portuguesa de Futebol em encontrar um local para a realização do estágio de preparação para o Euro/Dois mil e oito, a Câmara Municipal de Viseu mobilizou-se na expectativa de receber tão importante evento, contando não só com o apoio do sector privado local, mas também com a prestimosa colaboração e empenho activo da Associação de Futebol de Viseu. Assim, o anúncio público da escolha de Viseu feito em simultâneo pelo Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e por nós próprios, facto que previamente acertámos, aconteceu de forma natural atendendo à circunstância de o nosso Concelho dispor de várias estruturas (não só desportivas), de uma oferta hoteleira de qualidade e demais valências de apoio, ou seja, as condições necessárias para que seja um destino apetecido para futuras organizações desta dimensão. Houve quem eventualmente, quisesse desvalorizar esta acção, eventualmente atirando as responsabilidades para outros que se calhar foram co-responsáveis, mas a forma como se contratualizou e acertou este evento, foi esta que eu acabo de referir e não outra qualquer. A concretização deste evento ficou formalizada através do “Acordo de Cooperação” assinado entre a Federação Portuguesa de Futebol, o Município de Viseu, a Associação de Futebol de Viseu e a Visabeira Turismo, SGPS, SA Montebelo Hotel & SPA. Ao sermos seleccionados, foi tempo de prepararmos a cidade para recebermos tão ilustres visitantes e simultaneamente planificarmos um conjunto de acções que visassem a rentabilização máxima deste estágio que colocaria Viseu como Centro de Portugal, também sabíamos (com projecção internacional), durante pelo menos treze dias. Foi neste contexto que a Câmara Municipal de Viseu assumiu a liderança, criando uma rede de outras parcerias com instituições locais onde justamente se destaca a Região de Turismo Dão Lafões, a Agência de Promoção Turística do Centro, a Associação Comercial de Viseu, o Centro Cultural Distrital de Viseu, o Conservatório de Música, ou a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, no sentido de se elaborar um plano de actividades complementares que proporcionasse a todos os potenciais visitantes uma oferta desportiva, cultural e de lazer diversificada e alargada a todos os segmentos. Este programa, desenvolvido sob o slogan “Viseu rima com europeu; Selecção rima com coração”, contou com o agendamento de várias acções: Para além das iniciativas mais regulares e realizadas anualmente, como por exemplo o Festival de Teatro Jovem, a Festa das Freguesias, as Manhãs Desportivas, os Jogos Desportivos de Viseu, Conhecer Viseu em Bicicleta, o Comboio Turístico, a Feira à Moda Antiga, o Viseu Gourmet, entre outros. Foram associadas outras acções como o concerto de Tony Carreira (com a presença de mais de trinta mil pessoas no Campo de Viriato), o programa televisivo Dança Comigo no Pavilhão Multiusos de Viseu, o Festival de Música da Primavera, Sabores da Beira, Jogos Tradicionais, Concurso de Montras, Feira do Desporto, ou o Viseu Apoio Mil que teve cerca de oitocentos participantes no maior passeio de cicloturismo jamais realizado em Viseu. A presença da Selecção Nacional de Futebol em Viseu foi o acontecimento que mobilizou todos os Viseenses. Não só visível na afluência massiva aos cinco treinos realizados à porta aberta ou ao jogo de carácter particular frente à selecção nacional da Geórgia, mas também nas várias manifestações de apoio espontâneas que foram surgindo



um pouco por todo o lado, das quais destacamos a gravação de dois hinos, um denominado “Seleção Nacional Dois Mil e Oito”, gravado pela Escola de São Miguel do Agrupamento de Escolas Grão Vasco, e aproveitou para saudar a nossa Deputada Isabel que fez, como é normal um trabalho espectacular neste domínio, também gravado pela Escola de São Miguel do Agrupamento de Escolas de Grão Vasco e um outro intitulado “Coragem Portugal”, gravado pela Infantuna de Viseu. De referir, ainda, que o programa “Viseu rima com europeu; Seleção rima com coração” não se esgotou com nas iniciativas indicadas, ele continua com a transmissão dos jogos do Campeonato de Futebol, em ecrã gigante, entre os dias sete a vinte e nove de Junho, no Parque Aquilino Ribeiro. Senhor Presidente, Senhores Deputados, no âmbito do “Acordo de Cooperação” assinado entre as partes, as responsabilidades e os compromissos do Município de Viseu assentaram, essencialmente, na disponibilização do renovado Complexo Desportivo do Fontelo, do Solar do Dão, onde foi realizada a conferência de imprensa para a apresentação dos jogadores convocados, o Teatro Viriato, onde se realizou a cerimónia de recepção da Seleção Nacional, bem como ainda no partilhar de parte dos encargos decorrentes da sua estadia e alimentação. Quando decidimos assumir esta operação, sabíamos claramente que apesar dos custos que lhe estavam inerentes estes seriam bem menores, face aos dividendos que poderíamos obter, tendo em conta a enorme visibilidade que Viseu iria alcançar. Decorrida a euforia que envolveu a passagem da Seleção Nacional de Futebol por Viseu, podemos agora verificar que a avaliação é francamente positiva, com benefícios esperados, não só a curto prazo, mas essencialmente de médio e longo prazos, ao nível turístico, social por exemplo, (através da elevação do sentimento de pertença e de auto-estima dos Viseenses), de promoção e rentabilização das estruturas e instituições locais, da promoção dos produtos endógenos e do elevado retorno mediático nos mais variados órgãos de comunicação social local, nacional e internacional. Deixem-me fazer um pequeno intercalar para dizer que tive a oportunidade de assistir a um jogo da selecção e uma boa parte, centenas de pessoas, com certeza com algumas origens aqui localmente, ou digamos, mais vizinhas, penso que um pouco de todo o País, me davam os parabéns pelas imagens televisivas que viram e presenciaram sobre Viseu. Ouvir isto em Geneve foi de facto, um orgulho muito grande Conforme evidenciava um artigo de opinião publicado no “Jornal do Centro”, um Jornal de Viseu, dizia o jornal e passo a citar: “Viseu está, como previsto, na abertura dos noticiários televisivos, radiofónicos e em dossiers especiais sobre o Euro/Dois mil e oito na Imprensa escrita”. A recepção de cerca de duas centenas de jornalistas, nacionais e internacionais, que acompanharam o dia-a-dia da selecção nacional, o elevado número de visitantes que se deslocaram a Viseu, com a expectativa de ver um treino ou apenas de conseguir interagir com os atletas, e, ainda, as propostas de eventos promocionais dos patrocinadores da selecção nacional, constituíram, só por si, um enorme retorno do investimento feito. Em jeito de resposta àqueles que periodicamente não sabem fazer mais nada do que denegrir a imagem de Viseu, felizmente muito poucos, como há pouco disse, apresentamos dois comentários de duas pessoas que não têm qualquer ligação à nossa Autarquia e que nem sequer são naturais de Viseu. O primeiro comentário, do Senhor Director do jornal “Record”, de nome Alexandre Pais, que diz o seguinte: “Andei uns dias a laurear por Viseu e, se usasse chapéu, tirava-o ao notável trabalho que Fernando Ruas tem desenvolvido no município e na cidade. E não esconderia – e mesmo de careca ao léu não escondo – a profunda inveja que um alfacinha de gema como eu sente em relação aos viseenses e à sua qualidade de vida”. Este alfacinha diz-me para não copiar Lisboa, ao contrário do que me disseram um ou dois viseenses aqui há uns tempos. O outro comentário, do Dr. Nuno Rogeiro, na revista “Sábado”, expõe o seguinte, o Título é: “Que vi eu, em Viseu? Uma cidade de desenvolvimento harmonioso. Ou, como se diz hoje, “sustentado”. Espaço para imponentes obras pós-modernas, serviços de qualidade, infra-estruturas pensadas locais à medida humana, no lazer, na cultura, no



trabalho e na invenção. ...Um exemplo para o poder local autárquico, combinando persuasão e autoridade, diálogo e firmeza”. Consideramos portanto e acabei a citação, que esta é uma aposta ganha e que os encargos envolvidos não devem ser entendidos apenas como uma despesa ou um custo, mas fundamentalmente como um investimento em Viseu, nas suas Pessoas e no seu desenvolvimento. Continuamos fiéis aos objectivos que traçámos, no sentido de cumprirmos esta missão. Para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração e análise as exigências em matérias tipificadas no número quatro do artigo sessenta e oito, como seja a situação financeira, a informação prevista sobre participações em entidades societárias e não societárias, reclamações, recursos, etc. com vista ao acompanhamento legal previsto. Disse.” -----

MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado, Senhor Presidente pela intervenção neste “Período de Informações”, iríamos então agora dar a palavra ao Senhores Deputados que queiram colocar questões ou pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. Dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.” -----

- **TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se podia ser elucidado sobre uma questão de que tive conhecimento ultimamente pelos órgãos de comunicação social, que tem a ver com a requalificação das escolas. Eu julgava que esse processo, derivado de termos aqui aprovada uma “Carta Educativa” e ela ter sido homologada, estaria eventualmente ultrapassado e constatei que algumas requalificações de escolas tiveram parecer negativo e que estavam previstas na “Carta Educativa”. Gostaria de saber o que é que se passou, o porquê da situação. Outra situação, tem a ver com uma proposta que aqui nos foi anunciada que a Câmara tinha feito à CNAPU, uma proposta que era global de todo o concelho, qual é o ponto de situação, até porque hoje também estamos aqui em Viseu a viver alguma crise no imobiliário e principalmente quando se fala do problema da CNAPU e da proposta dos tais coeficientes de localização. Muitas vezes fala-se do IMI e o principal problema reside no IMT e tem a ver com o valor patrimonial dos prédios, que tem repercussões de imediato nos viseenses e tem repercussões em toda a vida através do IMI. Esse valor patrimonial dos prédios, também tem repercussões nas empresas, através do seu IRC. Era isso que eu gostaria de saber, qual é o ponto de situação, até porque a Câmara nos deu conhecimento aqui, que fez uma proposta em que havia um abaixamento substancial dos coeficientes de localização e é nesses coeficientes de localização que reside fundamentalmente o problema. Gostava de saber também por parte do Senhor Presidente da Câmara, qual foi a receptividade da parte da CNAPU a esta proposta que a Câmara apresentou em sede própria e no momento certo.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Se nos fosse pedido que resumíssemos a intervenção do Senhor Presidente da Câmara neste ponto da Actividade Municipal de hoje, acho que podíamos, numa frase, arriscar qualquer coisa deste género: o Estágio da Selecção Nacional em Viseu vem demonstrar o reconhecimento que Viseu é um concelho fantástico, que tem sido gerido de forma espantosa e agora muita gente ficou a saber disso pela profusa cobertura mediática que tivemos. Quem acompanhe os trabalhos da Assembleia Municipal de Viseu, saberá que é unânime nesta Assembleia a ideia de Viseu ser uma terra fantástica, de pessoas extraordinárias e onde gostamos de viver. Muitas vezes o Senhor Presidente da Câmara e o PSD, tentam passar a ideia de que o Partido Socialista, só por cumprir bem o seu papel de oposição, por defender as ideias em que acredita, representando mais de quinze mil eleitores viseenses, gostam de denegrir a imagem da nossa terra. E mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara não se coibiu e



disse-o na sua intervenção. Senhor Presidente, não nos cansaremos de esclarecer que é uma falácia a que recorrem, por não saberem conviver democraticamente com a diferença de perspectivas que temos. Aliás, ficou bem patente na cerimónia de recepção à Selecção Nacional que o Senhor Presidente e os Vereadores da maioria definitivamente não sabem o que é o saudável convívio democrático. Portanto, não posso deixar de referir que é para nós absolutamente inadmissível que os Vereadores da oposição não tenham tido lugar junto dos restantes Vereadores e tenham sido atirados para a última fila, num gesto de discriminação que entendemos fica mal ao Executivo Camarário. E aqui poderei falar agora com conhecimento de causa, por força de muito trabalho que tenho tido com variadíssimas autarquias e devo dizer-lhe que, este seu comportamento é nesta matéria de todo reprovável e tem muito a aprender com alguns dos seus colegas Presidentes de Câmara, porque de facto, não é esse o tratamento que dão aos Vereadores da oposição. Mas a isso Senhor Presidente da Câmara, nós chamamos grandeza democrática e, manifestamente, os senhores não sabem o que isso é. Não me cansarei de repetir que gostamos tanto da nossa terra como o Senhor Presidente da Câmara e isso está demonstrado pela perseverança com que nos batemos pelas nossas ideias, que entendemos serem as melhores para o futuro da nossa comunidade. E é por isso Senhor Presidente da Câmara, que ficámos contentes em receber a Selecção Nacional em Viseu, com muito orgulho de ter os nossos atletas, para uma prova da importância do Campeonato Europeu de Futebol, a se prepararem entre nós. Isto não significa naturalmente que consideremos sensato concluir que, pelo facto da Selecção Nacional vir estagiar a Viseu, fica demonstrado que as políticas seguidas pela maioria do Executivo Camarário sejam as correctas. Evidentemente que não reconhecemos à Federação Portuguesa de Futebol a competência – que, como é óbvio, nem a própria Federação Portuguesa de Futebol reclamará a competência portanto, de ser uma avalista da performance executiva autárquica no nosso país. E muito menos nos calará Senhor Presidente da Câmara, o comentário lisonjeiro de um qualquer jornalista ou cronista que, de passagem, possa fazer à nossa terra. Não é que não lhe demos valor – porque damos e gostamos de os ouvir, não fazemos é disso dogmas. E este raciocínio serve para os bons, mas também serve para os maus comentários que façam a respeito de Viseu. Consideramos como comentários os bons e os maus, mas questionamos, questionaremos sempre quer uns quer outros. Aliás, como se costuma dizer, as coisas valem pelo que valem e portanto, o que entendemos é que não é sensato embandeirar em arco pela avaliação de quem não habita, não trabalha, no fundo, não vive o nosso concelho. Seria mais ou menos, estava há pouco a lembrar-me, como escolher um hotel que não conhecemos baseado num comentário de quem apenas conhece o hall de entrada. Quanto à profusa mediatização que foi dada a Viseu durante aqueles dias, é evidente que foi positiva no sentido que nos fez aparecer aos olhos de todos quantos acompanham as notícias e isso confere-nos notoriedade. Estamos muito satisfeitos naturalmente, por esta mediatização. Estou certo que concordará que nem sempre a imagem que passou de Viseu, foi a melhor ou pelo menos a que melhor retratasse a nossa cidade e o nosso concelho, na medida em que, isto não é atribuir qualquer tipo de responsabilidade à Câmara Municipal, pelo contrário, entendemos que concordará connosco, muitas vezes foi passada a imagem enfim, de uma terra do interior, algo provinciana se quisermos, mas isto, a falha, é seguramente dos jornalistas que quando saem dos grandes centros gostam de fazer passar aquela velha, estafada e injusta ideia de que para lá da capital o país é paisagem, pitoresca e bucólica, mas apenas paisagem. É evidente que nos farta a nós, seguramente que fartará ao Executivo da Câmara e fartará a toda a gente, esta espécie de olhar paternalista e arrogante de alguns convencidos destas pseudo-urbes nacionais. Mas estes pormenores, uns com maior relevância de que outros, naturalmente, acabam por ser um pouco a espuma dos dias. O que verdadeiramente interessa é que nos diz o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção e passo a citar



que: “num conjunto de objectivos estratégicos definidos se encontra o reforço da atractividade do Município através de um desenvolvimento económico e social sustentado”. E é naturalmente aqui que começam as nossas principais divergências. Nós entendemos que não tem sido planeado o desenvolvimento económico do nosso concelho e que há uma total ausência de políticas que promovam o investimento empresarial produtivo no nosso concelho que garanta o tal desenvolvimento sustentado. Falamos de indústria transformadora que seja criadora de riqueza e postos de trabalho, falamos de uma política fiscal autárquica moderada que não afaste os empreendedores, nem castigue os já instalados. Senhor Presidente, para terminar, a vinda da Selecção Nacional a Viseu regozija-nos a todos, mas não nos podemos esquecer que vivemos uma situação muito delicada do ponto de vista económica. Viseu, que sempre se apresentou como uma cidade de comércio e serviços, atravessa uma crise grave precisamente nestes sectores. A agonia do comércio tradicional, o seu reflexo no aumento da instabilidade e confiança dos viseenses, merece a nossa melhor atenção. A Câmara Municipal tem que passar a ter uma política activa de promoção da nossa cidade, não só no que diz respeito a eventos desta natureza, mas também à instalação de investimentos como os que já referi e estes são, sinceramente, os nossos votos.” -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- TRINTA E DOIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A informação que o Senhor Presidente da Câmara nos trouxe hoje a esta Assembleia, tem a nosso ver como objectivo informador “tapar o sol com uma peneira”, usando uma expressão que há pouco o Senhor Presidente também usou, respondendo a uma intervenção aqui produzida. De facto, os viseenses saberão com certeza do que falam. Que desenvolvimento social e económico sustentado está a ser promovido? Será que o Senhor Presidente da Câmara, entende que a agonia do pequeno comércio, a desertificação do “Centro Histórico”, a desmesurada proliferação das grandes superfícies são uma componente do alegado desenvolvimento económico e social sustentado? E desemprego? E salários baixos? A precariedade que é praticada no concelho, seriam também indicadores do desenvolvimento social sustentado? O Senhor Presidente fala-nos de uma estratégia de desenvolvimento, mas para além de mais uma vez nos trazer os resultados positivos de estudos sobre a cidade e de citar referências elogiosas ao concelho, não se deslumbra de facto, uma visão estratégica de desenvolvimento social e económico sustentado. Independentemente da inegável projecção que a passagem da Selecção por Viseu teve e que a todos nos orgulha, consideramos prematura a fé inabalável nas suas consequências positivas no plano turístico e social a longo e médio prazo. É que Senhor Presidente da Câmara, a elevação de sentimento pertença e de auto estima dos viseenses, a nosso ver, não depende essencialmente e somente de acontecimentos pontuais e conjunturais. Não estará o Senhor Presidente da Câmara a empolar os impactes a médio e longo prazo decorrentes de uma circunstância meramente conjuntural? Em que dados concretos se baseia o Senhor Presidente da Câmara para tão grande optimismo relativamente ao impacto desta iniciativa no futuro de Viseu nos planos social e económico. Parece-nos Senhor Presidente da Câmara e gostaríamos de ver esclarecida esta questão, se o relativo optimismo, a nosso ver, a expressão é justificada, optimismo, no impacto da passagem da Selecção por Viseu e dos treinos que aqui tiveram lugar, num futuro de Viseu a nível turístico e social se baseia em alguns factos, em alguma projecção concreta, rigorosa e objectiva. Ou se, faz parte de facto, de uma legítima fé e confiança nesse impacto a que todos nós temos direito na nossa subjectividade.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Helder Amaral. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL CDS/PP - Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu confesso, quando li este texto pela



primeira vez, não resisti em me rir interiormente, aliás, textos destes encontram-se muitos em alguns regimes ditatoriais e ou em algumas repúblicas ex-soviéticas, mas isso é política, não há nenhuma crítica. Portanto, é legítimo que o Senhor Presidente da Câmara faça uma comunicação à Assembleia Municipal, puxando apenas e só aos aspectos positivos, outra coisa não seria de esperar. Sobre a envolvente do estágio da Selecção, já disse o que tinha a dizer, mas há coisas que eu tenho dúvidas. Eu tive a oportunidade de ouvir a Associação Portuguesa de Empresas e Distribuição, que acrescenta um outro dado que podia utilizar aqui, Viseu também é dos concelhos com mais aforro do País, porventura explica-se a grande quantidade de bancos que proliferam no nosso concelho. Isso leva a ter poder de compra, embora eu ache, como o próprio resultado dos valores económicos das empresas de distribuição demonstra, daí até passarmos à cidade com consumo, ainda temos que esperar por uma geração, espero bem. Espero que o “Credimais” e outras empresas de crédito fácil, que cobram juros completamente criminosos, não tenham muito sucesso em Viseu, elevando não só ao endividamento das famílias, mas criando aqui um problema ainda mais grave em Viseu. Mas acredito, dou como certo este estudo da “Marktest”, como estudo da DECO, principalmente estudos que falam apenas de uma vertente, estudam apenas uma face do problema e nós aproveitamos para dizer que são uma verdade absoluta. Como não quero que o Senhor Presidente da Câmara me junte aqueles que dizem que não gostam de Viseu e não amam Viseu, devo dizer-lhe que, o meu amor pela cidade é profundo. É tão profundo que ainda resiste, julgo que há aqui pessoas que sofreram paixões não correspondidas, é o caso da minha paixão por Viseu, os resultados eleitorais assim o indicam, mas eu continuo apaixonado por Viseu e vou continuar. Estou disponível para continuar a sofrer e continuar aqui, sozinho, acompanhado, a fazer o exercício do meu amor pela cidade. O meu amor é muito menos remunerado do que o seu, sofre mais, é menos remunerado e portanto, sobre esse amor pela cidade estamos conversados. Também sinto o mesmo orgulho e a mesma satisfação, quando confrontado em Lisboa, inúmeras pessoas me diziam: *De facto, Viseu é no contexto nacional uma cidade aonde dá gosto viver* e é verdade, Mas também não exageremos, porque não é assim tanto. Eu gostaria de facto, de saber, até porque essa reunião da APED e todos os Grupos Parlamentares fizeram aqui referência a isso, ao definhar do comércio tradicional, era uma das marcas de Viseu. Viseu era a Rua Direita e a Rua Formosa, hoje deixou de o ser, não é que isso tenha alguma coisa de grave, que eu gostava que fosse a Rua Direita e mais qualquer coisa e não que houvesse uma troca e há aqui uma responsabilidade que na última Assembleia Municipal, ou nas últimas Assembleias Municipais, não ficou dito de forma tão clara. O Senhor Presidente da Câmara virou-se até para a bancada do Partido Socialista e disse que a culpa é do Ministério da Economia e é do Governo, pela instalação de todas as empresas de distribuição do País, estão cá todas. A minha primeira pergunta é: Quantos metros, quanta superfície está hoje autorizado em Viseu? Qual é o rácio de metros quadrados de grandes superfícies para a população, e como é que nós podemos fazer a comparação com outros municípios e com outros países europeus? E Depois dizer que o Senhor Presidente tem responsabilidades directas nessa matéria, porque a Câmara Municipal, faz parte de uma comissão que avalia em sede, no patamar regional a instalação ou não, ou seja, pode recusar. Não recusa, como tal é co-responsável pela instalação das comissões aqui. Passaria a perguntas mais directas, fala aqui no seu texto de instalações e infra-estruturas públicas ou privadas, eu as públicas sei-as de cor e queria que ficasse em acta o meu grande elogio e o meu cumprimento à Empresa Visabeira e a todas as estruturas privadas que tiveram de suporte e serviram para o estágio da Selecção. Já agora, enumere duas ou três públicas, da autoria do Município para podermos saber. Depois outra pergunta muito concreta, tudo isto não fará sentido, se eu não souber quanto é que custa. Eram duas perguntas: Se o Senhor Presidente é capaz de me dizer quanto é que custa o final da volta de Portugal em



bicicleta, ao concelho de Viseu? E quanto é que custou este estágio da Selecção, em escudos, em euros, em dólares, na moeda que lhe der mais jeito, ao Município? Para nós podermos fazer a avaliação do custo/benefício que é aquilo que nos pedem, qualquer investimento razoável nos pede isso. Quantos aos comentários desfavoráveis, eu não os conheço, o Senhor não fez o favor de os transcrever para aqui, porque eu teria todo o gosto em escrever uma carta a esses Senhores e dar-lhes uma perspectiva diferente, ou até corrigir essa visão. Só transcreveu os comentários do Doutor Nuno Rogeiro, pessoa que eu conheço bem e que não vou fazer comentários, mas gostava de vê-lo um dia a passar férias em Viseu durante mais tempo, porque há pessoas que gostam de fazer elogios, mas depois moram em Lisboa e é por isso que mora dois terços da população em Lisboa, mas mesmo assim nós queremos esconder esse facto e continuamos a achar que nós temos capacidade de atracção. Era uma questão de um dia fazermos uma análise profunda do que é que foi a perda das populações nas freguesias rurais à volta de Viseu, ou nos concelhos à volta, para nós eventualmente, ver se encontramos uma explicação plausível, porque é que Viseu não desenvolve, mas cresce.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O rescaldo que se faz da epopeia futebolística portuguesa dois mil e oito na Europa, tem naturalmente, a crédito de Viseu, todo o conjunto de elogios que foram feitos e toda a projecção que a pessoa teve nesse particular momento, que foram cerca de treze dias. Evidentemente que, preciso saber agora capitalizar essa divulgação que foi feita e trazer isso como retorno, justamente para nós podermos chegar a um balanço entre o custo e o benefício desta operação. E não posso deixar de citar o próprio comentarista de política internacional, Nuno Rogeiro que diz na citação que o Senhor Presidente aqui nos trouxe, que ficou encantado por Viseu e diz até: *...locais à medida humana, quer no lazer, na cultura, no trabalho e na invenção.* Evidentemente que, isto é um bom elogio à cidade de Viseu e aqui retomaria o tópico justamente que coloquei há pouco, quando eu interpelei o Senhor Presidente sobre a questão das esplanadas, tem aqui um objectivo muito claro. É que efectivamente, o loteador quando cede terreno ao domínio público, este domínio público é gerido pela Câmara Municipal. E o que significa é que a Câmara tem aí o dever de defender o interesse público e naturalmente garantir condições de mobilidade e estacionamento aos diversos utentes que andam nesta cidade. Por isso, não se compreende como é que a Câmara exige isso, exige portanto contrapartidas para o domínio público, para no fundo criar condições de bem-estar para que efectivamente todos os transeuntes, quer sejam automobilistas, quer sejam peões, se desloquem livremente na cidade. Depois vai privatisticamente conceder a um ou a outro, o direito de poder explorar esplanadas em sítios de estacionamento público. O Senhor Presidente referiu um regulamento, eu confesso que fui à Câmara Municipal - dirigi-me ao “Atendimento Único”, pedi que me dissessem qual era o regulamento, ninguém me disse que regulamento existia, que não havia nenhum regulamento e mais, deram apenas uma única folha de requisitos para discricionariamente poder ser tomada uma decisão sobre quem tem direito a ter uma esplanada em lugar de estacionamento e quem não tem. E por isso é desequilibrado, porque no Concelho de Viseu existem determinadas zonas em que este estacionamento foi substituído por esplanadas e outros em que isto não existe. De facto, isto precisa de ser esclarecido e até gostaria que me dissesse, qual é a linha do regulamento que refere este direito de discricionarizar a utilização de domínio público para efeitos privados.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Na minha qualidade de Membro da Assembleia, também gostaria de usar da palavra e iria colocar também uma questão ao Senhor Presidente.” -----

- TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA



HENRIQUES (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que na sequência da intervenção que nos trouxe a este “Período de Informações”, de facto, é um orgulho ser viseense e é um orgulho viver na cidade de Viseu. Eu acho que, se há sentimento que nestas últimas semanas cultivámos, de facto, este sentimento de amor à terra e de nos sentirmos identificados com aquilo que aqui se passou e ao mesmo tempo verificarmos que os cidadãos de uma forma geral e mesmo cidadãos de outros locais do País e do Mundo, iam elogiando as imagens de Viseu, que iam vendo pelas televisões. Eu queria felicitar o Senhor Presidente da Câmara e as entidades que estiveram aqui envolvidas, pelo magnífico trabalho, porque “nem só do pão vive o homem”. O homem vive de várias coisas e nós alimentamo-nos no dia-a-dia de obras, que são necessárias e que felizmente têm sido feitas, da estratégia que vai sendo desenvolvida, mas também vivemos de momentos de auto-motivação. Neste momento que o País atravessa, estes momentos são bem-vindos, que nos foram proporcionados através desta presença da Selecção em Viseu. O objectivo da minha intervenção, era também falar um pouco desse desenvolvimento e colocar aqui duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Eu já uma vez vim aqui a esta tribuna, muito recentemente, manifestar a grande preocupação que tenho, porque o desenvolvimento de um concelho, ou de uma cidade, faz-se obviamente, com a dinâmica das suas diferentes instituições, faz-se com a dinâmica das empresas, mas é preciso também, que haja alguma colaboração da parte dos governos. A verdade é que, o prazo que está neste momento a ser esgotado Senhor Presidente da Câmara esta a prejudicar grandemente o nosso Concelho e o nosso Distrito. A reestruturação dos serviços públicos era imperiosa que se fizesse e aí, apesar de tudo, temos que render homenagem à coragem que o Governo teve em iniciar este processo. Agora não se pode é fazer a reestruturação dos serviços, concentrando as Direcções Regionais por “NUT Dois”, isto é – no caso concreto aonde Viseu está inserido, na “NUT Dois Centro” – mas depois verificámos que a distribuição das diferentes Direcções Regionais, não é equitativa e não corresponde aos anseios das populações de cada um dos sítios. Mas se fosse só isto, ficávamos descansados, agora quando verificamos, que no âmbito da reestruturação outras coisas se vão perdendo, aí é que nós ficamos muito preocupados. Eu queria referir-me concretamente a esta polémica que está criada em torno do Centro de Conservação e Restauro. O Senhor Presidente da Câmara está numa posição para nos dar aqui algum esclarecimento, quer como Presidente da Câmara, quer como Presidente da Assembleia Distrital, que acolhe esta estrutura? É que de facto, Viseu tendo esta dicotomia de ter uma parte que está na “NUT Dois Norte” e outra parte que está na “NUT Dois Centro”, acaba por ter aqui uma infra-estrutura que neste momento é disputada por Vila Real e Coimbra e tudo leva a crer, Viseu perderá nessa disputa, isto é: O Centro de Conservação e Restauro, com as informações que dispomos, deixará de estar localizado em Viseu, para passar estar localizado em Vila Real, em Coimbra, quando na minha modesta opinião ele podia perfeitamente continuar em Viseu, ser dotado ainda de mais competências e servir de apoio a toda a região centro, independentemente da Direcção Regional do Ministério da Cultura estar localizado em Coimbra. Portanto, era uma questão que eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara que nos esclarecesse. E deixava aqui outra preocupação, é que afinal de contas, apesar de haver pessoas que depois procuram vir a público “atirar areia para os olhos”, a verdade é que o Instituto de Estradas de Portugal, está em processo de reestruturação e quem lesse uma entrevista ao Senhor Presidente de Estradas de Portugal, na última semana, no “Diário Económico”, era bem explícito de que iria criar cinco ou seis Direcções Regionais dentro das Estradas de Portugal. Há um facto aqui notório, público, de que as Direcções Distritais das Estradas de Portugal, vão acabar. E é um facto aqui notório, que vão ser criadas cinco ou seis Direcções Regionais e portanto, nós temos aqui por um lado uma ameaça, por outro lado uma oportunidade. A ameaça, é que podemos perder um serviço e quando estamos a falar



em desenvolvimento regional, este é claramente um serviço que traz mais valias a Viseu, do ponto de vista das pessoas que se fixam cá, do ponto de vista de competências técnicas: engenheiros, arquitectos, etc., de empresas que se localizam aqui para prestar serviços, a essas Direcções Regionais e até do ponto de vista de empresas de construção civil e obras públicas, que normalmente procuram localizar-se próximos dos centros de decisão, que são as Direcções Regionais. Aqui sim, é que os Senhores Deputados do Partido Socialista nesta Assembleia e noutros fóruns, era uma excelente oportunidade de darem um contributo ao desenvolvimento de Viseu, porque esse desenvolvimento também se faz com instituições públicas e neste caso concreto, uma instituição que tem cem por cento de capitais públicos, chamada Estradas de Portugal. Que se ficasse com a sua Direcção Regional sedeada em Viseu, claro que permitiria aqui criar competências, fixar pessoas e criar riqueza. Por outro lado, permitiria a Viseu ser compensado daquilo que está a perder, porque eu acho muito pouco no domínio da reestruturação que está a ser feita pelo PRACE, nós limitámo-nos a ficar com o serviço da Inspeção das Condições de Trabalho. É muito curto, acho que Viseu tem que erguer a sua voz alto e apelava também ao Senhores deputados do Partido Socialista desta Assembleia, que efectivamente fizessem “berrar” a vossa voz alto, para que as Estradas de Portugal fiquem com a sua Direcção Regional aqui. Terminava, perguntando a opinião do Senhor Presidente sobre esta matéria e se tem alguma informação que também nos possa trazer, face a esta preocupação que eu aqui manifesto.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Vamos lá então dar respostas às perguntas que foram colocadas. Começaria pela primeira questão sobre os Centros Educativos e a requalificação das escolas. Como sabem, a “Carta Educativa” foi aprovada nesta Assembleia Municipal com rasgados elogios, penso que muito por se dizer que ela foi feita exteriormente à Câmara, de qualquer maneira, teve rasgados elogios pelo facto de ser confiada a uma instituição. Bem, mas agora quando se trata de a aplicar, parece que a “Carta” eventualmente já tem defeitos. E portanto, o problema é este, sobre a requalificação das escolas, temos recebido pareceres perfeitamente distintos – um, quando a escola fecha, ou melhor, quando obriga escolas a fechar, esse parecer é positivo, quando não há encerramento de escolas, o parecer é negativo – o que se conclui que o Governo apenas quer encerrar escolas. É esta a conclusão directa e objectiva. Ao contrário, eu estive numa reunião com o Senhor Primeiro Ministro, numa iniciativa chamada “Governo Presente”, acho que foi isso, presumi até que o recado era para mim, o que eu fiz logo passar para o público, porque entendi que estava a ser dito de forma muito segura e sobretudo sem outra finalidade, que não fosse eu divulgá-lo. Disse que não haveria problemas de financiamento de todos os investimentos que constassem na “Carta Educativa”. Está-se aqui, via “jet”, a fazer restrições, nomeadamente à requalificação das escolas, que para além de constarem na “Carte Educativa”, ainda têm que ter esta outra característica – encerram outras escolas, são aprovados, não encerram, são chumbados. Este assunto já foi colocado, estamos à espera da resposta, naturalmente. A Propósito da CNAPU, eu gostava de dizer à Assembleia, nós fizemos uma proposta, que aqui trouxemos, dessa proposta ainda não temos resposta oficial, pese embora eu já a conheça e presumo que, os Senhores sabem também que as respostas da CNAPU são vertidas em portaria adequada, que deveria ter saído em Outubro do ano passado, aliás, para fazer efeito em dois mil e oito. Nem sabemos como é que as pessoas abrangidas pela portaria em questão, que há-de sair, ainda não saiu, tem eventualmente efeitos retroactivos, para aquilo que vier na portaria, porque ela há-de repercutir-se até dois mil e oito. E sabemos pela fonte oficiosa que este tem sido dos maiores problemas, portanto, não saiu. Também sei, com um quadro que tenho em meu poder, perfeitamente objectivo, qual é a conclusão



da CNAPU. A CNAPU o que diz, é que baixa os coeficientes de localização, e estou digamos, a referir-vos isto para se perceber bem, mas que não baixa até aonde a Câmara quer. Penso que este é o reconhecimento claro, que quem manda nos coeficientes de localização é a CNAPU! Para quem andou a dizer que são da responsabilidade da Câmara, fica agora perfeitamente demonstrado. A Câmara apresentou uma proposta e a CNAPU diz assim: *Não vamos até aonde os Senhores dizem, vamos mais além*, então quem é que manda, quem é que é o responsável pelos coeficientes de localização, continua a ser a Câmara? A proposta da Câmara está vertida num documento, já agora, deixem-me dizer-vos uma outra coisa ainda a este propósito, também para quem andou e continua a dizer, que a Câmara que é responsável pelo cálculo do valor patrimonial, tenho documentação aonde isso está perfeitamente claro. Aliás, nos próximos, com a anuência do Governo e é bom que saibam isto, porque há muita gente com ligações ao governo que não sabe isto, o novo titular da Secretaria de Estado, que achei um homem bem aberto, vai com a Associação a que presido dar orientações, para que nos próximos documentos aos cidadãos, aos contribuintes, esteja a dizer uma coisa assim: *O valor patrimonial é da responsabilidade da Administração Central, as taxas são da responsabilidade das Câmaras*. Fica demonstrado, a alguns “experts”, nomeadamente aqui na Assembleia, que de facto, a única intenção que têm quando se referem à fiscalidade é inculpar a Câmara de responsabilidades que não são nossas, fica perfeitamente demonstrado. Como vai também ficar perfeitamente esclarecido, que a partir de determinada altura, os peritos locais são indicados na proposta do Município e se o Município não apresentar proposta, serão então, digamos, designados pela Direcção Geral das Contribuições. Aquilo que andaram a dizer durante muito tempo, cai agora por base e eu espero que pelo menos tenham este cuidado de repor a verdade, porque de facto, andaram a dizer muita coisa que não dominavam e que não conheciam e portanto, eu gostaria de deixar isto bem claro. A segunda questão que me foi colocada, foi pelo Senhor Deputado João Paulo Rebelo, cujo estilo já conhecemos bem, mas que vem dizer que o meu discurso é numa frase e depois disse uma série de frases. Depois disse uma coisa que tem andado aí pelas Câmaras fora, que nós devíamos copiar o procedimento de algumas Câmaras, eu isso estou na disposição de fazer, o que não estou na disposição de fazer é de copiar os procedimentos dos serviços que o Senhor Deputado João Paulo dirige, porque convidou a Câmara de Viseu para ir plantar uma árvore num local público, exactamente na véspera da plantação da árvore. E nem sequer foi através do chefe, foi através de uma senhora qualquer, que telefonou para a Câmara: *Se quiser esteja amanhã...* É esse o procedimento que quer que eu tenha? Bem prega Frei Tomás! Eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado João Paulo que não seguiremos essa linha de orientação. Agora uma outra coisa, também olhos nos olhos com a plateia toda, alguém aqui está a pensar que fui eu que mandei pôr os Vereadores na última fila? Os Senhores têm essa ideia? Os Senhores perguntem aos serviços! Então acham que eu que me metia nisso? A não ser que também fosse o Senhor Deputado João Paulo, que mandou aquela senhora também telefonar para a Câmara de Viseu, a dizer-lhe: *Convidem lá o Presidente da Câmara, convidam-no às cinco horas da tarde para ver se ele quer amanhã plantar uma árvore*. Os Senhores são peritos a dar conselhos, mas a assumi-los, meu Deus! É o que eu digo, se fossem avaliados por aquilo que os Senhores fazem da avaliação que têm a vosso respeito, eram vendidos muito mais caros do que aquilo que realmente têm. Não é essa a avaliação! Tem que ter critérios iguais para os outros como têm para vocês. Portanto, eu gostaria de dizer que fica bem claro, que não tive a ver com isso e que não tenho esses problemas. Se há entidade que eventualmente pode confirmar aquilo que eu digo - também pelo seu comportamento, é pela reciprocidade - o Senhor Governador Civil, que ainda ontem me telefonou para eu amanhã receber um Membro do Governo e eu anui apesar de ser em cima da hora. Quem tem comportamentos comigo acertados, devolvo-lhos, quem tem comportamentos como



alguns que eu estou a dizer, não merece, digamos também, deferência para além desta. A Senhora Deputada Graça Pinto, veio dizer aqui uma série de coisas, até chegou ao ponto de pedir-me explicações por causa da precariedade e dos salários baixos no concelho, eu pergunto se eles são muito diferentes dos de Salvaterra de Magos, se por acaso diz à sua camarada de Salvaterra, se ela é responsável pelos salários, eu não tenho mais dinheiro! Podia andar a distribuir mas era da minha responsabilidade, salários baixos no concelho? Isto é de facto, uma demagogia, eu às vezes não lhe quero dar resposta e a Senhora obriga-me a dizer-lhe coisas como estas. Então acha que eu tenho alguma responsabilidade nisso? Pergunta-me: *É capaz de quantificar quanto é que a Selecção Nacional por cá passar...* As mesmas pessoas que eventualmente serão o alvo da nossa acção social, acharam tão importante a Selecção que foram os próprios que lá estiveram a dar apoio, olhe que eu não estive em nenhuma dessas manifestações com a Selecção Nacional, privei com eles, tive, digamos, essa oportunidade. Quem esteve lá a dar apoio à Selecção foi a população de Viseu, anónima, os tais que a Senhora diz que é preciso apoiar socialmente. Portanto eles viram, até essas, as vítimas, segundo a Senhora diz! Viram na Selecção uma oportunidade e um orgulho. É evidente, quando se diz como foi aqui perguntado, que eu que disse sobre o PS, que estavam contra, por acaso eu nunca referi isso, acho que até das duas pessoas que eu tinha na mente, nenhuma delas é do Partido Socialista, uma até ao que sei, é do partido a que pertença. O Senhor Deputado João Paulo tomou logo para ele a acusação e aos elementos do Partido Socialista. Falei em duas pessoas apenas, nenhuma delas é do PS ao que eu saiba, portanto também não atirei ao PS essa responsabilidade, nem passou na minha mente, mas pelos vistos doeu. Agora também não podemos ficar nesta posição, é muito agradável, mas é uma posição no mínimo, pouco respeitável, que é assim - em Lisboa dizem-se assim: *Vocês vivem numa cidade aonde dá gosto viver...* E nós estamos lá, o Senhor Deputado João Paulo e os outros eventualmente que moram em Lisboa, ou que fazem a sua vida em Lisboa e dizem que sim, mas depois atalham logo entre parênteses, “não tem nada a ver com a Câmara”, é uma cidade boa, mas a Câmara não tem nada a ver com isso, olhe que a Câmara não fez nada para isso e tem o Governo!... A levar-nos o Centro de Restauro, os PRACES todos, quer dizer, o Governo é que tem feito esse trabalho. Eu falo nos governos, portanto dar o seu a seu dono é muito fácil, é justo e honesto. O Senhor Deputado não gosta, paciência, como eu já não gostei de muita coisa e tenho que ouvir. Já agora uma resposta ao Senhor Deputado Hélder do Amaral, eu queria dizer-lhe o seguinte: Eu tenho uma grande relação de amizade com África, mas também não tenho para além disto. Regimes ditatoriais, o Senhor é capaz de os conhecer até pela proximidade, peço desculpa. Não o interrompi ouvi-o com todo o cuidado, não sei se é também escola, mas queria diz-lhe que regimes ditatoriais o Senhor está bem mais perto deles do que eu. Portanto Senhor Deputado luta política aberta aceito, insinuações dessa natureza, ou o Senhor se estava a ver ao espelho, ou então espero que não estivesse a falar para mim. Tenho provas dadas para não... Se pudesse ser escrito por alguém, algum regime ditatorial, o Senhor disso deve saber. Eu escrevi aquilo que me ia na alma, portanto, não lhe dou resposta a isso e peço-lhe muito sinceramente, já tivemos desentendimentos que chegassem, mas queria tê-los noutra ordem, não vá por aí, porque de facto eu não gosto nada disso. Tenho a minha forma de ser, não recebo de ninguém lições de democracia, mais, até de passado, não recebo lições de ninguém! Há muita gente a falar de no seu passado, porque não conhece o dos outros, se quiser um dia eu explico-o, mas não venha com essa questão que viu na minha intervenção ligações aos regimes ditatoriais, porque nunca tive nenhuma ligação. Olhe, a primeira vez que votei no antigo regime, votei na lista da oposição, foi a única vez que votei e portanto, não tenho nenhuma relação, nem de proximidade com este tipo de regimes. É bom que saiba isto e que não voltemos a ir por esse caminho, porque eu de facto, não gosto. Portanto, fico por aqui, já deu para entender que eu hoje estou calmo, as outras questões são mais importantes, mas



quando nós queremos ter uma conversa séria e construtiva, não começa por insultar o interlocutor. Quando se quer ter uma conversa séria e construtiva, começasse por se dirigir ao interlocutor, no mínimo com educação, se se começa por insultar o interlocutor é natural que até nem lhe dê vontade nenhuma de dar resposta às perguntas eventualmente importantes que colocou. De facto, isto não parece, não sei se é outra origem diferente da minha, mas esse não é o meu comportamento e não vou dar-lhe resposta mais nenhuma. Quando tratar as questões com educação eu respondo-lhe, quando não tratar com educação, não lhe respondo. Também queria dizer-lhe que fica muito mal a um Deputado, que também é Deputado da Nação, não conhecer a legislação das Comissões Municipais de Economia. Aquilo que o Senhor veio dizer, é que a responsabilidade é nossa, mas não é! Nas Comissões Municipais de Economia, a Câmara é minoritária e eu tenho muito respeito pela Associação a que presido, que é colegial. Esta posição não foi assumida apenas por mim, foi assumida por dezassete elementos, sendo que nove são do partido a que eu pertença e oito dos partidos da oposição. O seu partido por força da votação dos portugueses não tem lá ninguém, mas isso não é um problema nosso, já teve, agora não tem e portanto, foi assumida colegialmente e diz o seguinte, muito simples: Como estamos em minoria nas Comissões de Economia e como acho que é um desrespeito ao poder local, convidaram-nos para ir a Coimbra falar de assuntos aqui, deixamos que todos os deferimentos sejam tácitos. Já expliquei isto aqui uma série de vezes, eu não estive e espero também que não haja ruído lateral, não estarei em nenhuma posição em nenhuma Comissão de Economia. Já agora, se soubesse isto, percebia que não estão na posse da Câmara os dados para definir e para decidir sobre a instalação das grandes superfícies, nem podiam estar. Ao menos sugiro-lhe que veja isto, se vir no relatório da instalação de uma grande superfície... Senhor Deputado, se não me quiser ouvir também não lhe respondo. Se por acaso analisar o relatório de uma Comissão que decide a instalação de uma grande superfície, faz análise de outros concelhos. A instalação de uma grande superfície, por exemplo, do Retail Park, diz que a atracção vai ao Concelho de Mangualde, de Gouveia, de não sei quantos. Então era a Câmara de Viseu que tinha que ter esses dados? É de quem não quer entender isso, portanto, aquilo que nós dizemos é: Quem decide é a CCDR, através da sua Direcção Regional de Economia, então que decida tudo! Se uma CCDR e eu lanço este desafio a si, há plateia toda e alguns ouvintes aqui – haja uma situação que nós aprovemos sem a Direcção Regional de Economia dar o seu aval, nem uma! Portanto, nós sempre dizemos – remetemos isto às Direcção Regional de Economia com deferimento tácito, porque os Senhores são os responsáveis, os Senhores é que têm os números, os Senhores é que têm os dados, portanto decidam os Senhores! Se vier alguma posição da Direcção Regional de Economia a dizer: *Não se justifica a instalação da grande superfície*, a Câmara não a deixa instalar. Agora, nós não ficamos com essa responsabilidade, era o que faltava! Já agora, também em relação a isto, para falarmos tudo aquilo que sabemos, porque há muitas coisas que se dizem e não se conhecem, eu tenho aqui na minha posse o relatório do Centro de Emprego e que diz: *A baixa do desemprego de Viseu, foi devido à instalação das grandes superfícies*. Eu peço desculpa, não analisei e gostaria também que na próxima vez aqui na bancada, fique sozinho, de facto, não é possível estar com comentários laterais, isto é uma tática que eu conheço há muito tempo. Eu por acaso não me deixo influenciar muito por isso, mas o ruído lateral é para ver se nós nos dispersamos, não pega, tem uma escola que felizmente não quero copiar. Aqui é para tratar dos assuntos com outra elevação. Portanto, estava eu a dizer que não vale a pela estar a confundir as coisas e estar atirar responsabilidades a quem não as tem. Nem podia ser doutro modo meus amigos! Então uma grande superfície instalada em Viseu, de vez em quando define zonas de atracção até à zona de Oliveira do Hospital, era a Câmara de Viseu que sabia que ela tinha influência até Oliveira do Hospital? Mas depois o que eu acho curioso é outra coisa, é que nas inaugurações das grandes superfícies, lá estão



as mesmas pessoas a baterem palmas e depois querem até fazer a “Quadratura do Círculo” também. Criticar o Presidente da Câmara porque vai lá e ao mesmo tempo, dizer muito bem do empresário. É assim, isto não pode ser! A responsabilidade a quem a tem e eu não tenho nenhuma responsabilidade nisso, nenhuma! Por mais que os Senhores queiram, não tenho nenhuma responsabilidade no estado de economia de cada um dos pequenos comerciantes, tomara eu ter, tenho familiares e muitos, pequenos comerciantes, tomara eu! Então mas o estado em que chegaram os pequenos comerciantes é da responsabilidade de uma Câmara! É da responsabilidade, como chegar ao País! É ou não verdade, quando foi o estágio da Selecção houve muita gente na cidade? É ou não verdade com a instalação, de pelo menos de uma grande superfície dez por cento das pessoas depois de iram à grande superfície vêm para a cidade? Eu li-vos aqui, se quiserem volto a ler-vos, de Bragança, que os comerciantes locais dizem: *Durante o dia não se fez um euro, no “Centro Histórico” de Bragança.* Então tem a ver alguma coisa com as grandes superfícies? Tem a ver é com a economia do País, que as pessoas não têm dinheiro, para isto nem para outra coisa. Então responsabilizem quem têm que responsabilizar, eu já estou como o outro – “não sou verde”, por acaso sou de clube, nem tenho coisas apontadas, nem sou o BES”. O Senhor Ministro da Economia não sou eu, é outra pessoa e portanto, peçam-lhe as responsabilidades, não atirem para quem não é responsável. Quanto custa a Volta e quanto custa o Estágio da Selecção? Dois documentos públicos, não os trouxe porque pensei que os Deputados conheciam os documentos públicos da Câmara. Dois acordos, aprovados em reunião de Câmara, nem me perguntem a mim! Qualquer um deles aprovados em reunião de Câmara, digo-lhes as linhas mestras – um deles aprovado por quatro anos, já agora a inveja que têm os concelhos vizinhos, andam todos atrás da “Volta a Portugal”, porque nós conseguimos fazer um compromisso de quatro anos, o valor está lá! Olhe, um valor que a Câmara suporta perfeitamente, sem ter que recorrer... Não vamos passar para este investimento sem ter a fonte de financiamento perfeitamente definida e portanto não os devemos, também arcamos com outras situações, paciência! O problema do Estágio da Selecção, posso até dizer uma outra coisa, fica da minha inteira responsabilidade, se quisesse mais gente, mas “sponsors” no financiamento deste evento tê-lo-ia tido. Achei que a determinada altura até para dominar a realização dos eventos, que já chegava, portanto foi aonde a Câmara quis. Se por acaso não tivemos o envolvimento financeiro de mais pessoas, outras pessoas, foi porque nós achámos que já não era necessário. A Câmara tinha condições para suportar aquilo, não queríamos mais pessoas metidas no processo, porque não havia falta sequer de investidores ao nível empresarial que se quiseram envolver connosco. Bastou-nos que um dos empresários dissesse que pagava metade da estada, para nós dizermos que nos chegava. É público, assinámos um documento público com a Associação de Futebol, com a empresa privada, aonde estão as condições que já eu agora não me recordo quais são exactamente, mas estão lá definidas, é uma questão de pedirem o documento público e isso está perfeitamente dito. Já agora, uma outra coisa que gostaria de dizer ao Senhor Deputado João Cruz - duas coisas, faça-me um favor, quando se dirigir ao “AU” que é talvez um dos serviços da Câmara que melhor funciona e tem sido visitado constantemente por pessoas, incluindo o seu partido, para copiarem como é que funciona. Acho que dito doutro modo, porque o Senhor se calhar não gostaria que eu lhe estivesse a colocar problemas de pessoas que vão à Segurança Social. Desculpe lá, eu trouxe-lhe aqui a indicação do documento, agora não me venha confrontar com isso, só lhe digo é que, tenho perfeita consideração e muito orgulho no serviço de “Atendimento Único”, que é quase único no País! Se quiser até ir dando uma vista de olhos por lá, não espere muito, mas não venha fazer esses comentários, assim à laia – que até lá fui e não quantos mais... Se tinha eventualmente, até pelas posições anteriores, tenho a certeza que não havia nenhum elemento da Administração que lhe negasse colaboração, se a tivesse solicitado. Olhe, eu se tivesse que ir à Segurança Social,



dirigia-me a si ou ao Presidente, era assim que eu fazia. Aprenda também isto que é para não haver situações se vão encontrar eventualmente, algumas coisas menos correctas. Do Senhor Deputado Almeida Henriques sobre o PRACE, eu queria dizer que em relação ao Centro de Restauro, tenho agendado uma reunião com o novo Ministro da Cultura. Também dizer uma coisa, não tenho nenhum problema em revelar este segredo, não sei quanto tempo a Senhora Ministra da Cultura esteve em funções, não a conheço nunca me cruzei com ela no ginásio, mas não a conheço, não tive nunca a oportunidade de ter uma reunião, que pelos vistos não se justificava. Este Senhor Ministro já marcou uma reunião connosco e eu tenho agendado colocar-lhe exactamente o problema do Centro de Restauro. E lembrava também que o Centro de Restauro está cá, porque nós o reivindicamos, disponibilizámos instalações e veio para cá, por uma mão conhecida, agora espero que outra não a leve. Há uma coisa que me parece que o Senhor Doutor Almeida Henriques me deu uma ajuda, então mas só sou eu a reivindicar isto? Se por acaso o Centro de Restauro sair de Viseu, eu tenho que me insurgir é isso que farei, vou já fazê-lo com o Ministro. Então, mas, não há pessoas com responsabilidades nisso tanto ou mais do que eu? As pessoas de deambulam entre Viseu e Lisboa, qual é a função? Não é esta? Ou então não percebi qual é o conteúdo funcional de um Deputado – é ir lá, pôr os problemas no “Circulo Eleitoral” e trazer para cima as respostas e até mais, mobilizar a população a dizer: Olhe que não sei quantos... É esse o conceito que eu tenho para um Deputado, mas também estou a falar por desconhecimento que apesar de ser eleito sete anos, nunca lá pus o pé, mas pronto. Portanto nós o que devemos perguntar, se calhar aos Deputados e aos Deputados do Governo e não por uma razão especial, mas porque devem ser os mais bem informados, perguntar-lhes se têm alguma novidade sobre os Centros de Restauro. Por exemplo, eu também tenho essa informação do Senhor Presidente de Estradas de Portugal, de que querem acabar com as Direcções Distritais, aliás, tenho uma posição pública escrita a perguntar-lhe se iam acabar com os principais interlocutores, cada vez mais esvaziados mas ainda são quem nos dá resposta. Nós tivemos agora a resposta para a Estrada do Sátão e com quem reunimos, foi com a Senhora Directora Distrital, com o Vice-Presidente da EP, por acaso numa reunião muito produtiva, muito simpática, mas foi através da interlocutora da Directora de Estradas. Se vão acabar com elas, já sabem que mais um canal, mais um ponto de ligação, mais um serviço, que vão retirar daqui. Eu não deixava sair nenhum, antes pelo contrário e mais, trocava de bom grado o Instituto das Condições do Trabalho. Eu conheço-o porque simpaticamente a Senhora se foi apresentar à Câmara. Os Senhores sabem o que é o Instituto das condições do Trabalho? É um organismo que tem para aí duzentos e tal concelhos sobre a sua alçada ou sobre o seu âmbito geográfico e que funciona na Avenida António José de Almeida, num bocadito. Nós podemos todos bater palmas, porque temos aqui uma Direcção Regional das Condições do Trabalho. Se é isto que de facto ajuda ao desenvolvimento, eu acho que não e portanto, sobre as respostas das perguntas que me colocaram é isto que se me oferece dizer Senhor Presidente.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Helder Amaral. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) –

Usa da palavra fazer a seguinte intervenção: “Eu queria fazer uma nota prévia ao Senhor Presidente da Câmara, pensei que já tivesse ficado claro nos desentendimentos que tivemos os dois, quer um quer outro em número suficiente, para lhe dizer que pessoalmente contra si não tenho nada. O que tinha para lhe dizer pessoalmente, já lho disse aqui. Eu fiz uma apreciação política, de um documento político, num órgão político, esperava que o Senhor tivesse capacidade de responder exactamente nos mesmos termos. Falou até num exemplo de um regime ditatorial mais para leste, Vossa Excelência quis ir a África. Se procura fazer alguma referência ou alguma tentativa de apelo à minha cor, aí digo-lhe eu: Não vá por aí, porque tenho muito orgulho na cor que tenho, muito orgulho



do continente aonde nasci, muito orgulho no País onde moro e no regime aonde moro. Sabe por que é que eu não falei em África? Podia ter falado. Brincava há bocado com o que se passava no Zimbabué, sabe porque é que eu não fui? Não fui porque às vezes perguntam se o Senhor Doutor Fernando Ruas tem alguma coisa a ver com África, é que às vezes parece também... Se nasceu lá... Eu tenho muito respeito por isso. Pensei que estávamos os dois do mesmo lado e portanto, não ia nunca por aí. Ainda outra coisa Senhor Presidente da Câmara, não tenho nenhum medo, nenhum receio e não utilize comigo o que costuma utilizar com a bancada do Partido Socialista, não vá por aí. Eu faço política completamente solto, completamente livre, transparente como a água, mesmo com esta cor. Discutamos, discordemos, concordemos, faço elogios quando os tenho que fazer, já os fiz, voto favoravelmente quando o tenho que fazer e discordo quando tenho que discordar. Os poucos viseenses que votarem em mim, não esperariam de mim outra coisa se não oposição com respeito, Senhor Presidente da Câmara, como é meu timbre. Aliás, estive na semana passada o grato prazer de alguns Ministros do Governo com eu discordo bastante... De todos os Deputados, tenho por norma ser assertivo nas intervenções que faço, mas com coragem e frontalidade, aliás devo dizer-lhe, coisa que aprendi consigo. Portanto, se aprendi mal, lamento, mas foi com Vossa Excelência que eu aprendi. Quantos às perguntas, obrigadíssimo, disse que não respondia, mas acabou por responder e respondeu satisfatoriamente ao que eu queria. Fiquei a saber que o Senhor Presidente da Câmara, de livre e espontânea vontade não participa nas Comissões Municipais para avaliação daquilo que é um exagero, na minha opinião, daquilo que é um número de grandes superfícies abertas no nosso Concelho. Não somos os piores, Castelo Branco tem mais. Castelo Branco tem um terço da população de Salamanca, tem cinco vezes mais área autorizada do que Salamanca, com a população com metade do poder de compra. É o modelo de desenvolvimento que Vossa Excelência escolheu, não é o meu, não é o que parece de muita gente e optou por não fazer o que diz a Lei doze/dois mil e quatro, que é dar aos Municípios a capacidade de iram às Comissões e dizerem o que pensam. Ao Senhor Presidente da Câmara isso não interessa para nada, não vai lá, não quer saber, já cá estão todas e portanto, assume essa responsabilidade. Assumiu-as aqui, muito obrigado por isso.” -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- TRINTA E OITO – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu pedi novamente a palavra, porque de facto o Senhor Presidente da Câmara, não respondeu a uma das questões fundamentais que coloquei, antes desvirtuou, julgo que não intencionalmente, o sentido da questão. De facto, e vou passar a citar, o Senhor Doutor Fernando Ruas diz a certa altura no relatório que aqui foi apresentado: *Podemos agora verificar que a avaliação, isto referente à passagem da Selecção, é francamente positiva, com benefícios esperados, não só de curto prazo, mas essencialmente de médio e longo prazo, ao nível turístico, social, através da elevação do sentimento de pertença e de auto estima dos viseenses.* Não está em causa, Senhor Presidente da Câmara, eu própria me associei ao Voto de Congratulação e de Elogio, à forma como decorreu a passagem da Selecção, o contributo, que essa mesma passagem teve para o aumento de auto estima, pelo menos enfim, poderá ter tido um contributo. Parece-me sim abusivo e foi essa a questão que coloquei, que não me foi respondido, qual o impacto e em que é que se baseia o Senhor Presidente da Câmara para dizer que a médio e longo prazo, esse evento terá a nível social e não só turístico, mas essencialmente social consequências muito positivas para Viseu. É que Senhor Presidente da Câmara, para mim, as questões sociais e penso que para nós todos, não se podem consubstanciar e restringir à auto estima, embora ela possa ser importante para alguma mobilidade social, alguma energia anímica de qualquer pessoa. Mas as questões sociais resolvem-se com questões sociais e as políticas sociais não se



podem circunscrever na auto estima que é aqui trazida, e convocada por este relatório, foi essa a pergunta. Portanto, foi esta a pergunta, em que dados concretos é que se baseia, para fazer uma afirmação deste foro – que a médio e a longo prazo, a passagem da Selecção irá de facto, ter consequências sociais relevantes e importantes para o Conselho. Entretanto, como me responde Senhor Presidente da Câmara, que essas mesmas pessoas, que alegadamente aqui estou a defender e defendi, foram aquelas que estiveram nas ruas a saudar a Selecção e a apoiar em diversos momentos, não me parece ter absolutamente nada a ver e peço desculpa de o dizer desta forma frontal como eu também costumo ser, ter nada a ver com as políticas sociais de fundo, para o Concelho. Já agora, Senhor Presidente da Câmara, felicitar aqui a questão das grandes superfícies que eu também convoquei na minha intervenção. É que Senhor Presidente da Câmara, saberá tão bem quanto eu, ainda há pouco tempo tive a oportunidade de falar com dirigentes da Associação de Comércio de Viseu, os salários que são praticados nessas grandes superfícies e que dão depois em termos estatísticos e a estatística é o que sabemos que é e tem todo o peso que sabemos que tem, é relativo. Esses salários e essa criação de emprego, não é uma criação de emprego duradouro nem consistente. Sabe perfeitamente também, saberá tão bem quanto eu, que há jovens licenciados com altas qualificações, que poderiam pela massa critica que representam, estar a contribuir para o desenvolvimento económico do Concelho, a fazer o que de facto deveriam fazer, estão a trabalhar nessas estruturas e alguns deles já saíram de lá e com rapidez. Portanto, não me parece legítimo invocar a criação de emprego como uma das justificações para a existência, para a proliferação de tão grandes superfícies. Depois Senhor Presidente da Câmara, também a sua intervenção no sentido do seu esclarecimento que não participa nas Comissões Municipais, parece-me e perdoe-me a minha interpretação, um bocado grave, porque de facto, essas Comissões têm um papel importante na viabilização ou não da instalação dessas grandes superfícies, ao contrário do que aqui pareceu querer fazer passar.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo.” -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Mais uma vez para clarificar o seguinte, é evidente que eu não tinha conhecimento sobre do episódio que o Senhor Presidente da Câmara nos contou sobre o convite feito em cima da hora, à Câmara Municipal. Foi proactividade seguramente, da colaboradora que telefonou, deve ter achado simpático e bem, eu também acho o mesmo, que pudesse estar alguém da Câmara Municipal a acompanhar um acontecimento singelo e simbólico, que aconteceu em quarenta e quatro concelhos aonde há as Pousadas da Juventude. Agora naturalmente, que me sinto, quando o Senhor Presidente da Câmara fala nisso, responsabilizado por isso, é uma pessoa que trabalha na instituição a que presido. Da mesma forma, espero que o Senhor Presidente da Câmara, como eu no futuro tomarei as devidas providências para corrigir essas situações, que da mesma forma o Senhor Presidente da Câmara aqui hoje perante esta Assembleia, também faça o compromisso de avisar, de preparar os serviços encarregues dessas questões protocolares, da importância de tratar de igual forma todos os Vereadores da Câmara Municipal.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “É muito rápido Senhor Presidente, só para dizer que em relação a esta última intervenção, eu há uns anos que ando a preparar o serviço e a dar-lhe as orientações mais correctas. Só fiz a comparação a alguém que estava a responsabilizar o Presidente da Câmara de uma forma tão directa e que pelos vistos não sabia o que se passava na sua própria casa, foi agora aqui reconhecido. Só estava a dizer como é que era possível que alguém viesse de forma tão sobranceira colocar o problema e afinal na sua própria casa, acontecia a mesma coisa.



Em relação à Senhora Deputada, eu só lhe queria dizer, em que é que me baseio para dizer que a curto e a médio prazo que vai haver benefícios? É a mesma razão que quando as organizações fazem uma feira internacional em Madrid, com certeza que estão à espera de retorno. Quando o ICEP promove no País inteiro, quando o Senhor Primeiro Ministro foi à Venezuela, com certeza que não trouxe nada logo, estava à espera do retorno! Espero eu, que se perceba naturalmente, ou quando o Senhor Presidente da República se faz acompanhar com empresários numa digressão à Índia, não trouxe nada, nem camelos nem coisa nenhuma, a ideia é de que haveria um investimento posterior. Bem, se isto não pega para a Câmara, não sei o que é que pegará, mas pronto, não vale a pena termos outra visão. Oh Senhora Deputada por favor, a Senhora não é campeã do social, o seu partido também não é, eu também a ouvi. Os Senhores têm que perceber, que eu também sou humano e com nervos às vezes “à flor da pele”. Então os Senhores ali dizem o que querem e eu estou aqui calado? Quando eu vos dou respostas estão sempre a interromper e torcem-se aí todos. Então a ética na política já não é nada? Também já agora estou como o outro, por amor de Deus! A Senhora ouça, eu há bocadinho não lhe disse nada e também estava em pulgas para lhe responder. Só estava a dizer que quando diz que acha muito mal que eu não esteja... Não estarei! E não estarei nessas Comissões por respeito ao Órgão a que presido e por uma outra razão, se a Senhora se sente confortável, eu não sinto. Não estarei numa Comissão aonde sou um em dez, para decidirem coisas sobre o meu Concelho. Sabia Senhora Deputada? Um em dez para decidirem coisas sobre o meu Concelho, com as decisões tomadas, para dizer que eu estive lá? Então, aquilo que digo é muito simples: Os Senhores tomem a responsabilidade inteira de decidir, acha coisa mais franca mais clara que isto? Ninguém vem dizer que uma grande superfície instalada em Viseu, pela Câmara, só pode ser chumbada em duas posições, por mais que as pessoas abanem a cabeça. Só pode ser chumbada em duas situações: Se trouxer problemas ambientais, ou se trouxer problemas urbanísticos. É a única situação em que a Câmara interfere. Se me apontar alguma daquelas grandes superfícies, que tenham problemas ambientais e urbanísticos, faça o favor de me dizer que eu vou mandar corrigi-los. Aliás, temos até feito exigências de tal maneira grandes, basta ver a última grande superfície que se instalou, que duplicamos a estrada, obrigamos o investidor a duplicar a estrada. Ainda não está completa, porque a casa a seguir vai ser demolida, porque também o obrigámos a fazer, um emissário desviado. Portanto, nós tomámos as precauções urbanísticas, agora a decisão não é nossa. E bastava, tenho a certeza absoluta, dou-vos pelo menos esse crédito, de analisarem um relatório vindo da Direcção de Economia, para perceberem que a Câmara não tem nenhuma responsabilidade. O relatório se precisasse da informação da Câmara, não se atrevia a dizer na parte final: Bom. É um bom investimento, gera não sei quantos empregos, é amigo do ambiente e não sei quantos mais. Portanto, assumem isso e se assumem isso, têm que assumir na plenitude. Isto é: Como é que esses dados cruzados podiam ser tratados? Imaginemos só esta situação para se perceber bem, eu opunha-me à instalação de uma grande superfície, eventualmente ali em Cabanões, que tem abrangência espacial no Concelho de Nelas e no Concelho de Seia, quando quisessem instalar uma superfície em Seia como é que faziam? Só quem estiver predisposto a inculpar o Presidente da Câmara e as Câmaras é que envereda por isso. Mas quem estiver predisposto fá-lo-á em todas as situações, pode dizer que o preto é vermelho em qualquer das situações. Que fique claro, não há nenhuma responsabilidade das Câmaras na instalação das grandes superfícies, a não ser que vão à Comissão e que digam que sim senhor que estão de acordo, que não é o nosso caso. Não vamos a Comissão dizer que não estamos de acordo, não estamos lá, a responsabilidades são todas exteriores. Mais outra coisa, já agora, também já trouxe essa informação e eu espero que ela seja substantiva, pelo menos que a valorizem, eu por causa dessa situação, convidei os Senhores Dirigentes da Associação Comercial de Viseu a irem ao meu gabinete e mostrei-lhes um relatório,



aliás que eles já conheciam. Depois, convidei-os a irem comigo ao Senhor Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, ao Senhor Doutor Fernando Serrasqueiro e aquilo que ele disse à minha frente, os Senhores todos podem perguntar-lhes, foi que não havia nenhuma possibilidade de a Câmara se opor, até disse outra coisa ao contrário do que dizem alguns dos Senhores bem informados aqui nesta Assembleia: *O próprio Edifício Jurídico da União Europeia, não permite que se inviabilize o direito de estabelecimento*. Mas será que só eu é que aprendi isto? Portanto, aquilo que eu lhe queria dizer é: Nem as Câmaras podem, nem o Estado Português. Até lhe deu um exemplo – *se algum sapateiro que quiser instalar em Viseu, Os Senhores podem pedi-lo?* Sejam claros, não se atirem responsabilidades para quem não as tem, da instalação de grandes superfícies. Isto é uma invenção! Alguns Senhores que não têm mais nada com que pegar na Câmara, pegam nisto, atirando-nos as grandes superfícies, a degradação do “Centro Histórico”, depois ficam muito admirados com o que se passa cá, alguém que não é de cá e diz bem do “Centro Histórico”, mete-lhes uma “confusão dos diabos”. Sobre a outra questão que me foi levantada pelo Senhor Deputado Hélder do Amaral, eu queria dizer só o seguinte: Eu vivo muito bem com isso, eu não tenho nenhuma relação com África pelo sangue, não tinha nenhum problema com isso, mas é bom que saiba isso. Convivo também muito bem com as acusações de índole política. Se me comparar eventualmente ao “Sadan das Beiras”, se for só pelo aspecto fisionómico, eu não me importo, se tiver implícito outra coisa já me chateia. Portanto, eu não vou dizer que o Senhor é sueco, não me parece que seja, mas fiz apenas alusão porque quer queira quer não, é no Continente Africano e no Sul-americano aonde há mais ditaduras, foi só por isso que eu fiz a alusão, se coincidiu com a sua cor... Olhe, está muito orgulhoso, como eu sou muito orgulhoso de branco, está bem?” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **QUARENTA E UM** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Senhor Presidente, eu li com muita atenção o seu relatório e ouvi-o aqui, gostei da maior parte daquilo que li, devo dizer-lhe, como aliás já foi salientado pelos meus colegas de bancada, mas houve dois parágrafos que o Senhor Presidente utilizou sobre os quais eu gostaria de lhe perguntar: O Senhor Presidente não acha que é uma perda de credibilidade estar a seleccionar dentro dos comentários que foram emitidos pelos duzentos jornalistas que foram convidados, segundo também foi referido, exactamente aqueles que têm uma referência pessoal, num caso e noutro caso implícita ao Senhor Presidente Doutor Fernando Ruas? Oh Senhor Presidente, o Senhor não acha, o Senhor julga que precisa ainda de uma referência pessoal, para valorizar aquilo que foi feito? Senhor Presidente, no seu lugar a maior parte das pessoas não poria estas referências e não tem nada a ver com a honra, a dignidade, a independência dos jornalistas, nem com o tempo que eles tiveram para fazer a apreciação, nem com o valor da apreciação, são pessoas idóneas. Muito emocionalmente foram bem tratadas e muito emocionalmente devem ter dito bem de quem os tratou bem. Agora, acha que o Senhor valoriza este relatório? Pelo contrário, eu digo-lhe que não Senhor Presidente. Julgo que este relatório se estraga por estas duas referências, porque é justamente um auto elogio e como diz o povo, Senhor Presidente: *Elogio em boca própria é vitupério*. Portanto, o Senhor perdeu aqui, como aliás tinha perdido já ao longo desta Sessão e é isso que gostava de lhe ouvir. O Senhor perdeu quando há pouco faltou à verdade Senhor Presidente, digo-lho frontalmente. O Senhor disse que o Partido Socialista tinha votado contra a escola, eu não me resigno Senhor Presidente, o Senhor faltou à verdade, não foi verdade isso que se passou. Em segundo lugar, o Senhor teve aqui uma atitude para com o Senhor Deputado Hélder Amaral, que eu julgava já não ser possível. Francamente, quase no final da primeira década do século vinte e um, ainda fazer piada, fazer humor, com a pele ou origem geográfica das pessoas. Que bem que lhe respondeu...



Sim Senhor Presidente, O Senhor Presidente disse que o Senhor Deputado Hélder Amaral, aliás recomendou-lhe que se visse ao espelho, para ver se não estaria mais perto dos regimes ditatoriais. Felizmente que ele lhe respondeu com elegância e não tivemos um incidente por esse facto, mas eu lamento muito que tenha feito isso. Como lamento também Senhor Presidente, as repetidas indirectas que o Senhor dirige a pessoas da minha bancada. Porque trabalham para o Governo Central e é crime trabalhar para o Governo Central, porventura. E porque são representantes do Governo Central, alguns até com alta qualificação, isso até é bom para todos nós. As referências directas ao Senhor Deputado João Pedro ou ao Senhor Deputado João Cruz. Francamente Senhor Presidente, é a pergunta que eu também lhe faço, acha que isso dignifica a Assembleia Municipal? Eu tinha de si uma outra imagem, com toda a franqueza! Julgo que o Senhor não está realmente à altura da imagem que eu próprio formei. A culpa é minha e eu sei.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Senhor Presidente, vou responder com o máximo das calmas ao Senhor Deputado. Não pense que me intimida Senhor Deputado, eu também tinha uma outra imagem a seu respeito, até os portugueses tinham uma outra imagem a seu respeito. O Senhor estragou-a toda em pouco tempo. Eu ando nisto há dezoito anos Senhor Deputado e os meus municípios continuam a considerar-me. O Senhor estragou um bocadinho a imagem, portanto devolvo-lhe aquilo que me disse. Já agora uma outra coisa e espero que pelo menos o Senhor Deputado Hélder do Amaral acredite nisso, quando me estava a referir ao espelho, eu não gosto, mas digo-lhe pela minha honra que estava a pensar na proximidade partidária apenas. Eu não dou resposta, bem pode ter os desabafos que entender, se quiser acreditar acredite, se não quiser já o referi...Oh, Senhor Presidente, se por acaso as pessoas não querem ouvir aquilo que os outros dizem, têm pelo menos de ter algum recato nas acusações. Eu acho que é muito bonito bater no Presidente da Câmara e se calhar alguns Senhores estão aí para isso, mas não podem acusar o Presidente da Câmara de escrever um texto ditatorial e depois, ficarem extremamente hiper sensibilizados se lhes digo alguma coisa. Mas os Senhores acham que há pior coisa do que chamar um indivíduo ditador? Então alguém acha que um indivíduo é ditador e depois ficar extremamente chocado, por a pessoa que foi acusada se defender? Depois vem alguém, também com este descaramento, como veio o Senhor Deputado a seguir, tentar o aproveitar desta situação, para se calhar, criar um facto aqui na Assembleia. Olhe Senhor Deputado, eu é que não estava à espera que o Senhor tomasse essa atitude. O Senhor tem responsabilidades no País, devia ter outro tipo de atitude e mais, se calhar era ao Senhor que lhe competia apaziguar. O Senhor fez aqui, aquilo que há bocadinho aqui alguém veio dizer, “chicane política”. O Senhor veio tentar com um facto, criar um problema artificial, esta é que é a grande verdade. Eu também não esperava isso de si. Deixe-me dizer-lhe que se o desapontei, o Senhor me desapontou a dobrar, eu digo o que tenho para dizer, já devia saber. Toda a passagem do Senhor por esta Assembleia Municipal vem nesta esteira – veio primeiro com os galões, depois fugiram-lhe os galões e o Senhor agora já está mais... Mas por amor de Deus Senhor Deputado, se quiser voltar a granjear o respeito que já teve dos viseenses, tem que ter outro tipo de atitude, não venha com este aspecto teatral, não esperava no século vinte, não sei quantos, não sei quantos mais... As desavenças e os afastamentos que tenho com o Senhor Deputado do Hélder Amaral, sempre os discutimos aqui, não tenho outra índole. Portanto, não venha com este tipo de argumentação, que já não cola. O Senhor veio dizer: *O Senhor faltou à verdade*, eu sei porque é que o Senhor veio com isso, é porque ninguém estava à espera da sua actuação desastrada nesta Assembleia Municipal. O Senhor é que começou aqui logo de início, exactamente para se pôr em bicos de pés, com uma actuação perfeitamente desastrada, a dizer que era não sei quê e não sei quantos mais... Teve que



dar o dito pelo não dito e agora está no contra-ataque. Eu conheço bem essa estratégia, mas deixe-me dizer-lhe, comigo não pega. Portanto, é bom que nos entendamos – querem discutir política, discuto-a aqui! Mais outra coisa, eu dou um doce a quem alguma vez ouvir que a minha resposta não é às questões que me colocam. Se me sinto naturalmente atingido, respondo à letra e não estou aqui a fingir. Esta é a imagem que quero transmitir aos viseenses e continuo a transmitir, quem eventualmente me insultar leva a resposta, pelo menos julgo que aqui alguém foi menos correcto leva a resposta e foi isso que eu também procurei dar ao Senhor.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Meus Senhores vamos interromper a nossa Sessão para almoço e retomamos às catorze e trinta, muito obrigado de um bom almoço.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos então dar início aos nossos trabalhos da parte da tarde. Já temos quórum. Vamos começar pelo Ponto Dois “ Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a alunos a frequentar o “lugar presente” na Companhia Paulo Ribeiro”, nos termos dos artigos cento e doze, duzentos e quarenta e um, da Constituição da República Portuguesa e conferido pela alínea a), do número dois do artigo cinquenta e três, e o artigo b) e a) do número quatro, do artigo sessenta e quatro, ambos da Lei número sessenta e nove, noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco A, dois mil e dois de onze de Janeiro”. Dá a palavra ao Senhor Deputado José dos Santos Costa”. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Refere a Organização das Nações Unidas, que a educação artística desempenha um papel benéfico para os alunos, estimulando não só as suas capacidades intelectuais e pessoais, como o seu desenvolvimento social, considerando o ensino artístico como particularmente importante para os alunos, que tem dificuldades em aprender e em se concentrar e que adoptam um comportamento de insucesso. Também a UNESCO, considera ser particularmente desenvolvidas algumas aptidões e competências como sejam, a criatividade, a imaginação, a expressão oral, memorização e interesse pessoal pelo outro, através do ensino artístico nomeadamente das artes plásticas, dança, música, teatro ou poesia. Na Conferência Mundial de Educação Artística, organizada pela UNESCO em Lisboa, os cientistas, pedagogos, economistas e matemáticos do mais alto prestígio, afirmaram que os governantes de hoje, tem que preparar o futuro começando por reconhecer a Educação Artística como um importante factor de formação dos indivíduos e da necessidade rapidamente de alterar os modelos de ensino, que foram ditados pelas necessidades de uma sociedade formada na revolução industrial. António Damásio, afirmou que hoje os sistemas de ensino desenvolvem apenas uma parte do cérebro nos indivíduos e que não consideram convenientemente, as emoções, os sentimentos e os sentidos como parte fundamental na formação completa dos indivíduos. A inclusão da educação artística nos curricula com a mesma importância das outras disciplinas de desenvolvimento cognitivo, acompanhando os indivíduos desde que nascem, é a melhor forma de assegurar uma formação completa dos indivíduos, se a educação artística não fizer parte das prioridades do sistema de ensino actuais, corremos o grave risco de no futuro ter sociedades muito doentes. A Câmara Municipal de Viseu, reconhecendo a importância da educação artística desenvolveu estratégias, que permitiram criar condições para que os agentes culturais de grande qualidade se instalassem na nossa cidade. São exemplos: O Teatro Viriato, o Centro Regional de Artes, consubstanciado na Companhia Paulo Ribeiro e o Conservatório Regional de Música Doutor José Azeredo Perdigão. Havendo anualmente a atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Viseu, a estudantes para frequentar o Conservatório Doutor José Azeredo Perdigão. Gostaria de enaltecer o



empenho da Câmara Municipal de Viseu, que através, de uma nova oportunidade pretende instituir a bolsa de estudo por frequência do “lugar presente” Companhia Paulo Ribeiro. Todas as iniciativas, que permitam desenvolver os valores culturais, a solidariedade social e o apoio a jovens, são contributos que se revestem de enorme importância para a formação integral da pessoa naturalmente com repercussões positivas na sociedade que sentimos e vivemos todos os dias. Alargar a participação social e cultural através de uma parceria, é fomentar a rentabilização pedagógica que se impõe dada a proximidade das instituições, bem como criar condições para o acesso a um bem cultural, acarinhando desta forma as pessoas que se instalam e desenvolvem projectos em Viseu. Senhor Presidente gostaria de lhe dizer, que me apraz registar o facto de acarinhar e apreciar os agentes culturais e há muitos, felizmente, que temos em Viseu. Dou o exemplo, de Jorge Fraga, responsável pelo Teatro Jovem, o grande Paulino fundador do Teatro de Montemuro, o rancho folclórico, os grupos musicais, tudo isto tem sido apoiado pela Câmara Municipal de Viseu. Por último dizer-lhe, que é com iniciativas deste género, atendendo a novos públicos que nos permite pulsar na cidade bem mais completa, assim como permitir que haja projectos pensados e criados em Viseu que tenham impacto a nível nacional e internacional”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da mesa do seu lugar diz as seguintes palavras: “Irámos passar à votação. Aprovado por Unanimidade. Passamos agora ao Ponto Três “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, Minoração da Taxa de IMI da ACRRU – Edifício na Avenida Capitão Silva Pereira, número setenta e oito”. Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz”. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção. “Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis e sobre a Taxa de Minoração em vinte por cento para o prédio, naturalmente, que nós votaremos favoravelmente como sempre temos feito relativamente às minorações da taxa do imposto municipal sobre imóveis. Todavia, alguma reflexão gostaríamos de fazer, é dito no dossier que acompanha esta proposta de minoração da taxa municipal do imposto, é dito também, aqui numa carta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, que à empresa que suscita a minoração diz o seguinte: “A Câmara Municipal de Viseu no quadro de reabilitação urbana faz diminuições efectivas da taxa do IMI em cinco por cento, na execução de obras de reabilitação e de quinze por cento no caso dos prédios urbanos”. O que significa que os proprietários dos prédios urbanos, situados na zona histórica, na ACRRU podem beneficiar de uma redução de cinco por cento no caso da recuperação e podem beneficiar de 15% no caso do arrendamento, sendo que a soma das duas percentagens dá a tal minoração de vinte por cento. A questão que eu colocava era a seguinte: Sendo importante como aqui tem sido dito, e um bate público também tem vindo a focar estes aspectos. Há uma proposta da SRU, no sentido de incentivar financeiramente as recuperações dos edifícios no Centro Histórico, em que propõe a isenção de IMI e de IMT, em dois anos para aqueles proprietários, que fazem naturalmente obras de recuperação no Centro Histórico, em que ficamos? Será que são estes benefícios fiscais que a SRU propõe que sejam adoptados no caso do Centro Histórico, que devem prevalecer, ou uma simples minoração de cinco ou de quinze por cento no caso dos proprietários que tem prédios naquela zona. Gostaria também de saber o que é feito e em que ponto se encontram as nove matrizes, que ainda não estão devidamente identificadas e que também devem ser objecto de taxa de minoração”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para responder à questão que lhe foi colocada. “Para esclarecer esta questão que me parece fundada em falta de conhecimento. Não tem nada a ver uma coisa



com outra, uma tem a ver com o domínio da fiscalidade e portanto foi uma carta que dirigi, ao contrário do que foi dito a todos os proprietários, um deles deu resposta não foi suscitado, pelo contrário, e no domínio do código do IMI, que permite majorar ou minorar as taxas, isso é uma coisa, outra coisa é a regionalização urbana, está perfeitamente separado e explicado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa diz o seguinte. “ Vou pôr à votação. Foi Aprovado por Unanimidade. Passamos agora ao Ponto Quatro que são cinco petições de Isenção, Rui Miguel Carvalho Mendes e Zilda Luísa Figueiredo de Carvalho Domingues, de Rui António de Sousa Madureira, de Alexandra Margarida Costa Amaral, de Hélder Miguel Graça Fernandes e Sílvia Isabel Lopes Machado e a quinta de Atalhos de Vida, Unipessoal, Limitada, portanto a matéria é a mesma”. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Quero dizer que de facto é a mesma matéria, aquilo que apresentar para um, apresento para outro, mas faço votos, se calhar com alguma ironia também se lha quiserem misturar, que outros sigam o exemplo, que eventualmente a Administração Central que nos possibilita e orientações para esta dedução do IMT eventualmente siga o mesmo caminho e reduza as mesmas pessoas no imposto de selo que são oito por cento e que é um valor extremamente pesado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre estas matérias? Em bom rigor, eu devia fazer cinco votações separadas, mas como isto ficará aprovado em minuta, se estiverem de acordo consideraremos numa só votação, que foram votadas as cinco e são aprovadas em minuta como é em todos os pontos que são objecto de deliberação da Assembleia, de imediato ficam contidos em minuta para efeitos de produzir a eficácia. As cinco propostas são Aprovadas por Unanimidade. Passamos agora ao Ponto Cinco e aqui eu sugeria que fizéssemos a discussão conjunta do Cinco, Seis e Sete, como são pontos que tem a ver uns com os outros, estão todos interligados. Então juntaríamos para já o Cinco e o Seis e depois votaríamos em separado, mas faríamos a discussão em conjunto se estivessem de acordo. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o Ponto Cinco e o Ponto Seis. -----

QUARENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Estes pontos têm a ver com a introdução da tarifa de disponibilidade, conseqüente do pacto do Regulamento, que é matéria regulamentar na Assembleia Municipal e depois a conseqüente revisão do orçamento. Pessoas mal informadas, a dizer que as Câmaras substituíam o aluguer dos contadores por a tarifa de disponibilidade, eu gostaria de dizer e fiz uma Conferência de Imprensa e gostaria de reiterar, a disponibilidade está criada por proposta do Governo, é bom que se saiba e eu vou deixar o documento, que foi proposto e o ponto já agora como deixei aos jornalistas, é fácil de confirmar e falo do artigo oitavo na página quinze, onde diz a tarifa de disponibilidade. Gostaria de dizer, para quem não saiba, que esta tarifa de disponibilidade colheu o parecer favorável do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora e também é uma tarifa, que está criada há muito tempo e portanto já há Municípios, que praticam esta tarifa de disponibilidade. Uma outra coisa, que eu gostaria de dizer é que, não substituímos coisa nenhuma por outra, mais, podem confirmar que os consumos domésticos, os cidadãos passam a pagar menos, portanto foi essa visão que quisemos ter, reduzimos o consumo doméstico, estes têm uma redução não substancial, mas tiveram uma redução, pelo menos não aumentaram de modo, a que a verba decorrente desta iniciativa, justa mas naturalmente, que devia ser acautelada. Não é possível que alguém, que não tenha responsabilidades, digamos de iniciativa parlamentar tome decisões, que podem ser muito agradáveis sobretudo para os seus destinatários, não



tendo em conta as estruturas onde têm impacto. As Câmaras contam desde há longo tempo, desde que me conheço, sempre com este montante dos alugueres dos contadores e portanto não parece muito correcto, que alguém proceda a esta anulação do aluguer dos contadores e que depois não haja daí nenhuma contrapartida. Já agora dizer, como dissemos na altura, se a intenção é diminuir o preço da água aos munícipes, nós estamos de acordo e damos até uma sugestão. Quem fornece a maioria da água aos munícipes? Como sabem nós somos uma das excepções, é uma Empresa do Estado as (Águas de Portugal), aquilo que nós dizemos, se é intenção baixar a água aos munícipes, então as (Águas de Portugal) que baixem a água, que fornecem em bruto e também que o Governo isente essa mesma água, como por exemplo no IVA e por aí, com toda a certeza já era possível baixar e de que maneira a água aos consumidores. Sendo assim, não é possível abdicar de uma importância como esta, portanto de acordo com a sugestão do Governo o tal documento que eu tornei público, no seu artigo oitavo página quinze do mesmo e que está aqui sublinhado e foi distribuído, de qualquer maneira publicamente, cá está os Tarifários da água, com a tarifa de disponibilidade. É esta a razão Senhor Presidente, que nos levou a criar a tarifa de disponibilidade com as consequências quer depois na Revisão Orçamental quer também na alteração do Regulamento para ter enquadramento legal”. –

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- QUARENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu pedi a palavra para vir aqui e rapidamente tentei ser dos primeiros a vir, porque eu não quero meter-me numa discussão, que penso, vai demorar algum tempo e com a qual eu não tenho nada a ver e na qual não participo. Quero é marcar a minha posição, é uma posição pessoal, de consciência, que eu não posso de outro modo, votar se não contra esta taxa de disponibilidade. A razão é muito simples, em tempos foi criada uma taxa de utilização do espaço público e muito bem nesta Assembleia, por proposta do Senhor Presidente da Câmara, proposta do Executivo Camarário, votamos uma taxa para os utilizadoras dos espaços públicos, completamente a PT e a EDP e por aí fora..., pagarem pela utilização do espaço público e só utilizando esse mesmo espaço, é que podiam distribuir os seus produtos. Todos concordamos e todos ficamos revoltados quando essa mesma taxa foi repercutida no consumidor. Eu senti uma revolta muito grande, porque houve inclusivamente, uma certa protecção da parte do Estado, das Entidades Reguladoras que ao fim e ao cabo não são, nem mais nem menos, algo que o Governo manda e eles cumprem e dão sempre a resposta daquilo que interessa, essa resposta em que autorizou essa mesma taxa, que viesse onerar ao fim e ao cabo criou-se uma taxa. O Governo deu possibilidades aos Municípios de criar uma taxa, que era justa e ao mesmo tempo foi autorizar que ela se repercutisse directamente no consumidor. Essa revolta sempre a senti, nunca concordei, nunca aceitei. Neste momento nunca apareceu esta possibilidade também, e a possibilidade de terem acabado os alugueres dos contadores, o que era manifestamente imoral há muitos anos. Faz-me lembrar a taxa que se pagava pela licença de isqueiro, porque nenhum individuo do talho, quando nos vende a carne, não põe lá o aluguer da balança que utiliza para pesar a carne, mas os senhores da PT e da EDP e por aí fora..., sempre utilizaram isso e neste caso os Serviços Municipalizados e as Águas de Portugal, utilizavam uma taxa de aluguer de uma coisa, que é deles que lhes compete a eles terem, para fornecer neste caso concreto. Agora vamo-nos fixar no caso da água, nos SMAS, em Viseu, algo que é de interesse social e se o Senhor Presidente da Câmara numa altura em que nós estamos numa situação financeira desastrosa na população portuguesa, em que todos nós sabemos, que apesar de ser desdito sistematicamente pelo Governo de que, vinte por cento ou mais da população portuguesa está abaixo do limiar da pobreza. Quando aparece uma possibilidade de uma verba, que se chama taxa de aluguer de contador poder vir a minorar um pouco o peso da população, que tão endividada está, e



que tantas dificuldades tem, vem aparecer uma outra taxa de disponibilidade, que o Senhor Presidente da Câmara, por mais que Vossa Excelência me dê justificações, não é nem mais nem menos de mudar de nome, com todas as autorizações e com todos os documentos que me possa apresentar. Aceitaria claramente se me viessem aqui trazer uma demonstração de que havia necessidade, pelo custo da água e acredito que a seu tempo e em breve prazo infelizmente o teremos que fazer pela exploração da água e pela distribuição da mesma, ter que, subir o preço do metro cúbico e aí nós iríamos buscar algo, que pudesse fazer um equilíbrio social, que era dizer quem mais gasta mais paga, como já é e se calhar até poderíamos alterar os escalões e modificá-los. Uma taxa de disponibilidade, que ao fim e ao cabo para mim, por mais que me queiram convencer não é mais nem menos que o aluguer do contador, eu pessoalmente e não me quero ver minimamente envolvido na discussão que se vai seguir entre o PS e a Câmara Municipal. Eu pessoalmente vou votar contra”.

- MESA – Dá a palavra ao senhor deputado João Cruz. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO DURTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Nós vamos discutir neste ponto, duas questões. A primeira revisão orçamental, do orçamento e receita dos Serviços Municipalizados de Viseu e vamos discutir a nova tabela das tarifas ou o preço dos SMAS. Em primeiro lugar, dizer que, a razão da proposta desta revisão orçamental radica no facto de entrar em vigor a Lei dos serviços públicos essenciais. Esta Lei, que é a Lei número doze, de dois mil e oito, que o Senhor Presidente não citou, diz claramente no seu artigo oitavo, o seguinte, no número dois, é proibida a cobrança aos utentes, de alínea a) Qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização, ou inspecção periódica de contadores, ou outros instrumentos de medição dos serviços utilizados (e se dúvidas não houvesse) Alínea b) Qualquer outra taxa, efeito equivalente à utilização das medidas referidas na alínea anterior, independentemente da designação, utilizada é proibida, é o que diz a Lei número doze, de dois mil e oito. O que suscita a revisão no orçamento, este estava preparado na base da tarifa do aluguer do contador e portanto é proibido aplicar essa tarifa, naturalmente isto implica uma revisão orçamental. A revisão orçamental proposta pelo Serviços Municipalizados, vem no sentido de fazer substituir essa tarifa de alugueres de contador, pela taxa de disponibilidade e portanto esta revisão orçamental com mais dois itens, que aqui são propostos, nomeadamente a substituição da tarifa de colocação de contadores e a tarifa de transferência de contadores, que são verbas, que são anuladas e que vem reforçar a tarifa de ligação e a tarifa de transferência de consumidor, ou seja a tarifa de aluguer do contador, anula-se e dá origem a uma taxa de disponibilidade. O orçamento não se altera, é uma alteração permutativa neste orçamento, portanto apenas trata-se de uma forma cosmética de fazer passar a taxa de alugueres de contadores, por tarifa de disponibilidade. Trata-se portanto, de gato escondido com o rabo de fora, mas como se isto não bastasse, nós vamos ter que olhar para a outra parte do problema, que é a alteração da tabela de preços dos Serviços Municipalizados de Viseu, tabela que não era actualizada desde dois mil e três e que os próprios serviços vêm dizendo que era necessário fazer o ajustamento e agora vem aqui para ser ajustado. Se nós compararmos estas duas tabelas, a tabela de dois mil e três e a actualização que agora se propõe, nós concluímos que efectivamente todos os consumos vão aumentar em Viseu. Na taxa de disponibilidade, nós vamos ter o contador, mais a actualização e essa actualização significa um acréscimo que varia entre sete e meio e cerca de quinze por cento em média, portanto estamos com uma taxa de disponibilidade aplicada sobre os contadores, que faz lembrar, e o Senhor Presidente vai-me desculpar, mas nós aqui de manhã já invocamos África, enfim o célebre imposto de palhota de má memória, bastava ter uma cubata, imediatamente caía lá o imposto, basta ter contador, aqui está a taxa de disponibilidade, é quase a mesma coisa, eu peço desculpa pela



desproporção, mas efectivamente o que dá a entender, é a falta de estudo e trabalho de casa, que devia ter sido feito quando procedemos à actualização destes tarifários dos Serviços Municipalizados, mas não vamos ficar por aqui, se nós agora olharmos para as taxas de tarifas de utilização, quer nos usos domésticos, quer nos usos comerciais, industriais, serviços públicos e estatais, quer até nos usos para as Instituições de Solidariedade Social e Cultural, as taxas vão aumentar e aumentam entre cerca de dezanove, vinte por cento, até cento e cinquenta e um por cento nos seus diversos escalões, o que significa, algo desastroso e a falta de estudos e previsão e sobretudo uma coisa, que eu acho muito importante é que, efectivamente os Serviços Municipalizados, devem ter uma função reguladora e ao não exercerem essa função, agora permitem que os Serviços Municipalizados tenham em relação aos preços, que praticam uma atitude de monopólio, de prevalência dos seus tarifários sobre os consumidores e não é justo. Mais interessante é ver as declarações que o Senhor Presidente da Câmara fez há dias ao Jornal de Notícias e penso que a outros jornalistas, acerca do novo tarifário dos Serviços Municipalizados e então aí temos, que pasmam, aí o Senhor Presidente diz, que vai haver redução, que as IPS SS's, nas suas facturas vão ver reduzidos os seus preços e depois acaba por referir, uma coisa que eu acho espantosa é que, os escalões de abastecimento dos Serviços Municipalizados são escalões progressivos ou gradativos. Quando aquilo que nos é proposto, são de facto escalões cumulativos, que mais penalizam o Município, que nós já em tempos discutimos, a necessidade de alterar o escalonamento, retirando-o da forma como está organizada na base de escalões zerados, para escalões progressivos e gradativos esses sim, mais justos, mais equilibrados, efectivamente penalizando aqueles que mais consomem, mas não é isso que se passa, e portanto nós estamos aqui perante um verdadeiro logro, quer dizer vamos aqui substituir contadores por taxa de disponibilidade, vamos alterar o tarifário e este em toda a sua linha aumenta substantivamente relativamente a dois mil e três. A única coisa, que julgaria que o Senhor Presidente deveria fazer como economista que é, é estudar bem este assunto e trazer para aqui uma proposta bem fundamentada, mas não, a lei do menor esforço é dizer, alterem lá isso e ponham isso de acordo com a Lei, que eles depois... (eu peço imensa desculpa do que vou dizer) “Eles comem tudo”. Bom, mas a verdade é certa, nós não iremos deixar passar esta decisão, que com certeza por via da maioria do PSD, irá aqui ser tomada. Todavia esta decisão é uma decisão que envolve riscos e riscos de efectiva impugnação judicial desta decisão”.

MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes Silva. -----
CINQUENTA – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito rapidamente, para dizer que o CDS vota contra esta proposta e contra os dois pontos, que estão nas propostas constantes nos mesmos dois pontos, que estão em discussão. Por razões que estão relacionadas com a Lei e aqui a nossa opinião não se desvia, tem sido a ser vinculada com uma posição unânime das organizações de defesa do consumidor e também pelas razões políticas, que se entrevêem na violação da Lei, pelo menos do seu espírito. Valha-nos quanto a esta matéria, a clareza das posições e das cartas que estão em cima da mesa. Por um lado sabemos bem, que o legislador quis deixar expresso e para lá de qualquer dúvida, que os custos dos instrumentos de medida devem ser suportados pelos prestadores de serviços. Porque fazem parte do próprio serviço prestado e que, portanto as tarifas de aluguer de contador passariam a ser ilegais. Eu não querendo ser repetitivo, gostaria de repetir aqui a leitura da Lei, que já foi feita pelo Doutor João Cruz, iria um pouco mais atrás, ao número quatro do artigo primeiro, relativamente ao objecto e ao âmbito desta Lei, destinada a proteger o utente de serviços públicos essenciais, que se diz, que se considera prestador de serviços abrangidos pela presente Lei toda a entidade pública ou privada, que presta ao utente cada serviço referido no número dois, tal, tal, tal,



e tal..., portanto não há dúvidas, que a Câmara Municipal de Viseu, o Município de Viseu está abrangido por esta Lei. Depois, diz o artigo oitavo, o seguinte, do número dois, é proibida a cobrança aos utentes. Da alínea a) qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspeção periódica de contadores ou outros instrumentos de medição dos serviços utilizados. Alínea b) repita-se qualquer outra taxa de efeito equivalente à utilização das medidas referidas na alínea anterior e agora sublinhe-se independentemente da designação utilizada, não sei qual é a norma em que a Câmara Municipal se baseia, julgo que é a da Lei das Finanças Locais, mas seja como for, se o for, independentemente se for outra Lei dessa natureza não me parece, que seja Lei posterior ou especial relativamente a esta. Portanto esta é relativamente a qualquer norma, que a Câmara tenha mobilizado, é a Lei posterior derroga a Lei anterior, é norma especial sobre esta matéria, que derroga qualquer norma geral, sobre tarifas de disponibilidade e portanto parece-me um quadro legal, clarinho quanto a esta matéria, diga-se aliás, que se trata de uma medida, medidas deste tipo que vêm desde há muito sendo adoptadas por muitos prestadores de serviços públicos essenciais, que vão retirando das suas facturas as tarifas de disponibilidade ou equivalentes sem necessidade de qualquer Lei nesse sentido. O que nos vale nesta matéria, é a clareza das posições e das cartas que estão em cima da mesa, diga-se do outro lado, que é uma vantagem, que a Câmara Municipal de Viseu tenha reconhecido o desvio legal da proposta, que foi por si votada, quer na identidade que existe entre os valores das verbas inscritas no orçamento da receita, para a tarifa de disponibilidade e para a anterior tarifa de aluguer de contador, quer das declarações à imprensa do próprio Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, que afirmou pretender apenas repor a precisa receita perdida por funcionamento da Lei e que aliás a alternativa, seria aumentar o preço da água. A Câmara Municipal de Viseu, segundo sei, a generalidade dos restantes executivos municipais fizeram desta questão, enfim não com tanta intensidade como outras, mas ainda assim como aliás é hábito mais uma querela com os poderes públicos centrais em torno das receitas que lhes são subtraídas e que deixarão de ser utilizadas na prestação de serviços dos municípios. No entanto, esquece a Câmara Municipal de Viseu e os outros Municípios que invocam isto, que foram as próprias pessoas, a que a actividade das Câmaras Municipais se dirige, os portugueses através dos seus representantes eleitos que decidiram, que é injusta e inaceitável a cobrança aos adquirentes dos serviços essenciais de qualquer preço como contrapartida pela disponibilidade e instrumentos de acesso de serviços, seja através da tarifa de aluguer ou disponibilidade ou através de uma outra figura com outro nome qualquer. Não tem portanto sentido qualquer bondade querer justificar esta interpretação abusiva da Lei, com superiores interesses dos visenses. O CDS vota então contra esta proposta. Porque em primeiro lugar, ela constitui uma violação grosseira da Lei, em segundo lugar, traduz uma desconsideração por preços públicos para lá da tributação municipal, têm no respeito pelos municípios e na competitividade entre as cidades e em terceiro e último lugar acima de tudo já que estamos num Órgão político, porque esta medida representa uma forma de fazer política através de meios artificiosos, de meios furtivos, que não sendo uma forma de fazer política monopólio da Câmara Municipal de Viseu, ou sequer dos Municípios, não é uma maneira de fazer política que seja timbre da Câmara Municipal de Viseu, não pode o CDS deixar daqui com maior intensidade, repudiar. -----

- MESA – Dá a palavra à senhora Deputada Graça Pinto. -----

- CINQUENTE E UM – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu espero que a minha voz esteja suficientemente clara, como se nota estou bastante constipada, mas acho que me faço entender. Eu não queria ser repetitiva, já aqui foram avançados vários argumentos com os quais, nós estamos de acordo, e portanto necessariamente irei correr o risco de repetir momentos, que já foram aduzidos por intervenções anteriores. De facto



nós, não podemos votar a favor, quer da revisão do orçamento de receitas, quer do novo regulamento de distribuição de água, em virtude exactamente da introdução da tarifa de disponibilidade, que não corresponde a qualquer benefício por parte do utente, não tem qualquer contrapartida em termos de benefícios do utente, não estando portanto prevista nenhuma contra-prestação. De facto, por mais que se esgrimam argumentos, esta tarifa surge em substituição de facto e na realidade do aluguer do contador e parece-nos, que levanta a nosso ver, sérias dúvidas quer a nível da sua legalidade, quer no que se prende com limitação aos direitos fundamentais dos cidadãos. A Lei número doze, de dois mil e oito, teve como preocupação estruturante estabelecer a separação dos encargos dos consumidores e os que devem ser atribuídos aos fornecedores de serviços, foi nesta óptica, que se entendeu que os custos inerentes aos contadores deveriam ser suportados por fornecedor e não incluídos na factura correspondente aos serviços pagos pelo utente. Importa também, relevar o facto de estarmos a falar de serviços essenciais à saúde e ao bem-estar das populações, direitos consagrados constitucionalmente e cuja consecução não deve ser limitada, nem cerceada. Pelo exposto, o Bloco de Esquerda votará contra esta Revisão do Orçamento de Receita dos Serviços Municipalizados, bem como as alterações ao Regulamento da Distribuição de Águas”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder do Amaral. -----

- CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Não irei fazer grandes considerações legais sobre a matéria, mas políticas e dizer ao Doutor João Cruz, que não estamos perante algo escondido como o gato com o rabo de fora, é mesmo gato escondido com tudo de fora. Porque é bom e vou apenas aduzir e cingir ao que diz a Lei, eu sei, que isto foi uma Lei do Governo mas teve apreciação parlamentar e portanto nem no espírito da Lei, nem no espírito do legislador, nem na letra da Lei consigo encontrar autorização para tal. Mas a Lei das Finanças Locais número dois, de dois mil e sete, no seu número três do artigo terceiro, princípios de autonomia financeira dos Municípios e Freguesias diz claramente, que são nulas as deliberações de qualquer Órgão dos Municípios e Freguesias, que envolvam o exercício de poderes tributários ou determine o lançamento de taxas não previstas na Lei, essa não está prevista na Lei, portanto será nula. Mas eu queria ir mais longe que isto, eu sei que estamos perante um problema grave de deficiência energética, é um problema que esta semana, tive oportunidade de lançar junto do Ministro de Economia, sobre a cobrança aos pagadores dos incumpridores da energia, é um problema que trespassa de fornecimentos de bens essenciais. Já que se falou hoje em África, deixe-me repetir aqui uma expressão, que ouvi em Angola nos últimos meses e que acho piada, é um problema que estamos com ele, temos de arranjar soluções razoáveis. Eu perguntava se algum dos senhores tem outra forma de se abastecer de água, que não seja através de este monopólio, como da energia, nós podemos comprar a outros? Temos alternativas? Não temos, então estamos perante um monopólio, estamos perante um bem essencial e da mesma maneira, que a uma pergunta minha ao Ministro da Economia, ele disse, e bem ai, que enquanto for Ministro da Economia, não autorizará que nenhum cidadão português pague o contador da electricidade, e bem, mesmo que isso atrase a liberalização do mercado ibérico, que precisamos nós de comprar energia a qualquer outro fornecedor, porventura espanhol, mas pelo menos teve aqui uma atitude de consciência social ou seja não pode o consumidor suportar os custos que segundo a Lei, segundo o bom senso do distribuidor, o mesmo se passa exactamente com os contadores da água. Portanto, criar aqui uma outra taxa pode até haver pareceres jurídicos, por isso eu não vou argumentar com a Lei, já havia alguns pareceres jurídicos, já havia alguns, que vão de encontro aquilo que é a pretensão da Câmara Municipal e por isso é que eu dou de “Brade”, a doutrina diverge e pode haver razões, que a razão desconhece. Mas há uma razão, que o Senhor Presidente da Câmara não pode esquecer, faz algum sentido a discussão que tivemos hoje



de manhã da qualidade de vida dos grandes benefícios de morar em Viseu, se cada vez que a Câmara tem uma oportunidade para sacar, um pouco à forma e maneira socialista, que é uma similitude com o Partido Socialista, a Câmara não perdoa. O Senhor Presidente assumiu sempre aqui, serviços máximos, taxa máxima, é verdade, mas para quando é que os cidadãos de Viseu encontrarão a par de uma qualidade de vida, algum benefício da boa saúde financeira da Câmara, algum benefício de um exercício fiscal amigo do cidadão, para quando? É que era hora de nós não andarmos na rua, ora com um bom carro, ter uma boa casa, mas depois não temos mobília, é que qualquer dia o cidadão português mora numa cidade que dá gosto viver, tem uma série de obras, mas depois falta-lhe o dinheiro essencial para a sua vida do dia a dia e aqui é que a Câmara Municipal tem que usado sistematicamente isso. Nós temos também só uma Câmara, lá em Salvaterra, mas é Ponte de Lima. Esta mesma Lei das Finanças Locais, também dá agora aos Municípios cinco por cento do IRS, que pode transferir para o cidadão. Em trezentos e dezoito Municípios, há apenas dezasseis que o fizeram, o resto fez de contas e lá vão gastar em noites encantadas, voltas a Portugal em bicicleta, outras actividades desejadas. É uma opção é um modelo de desenvolvimento, mas porque não devolver ao cidadão, no momento de crise, momento de grande endividamento das famílias, momento de aumento de bens essenciais, aquilo que o Município também pode devolver, estamos a falar com um Município com boa saúde financeira. De um Município que não faz alarde disso, e aí não é publicidade enganosa, é verdade e quando o Município tem oportunidade de libertar um pouco de alargar o garrote, o que é que a Câmara Municipal de Viseu vem fazer? Substitui uma pela outra. Quando a Câmara Municipal pega em cinco por cento do IRS, o que é que faz? Fica com ele todo, não dá nenhuma benesse e é por isso mesmo, que eu acho Senhor Presidente que mesmo que seja legal, do ponto de vista moral, da equidade e da repartição do esforço esta medida é injusta e por isso votamos contra”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- **CINQUENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Antes de começar a minha intervenção gostava de fazer uma declaração de interesses. Eu sou consumidor de água, portanto eu pago a factura da água religiosamente, tenho aqui a minha factura do mês passado, como a maior parte aqui das pessoas presentes provavelmente. Sou um acérrimo defensor dos interesses dos consumidores e também gostaria de pagar menos pelos serviços públicos essenciais. Feita esta declaração de interesses, vou passar a ler a minha intervenção: “A aplicação da Lei número doze barra dois mil e oito, de vinte e seis de Fevereiro, pode ser discutida de duas formas. Da forma demagógica, como já vimos até agora por todos os intervenientes antes de mim, ou de uma forma séria e correcta. Como sempre, vou optar pela última, normalmente temos a ideia de que tudo que vem de Lisboa, nomeadamente daquilo que é aprovado na Assembleia da República, é o mais acertado, nem sempre é assim e esta Lei é um exemplo disso, está mal feita e a sua aplicação à realidade é bastante duvidosa. Alguns amigos pediram-me para ter atenção ao espírito da Lei. O problema é que os destinatários desta Lei, não são espíritos, anjos, demónios, duendes, são pessoas de carne e osso. Vamos então descortinar o que está em causa. Como sabem, a Lei doze de dois mil e oito, pretende proteger os consumidores da energia eléctrica, gás, telecomunicações, correios, água, de possíveis más práticas dos operadores. Recordam-se ou lembram-se, o que diziam há alguns meses nos Órgãos dos meios de Comunicação Social sobre esta Lei, passo a citar: “O PS apresentou hoje no Parlamento uma nova Lei, que impede que sejam os consumidores a pagar os contadores de água, luz ou telefone. Continuo, em média, a poupança será de trinta euros por mês avançou em declarações ao Jornal de Negócios o Deputado Socialista Renato Sampaio, fim de citação”. Lembram-se desta afirmação? A Lei doze de dois mil e oito, já entrou em vigor no final de Maio, de dois mil e oito, algum dos Senhores ou Senhoras aqui



presentes, já sentiu alguma poupança na factura da luz, gás, ou do telefone? Desafio qualquer um, qualquer pessoa que me demonstre, que poupou um euro por causa desta Lei, um euro. Na factura da luz, continua a aparecer um valor de potência contratada, na do gás continuam a debitar o termo fixo e no telefone continuamos a pagar a assinatura, disse alguma coisa incorrecta, até agora? Os Senhores dos Municípios, só podem ser uns malandros, uns insensíveis, uns oportunistas, então andam uns Deputados preocupados com os consumidores tipo “Robin dos Bosques”, que tiram uns euros de aluguer de contador aos gordos autarcas, para entregar aos pobres consumidores e ninguém faz nada, tão amigos que eles são. Se a Lei é assim tão boa, porque é que ninguém a faz cumprir? Porque razão as minhas facturas da luz e do gás não descem trinta euros por mês? O que é que se passa? O grande problema é este, Senhores Deputados: O PS andou a prometer o que não podia, nem devia, agora querem colocar os Municípios a pagar a falta de rigor dos Deputados da Assembleia da República, simples, ninguém está imune. É tão criticável quem faz a Lei, como quem aprova sem saber o que está a fazer. Vejamos só o que diz a entidade reguladora dos serviços energéticos sobre este assunto, cito: “Tanto no sector eléctrico, como o sector de gás natural, desde há muitos anos, que o fornecimento de instalação dos contadores constituem encargos dos operadores de redes”. Sintomático. O problema não está só na factura da água, a Lei foi feita apenas para os consumidores de água? O Instituto regulador das águas e resíduos diz o seguinte: “Passa a ser proibida a cobrança de tarifas, taxas, preços pela disponibilização de contadores e outros instrumento. O Instituto partilha desta posição, pois tem preconizado a implosão dos custos com contadores e outros instrumentos de medição na componente fixa da estrutura tarifária, tal como acontece com qualquer outro equipamento do sistema e continua, é no entanto importante esclarecer custos inerentes ao contador e outros instrumentos de medição integram com todas as demais rubricas, o conjunto de custos e que o prestador tem que se ressarcir. Como eles integram inevitavelmente o conjunto de custos incorridos com a prestação de serviços, a proibição das taxas dos contadores não tenderá a provocar consequentemente uma redução do preço a pagar, eu sei o que digo, é o Instituto regulador da água e vão ainda mais longe, cito. Outra parte prática, iria aliás em contradição com o que está previsto na Lei da água e da Lei das finanças locais e com compromissos comunitários, que preconizam que as tarifas a pagar pelos utilizadores devem garantir a recuperação tendencial dos custos incorridos pelas entidades gestoras de prestação de serviços. Estas posições, são de reguladores nomeados pelo Governo, algum dos presentes quer que a Câmara Municipal contrarie Leis portuguesas, afinal quem é que está a propor que se comentam ilegalidades. Apesar do que disse até agora, a proposta da Autarquia sobre a nova tarifa de disponibilidade vai permitir, que a factura da água de todos os clientes domésticos baixe cinco virgula cinco por cento, para aqueles contadores de vinte milímetros e de dez por cento, para quem tem um contador de quinze milímetros. Estes consumidores, representam cerca de noventa e sete por cento do total de consumidores domésticos abastecidos pelos SMAS. Eu só queria, depois, lançar aqui uma pergunta ao Deputado que me antecedeu, perguntar qual é o tarifário que ele tem? Porque o de dois mil e três já não é, deve estar atrasado mas já existe um tarifário novo e as facturas da água vão baixar. Para que fique claro e não haja dúvidas, reafirmo a factura mensal da água em Viseu vai baixar para os clientes domésticos. O Executivo necessita de oposição forte, mas verdadeira, basta de mentiras. Não é verdade que a Autarquia de Viseu tenha as taxas mais elevadas, só uma oposição demagógica e sem ideias alternativas é que insistem em bombardear a população com falsas promessas de baixas de impostos, este filme já nós vimos e não gostamos do seu fim, não precisamos de remakes com fracos actores. Aproveito, para solicitar à Câmara Municipal de Viseu, que coloque no seu site, as tarifas para a água e resíduos. Já agora também lá deve colocar os resultados da



qualidade da água, a transparência e a informação são importantes para os consumidores”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder do Amaral. -----

- CINQUENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) – Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “Senhor Presidente muito obrigado, mas é só para dizer porque em Deus os mandou avisar, falar em demagogia e ouvir a intervenção do Senhor Deputado. Eu vou ao dicionário ver o que é que quer dizer demagogia, seguramente. O Senhor Deputado, defendeu aqui uma pergunta directa, defendeu aqui, que a Lei é má, há imensas Leis más, mas defendeu que se deve aplicar uma Lei má? Percebi bem, ou é agora a nova jurisprudência, a Lei é má, logo não se aplica, é que o Senhor defendeu isso aqui, é bom que esclareça. O Senhor é Deputado pertence à Mesa de uma Assembleia Municipal, se defende que a Lei é má, logo não se aplica e depois vem dizer outra coisa. Eu hoje mesmo, mandei assinar um requerimento, o PS já o fez, para chamar ao Parlamento a entidade reguladora Doutor Mexia, Presidente da EDP e o Senhor Ministro da Economia, para dizer aquilo que o Senhor veio aqui pôr na boca da ERCE, que é nomeada pelo Governo, mas é uma entidade independente, por isso tem que nos explicar. Porque obviamente, que o Senhor diz algumas coisas que são verdade, vem tentar poupar os fornecedores tentando transpor para o consumidor os custos da distribuição, por isso é que a proposta, que está em discussão pública quer pôr a pagar os incumprimentos que consomem, é a mesma coisa que o fisco se lembrar de cobrar aos que pagam pelos incumprimentos dos outros e também vem propor facturas trimestrais, que de três em três meses aumentam, mas eu estou contra, estou a fazer aquilo que o Senhor Presidente de Câmara pede aos Deputados que façam, e eu em três anos de mandato, nessa matéria julgo que não estou muito mal na fotografia, na defesa dos consumidores, isto não é nem demagogia, nem outra coisa qualquer. Agora a ERCE faz o seu papel e tem da nossa parte oposição, o Senhor Deputado tem uma Lei cuja opinião é que é mal feita, é legítimo, há imensas Leis mal feitas no País, mas eu defendo que elas sejam aplicadas por todos, estamos num Estado de direito e a coisa ainda funciona, até ver desta maneira. De outra maneira, terei que me explicar se é verdade ou não, está nas Actas, que o Município utilizou sempre taxa máxima, isso é verdade ou não? Que em todos os Municípios, todos os impostos com raríssimas ou raras excepções, excepções que confirmam a regra o Município utiliza coisa com a coerência, que eu lhe quero falar, que se for ver as votações o CDS, normalmente ou se abstêm ou até vota a favor, porque entende que não quer nenhuma desculpa para que o Município de sinta coarctado ou que cinja a sua acção de boa execução financeira de capacidade de utilizar instrumentos financeiros para conseguir os fundos comunitários ou outros investimentos, que seja coarctado de uma forma ou de outra. Também é verdade, que os cidadãos de Viseu gostavam de ver no seu bolso alguns indicadores, que dizem que são bons e gostavam de sentir no seu bolso e na sua vida no dia a dia alguma da qualidade de vida, nomeadamente daquilo que são instrumentos financeiros, que dependem do Executivo Camarário, era fácil dizer com verdade e clareza ao que se vem, em vez de acusar os outros de demagogia Senhor Deputado”. -----

- MESA – Dá ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- CINQUENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “ Oh Senhor Deputado Joaquim Pedro, tenho muita pena, sou muito seu amigo, fazemos parte do mesmo Grupo Parlamentar, mas eu não posso aceitar que o Senhor... eu tive a preocupação de vir aqui e dizer, que me demarcava, porque estava a pôr um problema de consciência e o Senhor intitulou todas as intervenções, que tinham sido feitas antes de si demagógicas, portanto eu também lá estou metido e como tal, estou aqui para lhe responder. Em primeiro lugar, a resposta começa por uma pergunta. Quem é o Senhor



para fazer jurisprudência, do que é demagógico ou do que não é? A não ser que o Senhor já se diga: O sistema de infelizmente, não só, o Partido Socialista a nível nacional, mas também muita gente até do nosso partido, que sempre teve a mania de que aquilo que ele diz, é que é verdade e o que os outros pensam é mentira, é demagógico, não quero começar por aqui, nem lhe dou esse direito e sei que não é capaz de pensar isso, admito que tenha sido um lapso língua, quando diz aqui, que o que disseram atrás, se é demagógico e o que o Senhor disse, é que é verdade. O Senhor obriga-me então, a explicar e muito mais profundamente, que é para não ficar aqui dúvidas nenhuma de demagogia e agradeço quando for a votação Senhor Presidente, que fique escrito, que o Deputado Esteves Correia do PSD votou contra, que fique lá escrito, mesmo o voto declarado, que é para não ser, votaram tantos contra e as coisas não ficam claras. É por o meu problema de consciência e a consciência vai a este ponto, a primeira vez há muitos anos, porque todos nós temos ouvido sempre que é preciso apertar o cinto, só houve um período de seis, sete anos, nos anos noventa em que tivemos o cinto alargado, de resto sistematicamente nos disseram, vamos apertar o cinto, apertar o cinto, apertar o cinto e andamos sempre a apertar tanto o cinto, que este Governo tem-nos apertado tanto o cinto, que andamos todos arroxinados. O cinto, já não é na barriga é no pescoço, estamos quase todos enforcados sentimo-nos mal falta-nos o ar e a primeira vez que aparece algo, que possa dar um indício à população do Concelho de Viseu, que eu faço parte e de que eu sou legítimo representante, como o Senhor Deputado Joaquim Pedro e todos os Senhores que estão nesta Assembleia. Quando aparece um pequeno símbolo, de que se poderá haver alguém preocupado, com a situação das pessoas é a minha Câmara, que eu sempre apoiei e que eu sempre fiz parte das listas, que vai dar o exemplo de dizer assim: Taxa máxima na mesma, substitui-se uma pela outra. Eu não aceito isto, mas é pela minha consciência não é por demagogia e como tal, voto contra”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Madeira Antunes. -----

- CINQUENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu gostava de me dirigir particularmente, não só ao Senhor Presidente da Câmara, mas também ao Senhor Engenheiro Joaquim Pedro, para no final da minha intervenção, dizer se ela é demagógica. Vou começar com uma frase que vão dizer de imediato que é demagógica, esta taxa de utilização que já é velha em termos de escalonamento, penaliza as famílias principalmente as numerosas. Certamente deste lado, muita gente está a pensar que eu estou a dizer algo demagógico, então vamos fazer um exercício, eu tenho um agregado familiar de quatro pessoas, estou mais ou menos entre o segundo e o terceiro escalão com um consumo até por dever de ofício relativamente poupado em termos de água. Um casal sem filhos ou uma pessoa solteira, mesmo que seja gastador de água, portanto o que não é só penalizador das famílias, é penalizador também do ambiente, é ambientalmente incorrecto. Um casal fica no primeiro escalão em termos “per capita”, os meus filhos pagam mais de água do que esse casal. Uma família numerosa com seis elementos, ou mais, vai para o quarto escalão ou superior, pagando em termos “per capita”, muito mais em termos de tarifa da água e já agora eu acho que este exercício é linear mas para além disso eu também quero deixar uma proposta. Já estive envolvido há uns anos, na realização de vários regulamentos de água e uma das coisas que tivemos o cuidado com quem eu trabalhava, foi fazer precisamente a criação das tarifas familiares e o Senhor Presidente da Câmara deve conhecer de outros Municípios. Peço desculpa se já existe, não está nesta tabela e não está bem escalpelizada. Já agora, e se já existe, gostaria de saber em que termos é que ela existe, e se contraria esta penalização das famílias ao fim e ao cabo”. -

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- CINQUENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Pede para responder do seguinte modo: “Antes de mais,



só para referir que não retiro um milímetro àquilo que disse antes. O que é que são intervenções demagógicas na minha opinião, sem quaisquer ofensa. Não sou jurista e não acho que tenha nenhum dom especial, tenho uma preocupação que é antes de vir para aqui, eu já disse isso algumas vezes, é preparar as coisas, ler as coisas e antes de vir para aqui debitar assuntos, que são fáceis de falar quando se diz que queremos reduzir o custo do dinheiro, que as pessoas gastam. A Lei está mal feita, por várias razões, uma por exemplo é simples, se tiveram o cuidado de ler a Lei, ela diz que se proíbe qualquer taxa de aluguer de contador, só que depois no artigo oitavo, no número três, diz uma coisa simples, não constituem consumos mínimos para efeitos do presente artigo, as taxas e tarifas devidas pela construção, conservação e manutenção dos sistemas públicos de água, saneamento e resíduos sólidos, nos termos do regime legal aplicável. Ora, o que a Câmara trouxe aqui foi a tarifa de disponibilidade, que se enquadra perfeitamente neste ponto. Logo das duas uma, ou a Lei está bem feita e proíbe qualquer taxa ou qualquer situação que existe, e só existe e diz claramente a partir de agora só se factura quantidade de água, ponto, ou então permite-se este tipo de leituras, logo está mal feita e vocês vão ver, que isto não vai reduzir custo nenhum, vocês vão reparar que daqui a uns tempos, vão ter as facturas da luz, da água e do gás mais caras. Porque obriga a facturação mensal e por aí fora, tem custos acrescidos. Estudando um bocadinho esta legislação, percebe-se que ela está mal feita. É óbvio que é preocupação nossa, do PSD e minha em particular. Eu disse no início, eu pago água, se me perguntarem se eu gostaria de pagar menos, qual é que acham que devia ser a minha resposta? É óbvia, eu gostava de pagar menos, se eu pudesse não pagar nada melhor ainda. Demagogia é virmos para aqui debitar situação em que não se deve pagar nada, porque razão é que o Governo não baixa o valor do ISP? Se é assim tão fácil, porque é que os impostos não baixam todos, se isto está tudo tão bem... É que isto é fácil de falar vir toda a gente aqui defender baixa das taxas ou de quer que seja, é simples, fazer obra sem dinheiro é mais complicado, muito mais complicado. Só para nós nos referenciarmos, nós estamos a falar do quê? Para vocês terem uma ideia e volto atrás, à bancada do PS, não é verdade o que foi afirmado, os valores foram actualizados pelo valores de dois mil e três, a factura da água vai baixar por introdução desta na tarifa e só para saber do que estamos a falar para quem tem um contador de quinze milímetros, uma parte significativa de clientes consumidores de água, estamos a falar de passar de um euro e meio por mês para um euro e trinta e cinco, eu já acho significativo, mas é disto que estamos a falar. Esta poupança, eu não sou demagógico ou não pretendo ser, esta poupança toda se retirássemos isto da taxa da factura da água, era isto que íamos poupar às famílias, um euro e trinta e cinco por mês, era isto, demagogia não sei quem é que a faz". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- CINQUENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito rapidamente, só para reforçar, apesar deste último argumento aduzido pelo Senhor Deputado Joaquim Pedro relativamente ao número três do artigo o, a posição de principio do Senhor Deputado e gostava que isto ficasse registado é que a Lei é má a Lei não deve ser aplicada ou então deve-se fazer uma circunvenção qualquer da Lei, não, desculpe, foi isto que ficou dito. A primeira intervenção que demorou para aí quinze minutos, eu nem sei se a Lei vai levar à baixa de consumo se não? Mas o facto de não levar à baixa de consumo é uma Lei da Assembleia da República e o Município de Viseu não tem autonomia quanto a isso, tem que aplicar a lei e acabou. Só para dar um exemplo de demagogia, não há demagogia maior que este argumento do número três do artigo oitavo quer dizer o que o Senhor Deputado quer que diga. Porque das duas uma, eu leio isto e pergunto-me, muito bem, não constitui consumos mínimos para efeito do presente artigo as taxas e tarifas devidas pela construção, conservação e manutenção dos sistemas



públicos de água, deve ter sido uma obra do acaso, que a verba que está agora contida no orçamento de receita seja exactamente a mesma que esteja no orçamento, que estava anteriormente, deve ser obra do acaso e se anteriormente era uma tarifa pelo aluguer do contador, se agora é o mesmo valor, peço desculpa mas o efeito económico é o mesmo, a receita é a mesma portanto só pode ser um sucedâneo disso, o seu argumento é que é demagógico”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para responder às questões colocadas: “Eu prometo sossegar, porque de facto não é simples, ouvir tanta gente a falar duas vezes sobre a mesma coisa, ouvir tantos disparates também Senhor Presidente e de estar aqui calado sem me poder mexer. Vamos então ver quem é que preparou o trabalho de casa. Eu gostaria primeiro de começar por aqui, as declarações que eu ouvi hoje, eventualmente da Lei, nós aplicamos as boas e as más Leis não é isso que está em causa, aliás está um documento escrito com o meu punho, aplicamos as boas e as más Leis, por isso é que nós aplicamos a Lei das Finanças Locais, uma má Lei que dá exactamente sobressata aquilo que eu venho aqui defender, como a Lei da água, é uma má Lei que nós defendemos também. Mas gostaria de dizer a propósito daquilo que é ilegal, dá impressão que a Câmara de Viseu está a cometer essa ilegalidade e sabe que é ilegal, bem então vamos a isto, diz assim: PS contra a tarifa de disponibilidade, eu não vou ler o texto e depois cá em baixo no destacado diz assim, haja coerência. PS contra a tarifa de disponibilidade da água, será que o PS em Viseu acha o mesmo nos Municípios que governa? Isto é de um Blogue, que eu vos aconselho a consultar de um Senhor, que eu presumo que é insuspeito, de um militante Socialista, já adivinharam o nome Vital Moreira. Julgo que por aqui ficamos conversados da ilegalidade, veremos. Os Senhores arranjarão uns bons juristas, já houve aqui pessoas que são conhecidos como bons juristas famosos, categóricos, isto é ilegal e nós com certeza socorrer-nos-emos do Professor Vital Moreira para dizer que não é ilegal, é uma posição. A Câmara não comete nenhuma ilegalidade, se isto for ilegal, a Câmara retira e retiram as Câmaras todas do País, mas também não reconheço nesta Assembleia que sejam tão categóricos a dizer que isto é ilegal e mesmo assim a Câmara de Viseu está a aplicar, se não me quiser socorrer de mais ninguém socorrer-me-ia dos juristas famosos, que o Senhor Deputado Hélder do Amaral também conhece e do Professor Vital Moreira. Sobre esta parte estamos entendidos, é tão razoável os Senhores dizerem que é ilegal, como nós dizermos que é ilegal e termos a certeza que é legal. Depois, dizer também, uma outra coisa e gostaria de deixar um desafio a ver se alguém me desmente em relação a isto. É que quer queiram quer não podem os Senhores dizer aqui o que bem entenderem, repetidamente, duas vezes cada um, se os Senhores desmentirem isto para os consumidores domésticos as taxas vão baixar no primeiro escalão de um ponto cinco para um ponto trinta e cinco, no segundo escalão baixa um zero vinte e um, no terceiro escalão baixa um zero vinte e quatro, no quarto escalão baixa zero trinta e quatro, no outro zero trinta e oito, no outro zero quarenta e nove, por aí fora. Se os Senhores desmentirem isto, eu venho aqui, como aquele que ia com a corda ao pescoço, o Egas Moniz dizer que estou enganado, então os Senhores vão desmentir isto? Isto foi aprovado na Câmara, se quiserem desmentir, tem que dizer que o subtrair, que agora deu em adição, foi isto que foi aprovado e verão na conta do consumidor. Depois uma outra coisa, que é uma falácia e se foi usada propositadamente acho que não me atreveria a fazer classificações, no meu pensamento está aquilo que eu queria dizer que tem a ver com o seguinte: Dizer que nós substituímos a taxa dos alugueres dos contadores por a taxa... Primeiro queria dizer-vos o seguinte: É preciso saber que a taxa é uma tarifa, isto é, há uma diferença significativa de taxa e tarifa... Desculpe lá Senhor Deputado, eu não o interrompi, ouvi-o dizer tanta asneira que já lhe vou dizer, portanto esteja sossegado por amor de Deus. É uma técnica, que eu acho que



não dá resultado, o Senhor vai-me ouvir na mesma, porque é que está para aí para ver se a gente se excita mais. Eu julgo que é uma maneira desleal de “coisar” as coisas, eu ouvi-o dizer com tanta pretensa segurança, uma série de asneiras e não o interrompi, estava-me aqui a torcer, então espere ao menos que me deixe dizer umas asneiras sossegado, está bem Senhor Deputado? Então vamos a ver se a gente se entende, é que taxa não é a mesma coisa que tarifa e portanto aquilo que foi dito em relação à substituição. Os Senhores invocaram aqui um dispositivo da Lei, que fala nos instrumentos de medição, não fala na tarifa de disponibilidade. Imaginem só este exemplo, que é um exemplo que corre aí em todos os defensores desta Lei, ou melhor desta tarifa de disponibilidade. Imaginem uma Câmara do Algarve, em que tem a população residente, dez mil pessoas, eu estou a falar de uma Câmara em concreto e tem população flutuante sessenta mil pessoas, esses Senhores agora não pagavam o aluguer do contador, não pagavam nada pelo sistema, quer dizer os ricos, os que tinham segunda casa, não pagavam para o sistema, mas que grande teoria, onde é que está isso? A tarifa de disponibilidade, é por o serviço lá estar, é por nós lá chegarmos com o serviço e portanto as pessoas tem lá um serviço disponível, se utilizarem ou não utilizarem pagam na mesma. Os ricos de Vilamoura não pagavam nada, é isso ou não? Estou a dizer alguma asneira, também. Isto é que é demagogia, completamente demagogia. Portanto a tarifa de disponibilidade, já agora, os Senhores têm que se habituar a alguma sinceridade, não é? E não condenarem a sinceridade. Eu podia ter fingido e pôr um valor diferente no orçamento, com a anulação do aluguer dos contadores com a tarifa de disponibilidade, mas com um Diabo também leram tudo aquilo que eu disse. Eu disse que aquilo que a Câmara quis foi substituir uma perda de receita de que não teve culpa nenhuma, mas a receita é que é igual a outra substituição, por amor de Deus, se eu quisesse punha-lhe mais dez euros ou menos dez euros, então mas não sabiam o que eu estava a fazer, eu quis dar-lhe mais credibilidade a esta substituição de receita, não foi a substituição de uma taxa por uma tarifa. Portanto, é bom que a gente tenha essa situação presente. Depois uma outra coisa, que foi aqui dito, todos os consumos vão aumentar, eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado que já lancei o repto mais uma vez, não é verdade os consumos vão aumentar, não é verdade e mais outra coisa eu sei onde o Senhor se estava a referir, é que quem vai aumentar são os consumidores institucionais, exactamente para provarem uma Lei da Assembleia da República, então se os Senhores quiserem pagar, paga a Segurança Social, a Saúde e pagam por aí fora em detrimento dos consumidores domésticos. Eu não ando a dormir nestas coisas, os Senhores pensam que sim, mas não ando a dormir, o Senhor vai lá ter a factura na Segurança Social mais cara, isso é verdade, para o tal consumidor do primeiro escalão pagar menos, quando lá chegar a factura, analise-a bem que vem mais cara, exactamente por isso. Então reparem nesta situação, que é extramente agradável como foi aqui dito, nomeadamente por Senhor Deputado Esteves Correia, eu gosto muito da sua frontalidade, por isso lha retribuo. Então é assim, alguém vinha exterior às Câmaras e dizia na Assembleia da República, vamos acabar com a taxa dos contadores e toda a gente bate palmas, eu também, depois vinha outro, mais outro Renato Sampaio e chagava lá e dizia assim, vamos acabar com o imposto sobre os veículos, toda a gente batia palmas e depois vinha lá outro mais o Renato Sampaio três e agora vamos acabar com o IMI, toda a gente batia palmas, então porque é que não nos dão a possibilidade a nós aqui nesta Assembleia, os Senhores não querem fazer uma proposta, eu subscrevo também a dizer ao Governo para acabar com o IRS, é possível nós fazermos daqui, o contrário é? Das recitas dos Municípios lá estão os Senhores a dizer que podem acabar, das receitas do Estado ninguém está interessado nisso, então vamos acabar com o IRS, porque é que não vamos acabar com o imposto dos produtos petrolíferos, os Senhores não estão disponíveis para isso? Eu estou, tem algum efeito? Portanto o Senhor Deputado..., olhe, se calhar algum Deputado perdeu as eleições a uma Câmara, foi um indivíduo que foi propor isso, pronto e toda a gente fica a bater



palmas e eu também, então mas isto é possível? Será que as pessoas não dão conta, que prometer aquilo que não é possível, então uma Câmara estruturou-se, eu vou dar este exemplo: A Câmara de Viseu cobrava foi muito antes de eu chegar, os vossos representantes na Câmara já faziam isso, quando da Câmara do CDS, cobravam cento e trinta mil euros de alugueres de contadores e eu posso abdicar dessa verba, sem mais, é assim, a gente pode, e pronto. Eu acho isto tudo muito simples, mas então como é que se gere financeiramente uma Câmara, gerem a Câmara como o carro dos retornados que vinham de Moçambique, conduzem por um lado e andam por o outro, ou então com um individuo no volante e outro a meter as mudanças, é possível isto? Eu ficava muito admirado e achava que era uma postura digna de um Deputado Renato Sampaio, se eu lhe dissesse, olhe, vamos propor que as Águas de Portugal que cobram aos Municípios, os Senhores estão a falar em monopólio, mas não é verdade. Os Senhores deviam enaltecer deixem-me dizer isto por nós termos uma solução supra municipal, que é aquilo que a maior parte das Câmaras ambicionavam. As Câmaras deixaram-se levar por dificuldades e por apertos nas Águas de Portugal e agora todos gostariam de ter a solução que nós temos em Viseu, o monopólio é as Águas de Portugal, não é aqui em Viseu. Em Viseu, é uma solução que nós dominamos, juntamente com a Câmara de Penalva, Mangualde e Nelas, portanto esta é nossa, somos dos Municípios que temos a água mais baixa do País, é bom que saibam isto. Já agora também outra coisa, para não haver problemas e interpretações, porque as mentiras ditas muitas vezes passam por verdades, eu tenho aqui uma publicação da colecta do IRS no ano de dois mil e seis e diz aqui em que lugar é que estamos, à nossa frente para cima está Sintra, Entroncamento, Beja, Loures, isto quer dizer alguma coisa, Bragança, Setúbal, Porto Santo, Évora, Matosinhos, Maia, Vila do Porto, Mafra, Aveiro, Almada, Funchal, Alcochete, Faro, Monchique, Coimbra, Porto, Cascais, Oeiras, Lisboa, são os que estão à frente, eu mando distribuir fotocópias, não me venham dizer que temos as taxas máximas. Um cidadão de Lisboa paga em média de IRS, quatro mil e quinhentos euros o mesmo cidadão em Viseu paga mil e oitocentos, então perguntem também ao Senhor Doutor António Costa o que faz ao IRS? É para percebermos todos do que é que estamos a falar. Já agora o Senhor Deputado veio aqui dizer uma coisa e eu não posso deixar passar, descobriu a pólvora Senhor Deputado, peço-lhe desculpa não tem nada de pessoal, nós somos das primeiras Câmara a fazer um protocolo com a Associação de Famílias Numerosas e demos o exemplo e foi depois do nosso exemplo, que muitas outras Câmaras fizeram, o que significa que o Senhor Deputado, se por acaso tem esse problema anda distraído, já podia ter ido à Câmara pedir para se considerar família numerosa. Deixe-me dizer-lhe mais uma coisa, eu estou à vontade para falar na família numerosa, porque eu sou o mais novo de doze irmãos, a família numerosa agora basta ter três filhos, já é família numerosa. Significa que a minha família anteriormente dava quatro famílias numerosas. O mecanismo está criado, nós também não temos culpa deste desconhecimento. Bem a tarifa de substituição foi dito aqui uma série de vezes pela Senhora Deputada, foi uma tarifa de substituição do aluguer do contador por a tarifa de disponibilidade, não há aqui nenhuma substituição e eu volto a repetir isto. O Senhor Deputado Hélder do Amaral, veio aqui dizer isto e eu concordo com isso, nós reforçamos que as Leis... aplicamos as boas e as más, por isso é que eu fiz alusão à Lei da água, porque a Lei da água e a Lei das Finanças Locais dizem que na tarifa, têm que estar incluídos todos os custos provenientes do serviço, tanto que na justificação que demos ao Senhor Deputado Renato Sampaio, dissemos-lhe que não era possível aplicar esta Lei, sem que revisse as Leis anteriores, nomeadamente a das Finanças Locais e a Lei da Água, que faz reflectir nos custos suportados na prestação de serviço todos os custos finais. Já agora uma outra coisa, disse que nós aplicamos as taxas máximas, já disse quais as que não aplicávamos, a nossa taxa do IMI, é bom que saibam é das mais baixas quer a nível nacional, quer a nível distrital, nós durante algum tempo aplicamos taxas máximas e



sempre dissemos que foi decorrente de uma proposta da Associação Nacional dos Municípios, quando houvessem condições para isso, que a reduzíamos, foi o que fizemos. Neste momento temos das taxas mais baixas, eu parece-me que estamos a dizer algum segredo. Eu aquilo que vos estou a dizer os Senhores consultam com facilidade, nós baixamos duas vezes as taxas, passamos de zero virgula oito, para zero setenta e dois e depois para zero setenta, baixamos de zero cinquenta para zero e quarenta e cinco, então mas isto não é baixar? Então eu pergunto onde é que há Câmaras que têm estas taxas menores? Portanto uma coisa que também não vou deixar passar, a tarifa de ligação do saneamento e água, vai baixar dez por cento, é verdade Senhor Deputado e tem uma dupla baixa, baixa dez por cento em função do valor patrimonial e baixa mais porque baixamos a taxa, tem uma dupla baixa, se disserem diferente disto, é mentira, peço desculpa, mas é assim. Já agora, porque é que veio cá? É porque a tarifa antes, tinha um modo de cálculo extremamente complicado, fazia adequar o valor patrimonial, para o valor colectável e depois é que lhe aplicava a taxa de dez por cento, o que nós fizemos foi, reduzindo dez por cento arranjar uma fórmula de aplicação directa no valor patrimonial, então isto não deve ser relevado? O cidadão agora sabe como é que paga e com que facilidade é vê que vai pagar duas vezes menos. Depois, uma outra coisa que foi dita aqui, o Senhor Deputado Hélder do Amaral, desculpe lá, também tenho que dizer-lhe com frontalidade como faço sempre, está explicado porque é que só tem a Câmara de Ponte de Lima, eu sei que não gosta de ouvir isto e queria que eu me calasse eventualmente, os Senhores têm a Câmara de Ponte de Lima exactamente só por isso, já tiveram muitas, cada vez tem menos e qualquer dia nem a de Ponte de Lima têm. Então alguém de bom senso ia retirar para fazer o jeito ao Governo... espere aí, deixe-me dizer-lhe uma coisa, para que fique bem claro. Deu a ideia de que os cinco por cento de IRS, era dinheiro que as Câmaras tinham a mais e que agora podiam deixar de cobrar aos Municípios, eu vou acentuar, não é isso. O Governo do IRS, que antes vinha todo para a Câmara tira noventa e cinco para ele e dá cinco às Câmaras, e diz às Câmaras, destes cinco por cento é que os Senhores podem deduzir, portanto é bem diferente. Se a Câmara desse dos seus cinco por cento, estava a dar dinheiro que antes entrava na Câmara, não era dinheiro do Governo e nós temos dois argumentos contra isso, se o Governo permite a quem dá cinco por cento, que reduza porque é que quem fica com os noventa e cinco por cento não reduz? Pronto, estamos entendidos e já agora uma outra coisa que ficou claro Senhor Deputado, então o pai da reforma ficou com ela, eu estava à espera que alguns dos Senhores me dissessem. Já me aconselharam uma vez a falar sobre Lisboa, o Doutor António Costa que foi o pai desta reforma propôs a redução de cinco por cento aos Municípios de Lisboa, o dono da reforma a quem nós contestamos, que isto era demagogia também não a aplicou nos seus municípios, era uma boa forma, agora ia aplicar, eu que fui o pai da reforma, cá têm... então a coerência onde é que está? Não há coerência? Os Senhores fizeram duas intervenções cada um, tenho que de facto procurar aqui nos papéis. A proposta do IRAR, por aquilo que foi aqui levantado, é um milagre que o IRAR ainda esteja em funções. Os Senhores viram o parecer do IRAR, viram dois documentos que eu entreguei à Comunicação Social, que está ali a assistir tem dois documentos, um é um documento emanado do Senhor Secretário de Estado da defesa do consumidor e eu volto a frisar, em que diz aqui exactamente, cria a tarifa de disponibilidade, outro do IRAR que é um Instituto Público, que diz assim, o IRAR tem efectivamente defendido a não existência dos consumos mínimos mas a existência de tarifas de disponibilidade, é o IRAR que diz isso. O enquadramento na Câmara, que mandei pôr, foi assim: Por o parecer do Governo e por o documento do IRAR, deve-se criar a tarifa de disponibilidade e portanto está justificada, agora se os Senhores me disserem assim, a única oportunidade que tem de se baixar... eu gostaria muito de baixar os impostos municipais, mais isso vai ser uma decisão da Câmara, não preciso que ninguém me assobie. O Senhor Deputado Esteves Correia,



achava o Governo dizia baixem o imposto municipal e a gente ia baixar, foi aquilo que ficou aqui subentendido. Agora temos uma oportunidade, devem baixar. Senhor Deputado Esteves Correia, agora com toda a frontalidade, nós conhecemo-nos desde miúdos e aprecio muito a tua frontalidade e com certeza sabes que retribuo da mesma maneira, se calhar é por isso que a gente se dá bem, mas eu queria dizer-te que fiquei chocado por me dizeres que ias votar contra, sem me ouvir sequer. No ofício do IRAR, em determinada altura na página dois diz assim, no que respeita aos consumos mínimos o diploma esclarece, que as taxas e tarifas pela construção, conservação e manutenção dos sistemas públicos de água e resíduos não constituem consumos mínimos, com efeito o diploma legitima a cobrança de tarifas de disponibilidade e de não utilização dos serviços, o IRAR diz isto e faz esta interpretação da Lei da Assembleia da República independentemente se ela é má ou se é boa e depois vêm as pessoas dizer, que não têm legitimidade, era o que faltava, este chama-se Instituto Regulador. Já agora, o Senhor Deputado Hélder do Amaral leva uma informação complementar, eu estou atentíssimo ao desfecho que vai ter a anulação dos contadores na EDP, porque também tenho informações, a EDP perde quatrocentos milhões de euros, eu quero ver se os tiram aos accionistas, quero ver se não são repercutidos no consumidor final e depois acho piada pelo menos desta bancada dizerem uma coisa curiosa, algum dos Senhores reagiu quando se disse que os incobráveis da EDP eram distribuídos pelo resto, os Senhores reagiram, algum dos Senhores foi ali ao palatário dizer que isto é uma injustiça, se aqui os três indivíduos não pagarem, aí eu pago, foi aquilo que os Senhores aceitaram até agora... Ó Senhor Vereador, eu pedia-lhe que não fizesse, não sei se a intenção é essa de estar a provocar, não deve ter aí câmaras, não faço ideia, deve sentir-se mal, tem o palco depois que entender, não os ouvi, têm esta atitude que de facto não é carne nem é peixe, limitam-se a mandar distrair, não sei quantos mais, mas depois quando chega a altura própria não dizem nada. Relativamente às famílias numerosas já me referi, era tudo Senhor Presidente. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- SESSENTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pedes a palavra para fazer a intervir da seguinte forma: “Eu gostaria de centrar a discussão, sobre aquilo que aqui nos trás neste momento, que é de facto uma discussão sobre a revisão do orçamento da receita dos Serviços Municipalizados e sobre o regulamento de actualização do tarifário do fornecimento de água. Esta é a questão, que estamos a tratar aqui, não vale a pena estarmos aqui a falar de tudo e de todos e de mais alguma coisa. Sendo certo que a documentação que a Câmara aqui presta para discussão é absolutamente clara, diz assim: Alteração ao regulamento dos serviços de distribuição de água no Concelho de Viseu, artigos vinte e três, trigésimo primeiro, trigésimo quarto etc... e vem a proposta da alteração, e o que é que isto altera, vamos pegar nesse documento e vamos só exemplificar aqui, com dois ou três exemplos. Em primeiro lugar, um aspecto que eu acho, que é importante, é que no regulamento de dois mil e três, fala-se em tarifa de aluguer de contador e na proposta que os Senhores Deputados têm, esses pontos são alterados para tarifa de disponibilidade. Portanto está claríssimo, que nós estamos neste momento a fazer uma operação de cosmética, retirando aquilo que é a tarifa de aluguer do contador e substitui-la por uma taxa de disponibilidade e como se isso não bastasse, nós podemos fazer a comparação do que era a tarifa de aluguer de contador em dois mil e três e a proposta que está aqui apresentada pela Câmara Municipal, no que diz respeito ao novo tarifário. Então, o que é que nós verificamos, que efectivamente a tarifa de aluguer de contador em dois mil e três, vou dar um exemplo, para um diâmetro de contador de meia polegada, era de um virgula vinte e três euros, em dois mil e oito e segundo a proposta, é de um trinta e cinco euros, o que significa uma diferença de doze cêntimos, um acréscimo de dez por cento. Mas podemos ver mais, um diâmetro de contador com quarenta milímetros ou seja, uma polegada e meia, custava em dois mil e três, seis vírgula



noventa e seis, passa a custar, se aqui for aprovada esta proposta, oito euros, um acréscimos de quinze por cento. Diâmetro de contador é o que eu estou a falar Senhor Vice-Presidente, está aqui, não vale a pena... Em relação à tarifa devo dizer, que justamente aquilo que está em causa, é que efectivamente nas áreas de utilização estão todos os escalões, vão ser aumentados, e a factura que você paga pelos visienses em água vai aumentar, não há outra volta a dar, é pelos documentos que estão aqui, vai aumentar e mais direi Senhor Presidente, eu gostaria de apelar para a sua experiência política, para o seu bom senso especial e sobretudo, que meditasse seriamente sobre a proposta que está aqui a fazer. Portanto, aos visienses na tomada de uma decisão, que vai naturalmente aumentar as facturações nos seus diversos itens de utilização. Não há outra tabela, senão esta, que aqui está e não compreendemos, mais uma vez e repito, como é que o Senhor Presidente vai para uma conferência de imprensa dizer que há um tarifário nos Serviços Municipalizados, em que os escalões são de zero a cinco, de cinco a dez, de dez a quinze quando efectivamente a proposta que está aqui são efectivamente escalões zerados, são escalões mais caros e que vão naturalmente penalizar as famílias e os agentes económicos de Viseu. Um aspecto curioso no que diz respeito aos usos do Município, o preço por metro cúbico, mantêm-se de dois mil e três para dois mil e oito, em um cêntimo”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “O Senhor Deputado há bocado deu-me uma sugestão, eu vou de facto segui-la, que é comprar um cronómetro para aqui visível para toda a gente ver, quando é que excedeu o seu tempo, não é? Falar do tempo dos outros e do nosso... Quando estamos a falar, o nosso tempo é sempre curto, quando são os outros que estão a falar, o tempo é sempre longo”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Madeira Antunes. -----

- SESSENTA E UM – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS) – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, aquilo que eu disse, na minha interpelação, não houve uma contradição em relação ao que apresentou. Na substância, o que eu disse, e mantenho, e é fácil de ver, que uma família de quatro elementos, mas é por exemplo, pode ter mais elementos, com este tarifário, relativamente à tarifa de utilização, uma família poupada como eu tento fazer com a minha, gasta mais, em termos “per capita”, do que uma família, de uma ou duas pessoas, ou o que quer que seja. Reafirmo, que este escalonamento, tem aspectos penalizadores das famílias e até em termos ambientais”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SESSENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “Não vou perder mais tempo com isto, não vou deixar passar, quer o Senhor Deputado João Cruz, vá lá cinquenta vezes, eu desafio-o para não jogar com as palavras. Os valores que eu apresentei, vou repeti-los outra vez, eu gostaria que os Senhores ficassem com isso registado, para ver se é ou não isto, tudo o que o Senhor Deputado disse, fora disto, é mentira. Nos contadores de quinze milímetros, temos, já agora para ser mais preciso, sete mil, cento e setenta consumidores e que poupam cada um no valor actual, quinze euros, perdão zero quinze cêntimos, nos de vinte milímetros temos vinte e nove mil seiscientos e trinta e nove e poupam zero vinte e um euros a mais. Se não há nenhum escalão nos consumidores domésticos, que não baixe a factura, pequena baixa, mas baixa a factura, portanto se o Senhor vier dizer que penaliza a família é mentira, porque eu sei perfeitamente o terreno em que eu estou a pisar e sabia bem, que havia de penalizar os consumidores institucionais, aqueles que são orientados por gente ligada ao partido do Governo, exactamente, sabe para quê? Para os Senhores perceberem o que é que é demagogia, de reduzir o aluguer dos contadores numa Assembleia da República, para verem qual era a implicação disso e portanto aquilo que eu disse e disse publicamente, carreguem nos consumidores institucionais, para os



consumidores domésticos baixarem, eu sei o que é que ando a fazer. Se o Senhor vier dizer, que os consumidores institucionais, que foram penalizados, têm o meu acordo, se vier dizer que os consumidores domésticos estão a ser penalizados, é mentira. Todos são reduzidos no consumo da água, portanto alguma coisa que venha além disto Senhor Presidente não é verdade. Já agora veio repetir o Senhor Deputado Madeira Antunes, queria-lhe dizer o seguinte, por isso, atendendo a esta distorção é que a Câmara arranjou uma tarifa especial para as famílias numerosas, que é reduzida vinte por cento. Estamos a falar de famílias de cinco pessoas ou pode ser quatro, é uma família com três filhos, isso é o conceito de família numerosa. Dado o meu histórico de familiares, acho um critério muito leve, mas pronto, não fui eu que o defini, o critério de família numerosa, é a partir de três filhos e então fui eu que defini isso? Já agora... Isso foi a “Associação Portuguesa de Famílias Numerosas”, nós para esses temos uma tarifa especial, eu não posso fazer mais nada, se me disserem que família numerosa é sem filhos, pronto, se o conceito passar, paciência, só faltava essa. Agora não me venha dizer, que família numerosa, que é abaixo disso. Não é esse o conceito dominante, temos que o respeitar. Já agora Senhor Presidente, Senhores Deputados, a última coisa que vou referir. Eu tenho aqui uma contratação de um contador e não vale a pena referir quem é o titular, este aluguer de contador, pagava o tal que foi anulado agora, pagava noventa e nove, trinta e seis euros, bem vinte e nove de trinta e seis euros, desta soma quatro vírgula vinte e três são de IVA e cinco de imposto de selo. Portanto oito vírgula não sei quantos, é tudo para o Estado, porque é que vem dizer, que as finanças são para a Câmara? Isto é tudo para o Estado, se querem anulem isto, então é muito simples. Têm dois impostos extremamente importantes, que são a base das receitas fiscais, que podem anular, que podem gerir, que podem baixar, é esse conselho que eu gostaria de ver os Deputados do Partido Socialista a fazerem, a darem a vossa opinião em termos centrais e com certeza tinham o aplauso de toda a gente, incluindo o meu estava atrás de vocês a bater palmas, mas façam isso, não façam nas coisa que os outros gerem. Esse binómio que os Senhores tentam é uma equação que não tem solução. Os Senhores queriam que a Câmara fizesse mais, sobretudo quando é a oposição, com menos, isso era o que os Senhores queriam. Não à nenhuma quebra de receita que os Senhores não aplaudam, tudo aquilo que seja retirar, é assim: Se a Câmara propuser uma baixa de como é o caso presente das taxas de ligação, o que se diz é, nós fizemos as contas, devia ser não sei quanto, sempre para baixo, o que significa que as contas... As Escolas Primárias, agora são as Escolas do Ensino Básico do mundo municipal, devem ser diferentes das Escolas Básicas onde aprenderam os da Administração Central, porque é que só aprenderam contas de subtrair? É só baixar os impostos, na Administração Central, não fazem outra coisa se não subir os impostos. Onde é que está a coerência? Por amor de Deus, nós devemos ser julgados por aquilo que nos dão, agora não é para nos estarem a subtrair os impostos e dizer, agora faça na mesma, porque os senhores têm exigência. Vem para aqui e dizem, o aspecto social, não sei quê? Tem que fazer mais isto, mais aquilo, quer dizer quando é para distribuir, toda a gente acha que é a mais, quando é para termos os meios próprios os Senhores acham que não os devemos ter. Sim Senhor”. --

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar profere as seguintes palavras: “Vamos então passar às votações destas duas propostas, vamos começar por pôr à votação o ponto cinco, que é a primeira revisão ao orçamento da receita, a proposta foi aprovada com quarenta e três votos a favor, treze votos contra (entre os quais um, do Senhor Deputado José Esteves Correia, do Grupo Parlamentar do PSD), vamos votar agora o ponto seis, alteração ao regulamento do serviço de distribuição de água do Concelho de Viseu, a proposta foi aprovada com quarenta e quatro votos a favor, treze contra e uma abstenção, está concluído este ponto seis, passaríamos agora ao ponto sete, apreciação e votação da proposta dos Serviços Municipalizados sobre regulamentos, alteração do



regulamento de serviço de drenagens de águas residuais do Concelho de Viseu. De imediato dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- SESSENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –

Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu não tenho nada a acrescentar mas queria aproveitar a oportunidade como deixei passá-la no ponto anterior, só para perguntar o seguinte: Era uma pergunta que eu gostaria de fazer, se foi só por o Senhor Deputado Esteves Correia pedir para ficar identificado o nome, a que se refere que houve tantos votos contra incluindo a ele próprio do PSD? O motivo foi só esse, por ser o Senhor Deputado a pedir, é que eu fazia uma recomendação, faziam essa distinção entre todos os partidos, era curioso, também há Deputados do PS a votarem contra e a votarem a favor”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar responde do seguinte modo: “Senhor Presidente, era só para lhe dizer do ponto de vista regimental, é um direito que os Deputados têm, que conste o seu direito de voto explícito. Portanto o Senhor Deputado requereu, eu simplesmente anui nos termos da Lei, se outros Senhores Deputados o quiserem fazer, nós o faremos, o tratamento será igual para todos”. De imediato dá a palavra ao senhor Deputado João Cruz. -----

- SESSENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREITA CRUZ (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à tarifa de ligação, o PSD propõe uma redução da tarifa de ligação para zero vírgula seis por cento, sobre o valor patrimonial tributário do prédio, tendo em conta o início da reforma do tributário do património. Nós retomamos a posição dos Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal e propomos uma redução, para zero quarenta e cinco por cento, o que significa uma redução de cerca de vinte e um pontos base, o que tem em conta justamente a sobreavaliação dos valores patrimoniais tributários dos imóveis, decorrente da forma como foi implantada em Viseu, a reforma do património. Portanto em alternativa propomos zero quarenta e cinco, sendo certo que os acréscimos verificados após a entrada em vigor da tributação do património na rubrica de receitas cobradas líquidas, aumentou desde dois mil e quatro a dois mil e sete cerca de quarenta e três por cento, sendo a ano passado cerca de um vírgula dois milhões de euros, que compara com zero vírgula seis milhões de euros em dois mil e quatro”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SESSENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –

Pede a palavra para responder às questões colocadas: “Senhor Presidente não estava a contar, até já tinha arrumado a pasta, mas esta intervenção, não me permite ficar calado. É só para dizer o seguinte: Eu gostava de desafiar o Senhor Deputado João Cruz a aplicar como é que chegou àquele cálculo! A Câmara definiu bem como é que chegou ao zero vírgula seis ou ao seis por mil, definimos bem como é que foi. Eu gostava de saber, como é que chegou àquele cálculo, é porque se a Câmara tivesse eventualmente chegado a zero oito, talvez chegassem ao nosso valor, os Senhores iam dizer zero seis, o que tinham que dizer era alguma coisa abaixo, eu gostava de saber qual é a lógica no cálculo que fizeram, nós fizemos zero seis e fizemos como? Como é que chegamos ao zero seis por cento? Ou a seis por mil? E dissemos que foi calculada desta maneira. Desculpe lá, mas gostaria que o Senhor explicasse como é que fez isto? Nós fomos ao valor patrimonial, que é da responsabilidade da Administração Central e calculámos o valor colectável, desse reduzimos dez por cento e calculamos o valor que dá zero vírgula seis ou seis por mil, como é que chegaram a este cálculo? Com um Diabo e para menos é sempre possível, mas como? Qual é a razoabilidade? Fizeram contas? É isto que os viseenses querem, o zero quarenta e cinco, os viseenses se calhar até querem é menos e os Senhores estão em desacordo com eles, podiam querer esta coisa de borla, ou zero quarenta, ou zero trinta. Oh Senhor Deputado, instruções de bancada é no futebol e às vezes quando são focados, ficam mal”. -----



- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos passar à votação. A proposta foi aprovada com quarenta e cinco votos a favor, dez contra e uma abstenção. Está esgotada a “Ordem do Dia”, estamos no “Período de Intervenções do Público” - duas inscrições de dois concidadãos: A Senhora Dona Maria Manuela Antunes Ferreira e o Senhor Agostinho Duarte. Portanto, dava a palavra a Senhora Dona Maria Manuela Antunes Ferreira, referindo nos termos do Regimento, que dispõe de cinco minutos para poder fazer a sua exposição a esta Assembleia. Tem a palavra, Senhora Dona Maria Manuela Antunes Ferreira.” -----

- SESSENTA E SEIS – SENHORA DONA MARIA MANUELA ANTUNES FERREIRA –

Usa da palavra para expor o seguinte: “Muito boa tarde, eu estou aqui em representação da minha filha que esteve aqui de manhã, mas devido ao adiantado da hora, não pode expor o seu problema e devido à sua profissão, também não pode vir à tarde. De maneira que eu vou ler para deixar depois com o Senhor Presidente estes elementos. - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, como munícipe da autarquia de Viseu, residente na freguesia de Coração de Jesus de Viseu, venho deste modo apresentar queixa relativamente a uma situação irregular de ruído, proveniente do estabelecimento comercial situado imediatamente adjacente à minha residência. Moro no primeiro andar (direito) do número cinquenta e quatro, da Rua Poeta António José Pereira, freguesia de Viseu, desde Agosto de dois mil e sete. Imediatamente abaixo do meu apartamento (no número cinquenta e quatro, rés-do-chão) localiza-se um bar designado por “Ritual Celta”, pertencente ao Senhor Márcio Tiago Soares Peres, com licença para funcionamento até às quatro horas da manhã. Trata-se de um estabelecimento que produz um nível de ruído perturbador, proveniente do constante arrastar de cadeiras, música, máquina de café, vozes de clientes, que me impossibilitam de dormir antes, muitas vezes, das duas da manhã. Desempenho a função de médica anesthesiologista e médica da Viatura Médica de Emergência e Reanimação no Hospital de São Teotónio, em Viseu, função essa bastante exigente do ponto de vista de concentração, rapidez de raciocínio e actuação, responsabilidade profissional, stress e carga psicológica; exerço actividade em serviço de urgência de vinte e quatro horas, pelo menos, refiro pelo menos, uma vez por semana. A minha actividade profissional exige que eu durma e descanse (pelo menos oito horas) nas noites que não estou de serviço, de modo a conseguir compensar as minhas noites que são passadas em claro. O facto é que, desde que mudei para a minha actual residência, o meu direito ao repouso está a ser violado (pelo artigo vigésimo quinto, número um da Constituição da República Portuguesa), pelo ruído proveniente do bar acima referenciado, com perturbações importantes na minha saúde, vida profissional e pessoal – aumento da incidência de enxaqueca, síndrome depressivo, agravamento de bruxismo, sonolência diurna, com necessidade de toma de altas doses de cafeína diariamente para me manter em estado de alerta (anexo relatórios clínicos). Refiro ainda, que nos meses de funcionamento da esplanada, os níveis de ruído são muito superiores. Por diversas vezes informei e telefonei à Polícia Municipal de Viseu, da situação do ruído, que me disse que nada poderia fazer para além de registar a ocorrência, e deslocar ao local alguém para identificar e advertir o proprietário do estabelecimento. Apresentei, pessoalmente, queixa na Polícia Municipal de Viseu em Abril do corrente ano; e dei início a uma acção judicial, sendo representada pela Excelentíssima Senhora Doutora Isabel Couto. Refiro que o bar já tinha sido alvo da acção judicial, requerida pela anterior proprietária, Engenheira Ana Isabel Rebelo Fernandes pelo mesmo motivo. Na sequência desta acção judicial, foram realizados por duas vezes, medições de ruído ambiental por entidades certificadas, a primeira por ordem do Quarto Juízo Civil do Tribunal Judicial de Viseu em Julho de dois mil e sete, e a segunda por ordem da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro em Setembro de dois mil e sete (já eu residia no apartamento), tendo em ambas as medições apresentado níveis irregulares de ruído, de acordo com o Decreto-



Lei nove/ dois mil e sete de dezassete de Janeiro (que anexo). A Excelentíssima Senhora Doutora Isabel Couto apresentou, por carta registada, queixa da situação do ruído à Câmara Municipal de Viseu, com referência aos resultados das medições acústicas efectuadas, não lhe tendo sido dada qualquer resposta até ao momento. Eu própria, me desloquei ao gabinete da Câmara Municipal de Viseu, de modo a obter informações, relativamente à situação e pedi consulta do mapa de ruído do Município de Viseu, processo de licenciamento do Bar e processo de licenciamento da esplanada do mesmo bar, plano de pormenor da freguesia do Coração de Jesus, não me tendo sido facultada qualquer informação ou possibilidade de consulta até à presente data. Por esta situação que me perturba grandemente se considerar que necessita de uma resolução urgente, solicito a sua intervenção. Grata pela sua atenção e com cumprimentos.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Agostinho Duarte. -----

- SESSENTA E SETE – SENHOR AGOSTINHO DUARTE – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu não venho fazer nenhuma homilia, embora tenha sido seminarista, vou ser breve. A guerrilha PS/PSD não me interessa, mas eu ando embruxado há muito tempo. Como agora me considero um homem livre: Primeiro – vou agradecer publicamente ao Senhor Presidente da Câmara, pessoal e no plano institucional, o apoio que me deu para criar a Segunda Conservatória do Registo Predial de Viseu, foi o único homem que me apoiou, os outros representantes políticos, nunca os ouvi. Bem-haja para o nosso povo. Segundo – Quero agradecer-lhe também a gestão que está a ser feita na entrada da Câmara. Recorda-se da carta que eu escrevi? Reconheço que errar é humano, mas emendar um erro é um acto de inteligência, bem-haja. Embora reconheça que há algum excesso na sua secretária que parece que tem um disco – *O Senhor Presidente está sempre muito ocupado, o Senhor Presidente está sempre muito ocupado* – parece aquela cassette... Senhor Presidente desculpe, mas é assim. Depois quero pedir-lhe, a minha mensagem é aquela dita mensagem: escuta o “Zé-ninguém”, porque eu sou um “Zé-ninguém”, sou o Agostinho, o Duarte, o Agostinho da Conservatória, como me chamam, não vou falar de direitos reais, embora esteja preparado para isso, suficientemente preparado para isso. Senhor Presidente, se fosse possível, queria pedir-lhe publicamente em meu nome pessoal e da sociedade de Viseu, não temos umas casas de banho no Rossio, a mim não me fazem falta, porque tenho as repartições ao lado, não fazem falta nenhuma, mas queria pedir-lhe se possível. Outra questão, passei além no Recheio, moro em Gumirães, como o Senhor Presidente penso que sabe, ali no Recheio, por mim não, porque eu vou por outra estrada e desenrasco-me bem, como sabe a minha mulher é de Povolide, não é? Hoje de manhã houve um acidente lá à frente em Barbeita e precisamente dois novamente. Há quatro dias que estou em Viseu, três acidentes! Senhor Presidente, eu não sei, mas quero pedir-lhe, será que não era viável ali uma rotundazinha? Desculpe, eu sei que é conhecido pelas rotundas, mas elas já estão a dar fruto, olhe que eu não ando só por Viseu, ainda agora falei com uma pessoa sua conhecida, o Adélio lá em baixo, na Albufeira, e com os elementos da Tecnovia que conheço do meu tempo de funcionário em Sintra. O Senhor é conhecido pelo “Homem das Rotundas”, mas o certo é que elas estão a dar proveito, não se riam porque isto é verdade. Outra questão para terminar, penso que já agradei quanto à nova gestão camarária, já lhe agradei quanto à criação da Segunda Conservatória, tenho os papéis em meu poder, para quem duvide e só não desmenti o Doutor José Cesário, porque eu era funcionário e tive medo... Eu era tão perseguido, fui tão massacrado e estive no PS, mas nunca me defenderam, nunca! Eu sou o homem da verdade, porque eu não pretendo “poleiros políticos”, nunca pretendo. Quando estive na Figueira com Santana Lopes, a colaborar com ele e colaborarei com ele se lá estiver, porque eu não quero “poleiros políticos”, não tenho jeito para isto, sou um “homem da verdade”, sou demasiadamente frontal e isto não é bom para a política, como o Senhor Presidente sabe e outros. Deixo-lhe estes pedidos em nome da população de Viseu, não



para mim, porque eu não preciso felizmente. Se possível, fico-lhe grato, se não for possível, paciência. Quanto à questão da minha carta, em alguma coisa que me tenha excedido, peço-lhe aqui publicamente as minhas desculpas. Fim de citação. Bem-haja a todos.” -----
- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado pela vossa presença e está encerrada a Sessão”. -----
----- A Sessão encerrou às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim de Almeida Henriques)